



UNIVERSIDADE  
ESTADUAL DE LONDRINA

---

SUSANAH YOSHIMI WATANABE ROMERO

**METÁFORA DISCURSIVA EM GUIMARÃES ROSA:  
UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-IDEOLÓGICA DE “ALETRIA E  
HERMENÊUTICA”**

---

Londrina  
2020

SUSANAH YOSHIMI WATANABE ROMERO

**METÁFORA DISCURSIVA EM GUIMARÃES ROSA:  
UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-IDEOLÓGICA DE “ALETRIA E  
HERMENÊUTICA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

Orientadora: Profa. Dra. Mariângela Peccioli Galli Joanilho

Londrina  
2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UEL

Romero, Susanah Yoshimi Watanabe .

Metáfora discursiva em Guimarães Rosa : Uma análise semântico-ideológica de "Aletria e hermenêutica" / Susanah Yoshimi Watanabe Romero. - Londrina, 2020.  
117 f.

Orientador: Mariângela Peccioli Galli Joanilho.

Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) - Universidade Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem, 2020.

Inclui bibliografia.

1. Metáfora discursiva - Tese. 2. Aletria e hermenêutica - Tese. 3. Prefácio - Tese. 4. Guimarães Rosa - Tese. I. Joanilho, Mariângela Peccioli Galli. II. Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem. III. Título.

CDU 8

SUSANAH YOSHIMI WATANABE ROMERO

**METÁFORA DISCURSIVA EM GUIMARÃES ROSA:  
UMA ANÁLISE SEMÂNTICO-IDEOLÓGICA DE “ALETRIA E  
HERMENÊUTICA”**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Estudos da Linguagem.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Orientadora: Profa. Dra. Mariângela Peccioli Galli  
Joanilho  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Prof. Dr. Luiz Carlos Santos Simon  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

---

Profa. Dra. Edina Regina Pugas Panichi  
Universidade Estadual de Londrina – UEL

Londrina, 28 de fevereiro de 2020.

*Para Yoshiko Miyasaki Watanabe, ou simplesmente “batchan”, por me apresentar o universo das letras.*

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a **Deus**, autor da vida e das mais belas poesias, por sua majestosa graça e inefável misericórdia, por me sustentar mesmo nos dias desafiadores, me dando descanso e me fortalecendo a não perder a fé e a esperança. Por, nos dias bons, me permitir relaxar e saber que todas as palavras estão sob seu controle.

À minha família, pelos apoios em palavras, atitudes e orações. Em especial, às minhas avós, matriarcas dos dois lados da família, **Maria Mori**, pela sabedoria de vida e ensinamentos culinários e domésticos, e **Yoshiko Miyasaki Watanabe**, minha maior veterana, aluna da primeira turma de Letras de Londrina, por me inserir nos mundos literário e docente, sempre com conselhos pessoais e profissionais.

Aos meus amigos, que são minha outra família. Agradeço ao **Leonardo Luís Santos** e à **Carla Machado**, por me ouvirem falando tanto sobre as Letras e o meu estudo, me incentivando, fortalecendo e apoiando, mesmo sem entender muito sobre a área. Agradeço especialmente aos amigos que conheci durante o Mestrado, por todas as conversas e risadas. Vocês me mostraram que a solidariedade gera admiração e diminui o sentimento de concorrência. Só quem está neste barco sabe exatamente as crises, inseguranças, conquistas e o valor de cada passo. Sobretudo, agradeço à **Elisângela Costa Consentino**, à **Mariana Rodrigues Ferreira Fantinelli**, à **Angélica Regina Gonçalves Bertolazzi** e à **Karla Roberta Neumann**, pelas revisões, materiais e momentos deliciosos. Cada almoço e cada café linguístico com vocês valeram a pena!

Ao meu melhor amigo e namorado **Rodrigo Oliveira do Carmo**, cujos carinhos me mantiveram forte nos momentos alegres e tristes. Obrigada pela calma, ouvidos, sorrisos e abraços. Você é a minha base desde que passei no vestibular até a realização deste Mestrado, indo muito além. Sempre estive do meu lado, me desafiando a voar mais alto e me apoiando em qualquer decisão.

Ao **Filemon**, cujo nome significa “amigo”. Você me ensinou a amizade verdadeira e incondicional. Seus miados, ronronados, aconchegos e brincadeiras me deixaram saudável e feliz. Obrigada por compartilhar o seu cotidiano felino comigo e me ensinar tanto.

A **todos os professores** que passaram pela minha trajetória acadêmica, desde os da educação básica, que incentivaram a busca pela Licenciatura, quanto os da Universidade Estadual de Londrina, que instigaram o gosto pela pesquisa. Obrigada pelas aulas, sabedoria, conselhos e orientações.

Agradeço à minha orientadora **Profa. Dra. Mariângela Peccioli Galli Joanilho**, pela paciência, confiança, dedicação e inspiração. Meus mais sinceros agradecimentos.

Agradeço aos professores membros da banca de qualificação, pelas palavras de ânimo e pela disposição em contribuir. Obrigada, **Profa. Dra. Edina Regina Pugas Panichi** e **Prof. Dr. Luiz Carlos Santos Simon**, por me nortear em nos rumos da pesquisa.

Agradeço ao **Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem**, pela prontidão, incentivo e preparo para a elaboração e defesa desta Dissertação, transmitindo ensinamentos não só científicos, mas da vida. Desde a secretaria até a coordenação foram essenciais para que este Mestrado acontecesse da melhor forma possível.

À **CAPES**, pelo fomento da bolsa de pesquisa, cujo incentivo é de imensa importância para a minha dedicação integral ao Mestrado.

À **Universidade Estadual de Londrina**, por proporcionar uma educação superior pública de qualidade, mesmo com todas as dificuldades. Obrigada por proporcionar um ambiente criativo, agradável, motivador e repleto de oportunidades. Obrigada por possibilitar o encontro com toda a variedade de pessoas que nunca imaginei conhecer e marcaram profundamente a minha vida.

A todos aqueles que, de algum modo, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho e que, porventura, não foram citados.

**A todos, meu muito obrigada!**

“Tenho a impressão de ter sido uma criança brincando à beira-mar, divertindo-me em descobrir uma pedrinha mais lisa ou uma concha mais bonita que as outras, enquanto o imenso oceano da verdade continua misterioso diante de meus olhos”.

(Isaac Newton)

ROMERO, Susanah Yoshimi Watanabe. **Metáfora discursiva em Guimarães Rosa: uma análise semântico-ideológica de “Aletria e hermenêutica”**. 2020. 117 f. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2020.

## RESUMO

A nossa proposta com este trabalho é analisar metáforas do prefácio “Aletria e hermenêutica”, escrito por João Guimarães Rosa (1967), a fim de verificar as condições de produção e formações discursivas, assim como os diferentes pré-construídos, de modo a captar alguns efeitos de sentido possíveis. O interesse por desenvolver esta pesquisa surgiu na observação dos limiares do discurso literário, percebendo a necessidade de se explorar os elementos discursivos em um texto roseano, na busca de relances que permitam vislumbrar diferentes efeitos de sentido em Rosa. Além disso, o prefácio “Aletria e hermenêutica” inaugura o último livro publicado em vida do autor – Tutaméia (Terceiras estórias) (1967) – e constrange o leitor na medida em que trata de uma temática pouco explorada: o nada, por meio de anedotas e metáforas. Sendo assim, nos baseamos no quadro teórico da análise do discurso francesa, sob uma perspectiva materialista, de forma a inserir o sujeito na sociedade e na história, ou seja, contextualizado, com o aporte teórico em estudiosos como Michel Pêcheux e Eni Puccinelli Orlandi, fazendo uma análise semântico-ideológica.

**Palavras-chave:** Metáfora discursiva. Aletria e hermenêutica. Prefácio. Guimarães Rosa.

ROMERO, Susanah Yoshimi Watanabe. **Discursive metaphors in Guimarães Rosa: an ideological semantic analysis of “Vermicelli and hermeneutics”**. 2020. 117 p. Dissertation (Master’s Degree in Language Studies) – State University of Londrina, Londrina, 2020.

### **ABSTRACT**

Our proposal with this thesis is to analyze metaphors of the preface “Vermicelli and hermeneutics”, written by João Guimarães Rosa (1967), in order to verify the conditions of production and discursive formations, as well as the different pre-constructed, in order to capture some possible meaning effects. The interest to develop this research arose in the observation of the thresholds of literary discourse, realizing the need to explore the discursive elements in a text of Rosa, in search of details that allow to glimpse different effects of meaning in Rosa. In addition, the preface “Vermicelli and hermeneutics” inaugurates the last book published in the author's life - *Tutaméia (Third Stories)* (1967) - and constrains the reader in that it deals with an unexplored theme: nothingness, through anecdotes and metaphors. Thus, we are based on the theoretical framework of French discourse analysis, from a materialist perspective, in order to insert the subject in society and history, and contextualized, with the theoretical support in theoretical authors such as Michel Pêcheux and Eni Puccinelli Orlandi, doing a semantic-ideological analysis.

**Key words:** Discursive metaphors. Vermicelli and hermeneutics. Preface. Guimarães Rosa.

## SUMÁRIO

|                         |   |    |
|-------------------------|---|----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> ..... | 13  |    |
| <b>1</b>                | <b>CAPÍTULO I – ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA</b> ..... | 15 |
| 1.1                     | CONSTITUIÇÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO .....                       | 15 |
| 1.2                     | PRINCIPAIS CONCEITOS DA ANÁLISE DO DISCURSO FRANCESA .....      | 21 |
| 1.2.1                   | Formação Discursiva e Formação Ideológica .....                 | 22 |
| 1.2.2                   | O Sujeito .....   | 23 |
| 1.2.3                   | Condições de Produção .....                                     | 25 |
| 1.2.4                   | Memória Discursiva e Interdiscurso .....                        | 26 |
| 1.2.5                   | Efeitos de Sentido .....  | 28 |
| 1.2.6                   | Equívocos .....   | 29 |
| 1.3                     | O DISCURSO .....  | 30 |
| 1.4                     | A IDEOLOGIA .....   | 31 |
| <b>2</b>                | <b>CAPÍTULO II – A METÁFORA</b> .....                           | 35 |
| 2.1                     | PERSPECTIVA POÉTICA DA METÁFORA .....                           | 35 |
| 2.2                     | PERSPECTIVA HERMENÊUTICA DA METÁFORA .....                      | 36 |
| 2.3                     | PERSPECTIVA COGNITIVA DA METÁFORA .....                         | 39 |
| 2.4                     | PERSPECTIVA SEMÂNTICA DA METÁFORA .....                         | 40 |
| 2.5                     | PERSPECTIVA DISCURSIVA DA METÁFORA .....                        | 41 |
| <b>3</b>                | <b>CAPÍTULO III – ENTRE A ALETRIA E A HERMENÊUTICA</b> .....    | 44 |
| 3.1                     | O PREFÁCIO .....  | 44 |
| 3.2                     | VIDA E CARACTERÍSTICAS DE GUIMARÃES ROSA .....                  | 45 |
| 3.3                     | GUIMARÃES ROSA E OS PREFÁCIOS .....                             | 50 |
| 3.4                     | “ALETRIA E HERMENÊUTICA” .....                                  | 52 |
| <b>4</b>                | <b>CAPÍTULO IV – ANÁLISE DAS METÁFORAS</b> .....                | 55 |
| 4.1                     | EXISTENCIALISMO .....   | 60 |
| 4.2                     | DEFINIÇÃO POR EXCLUSÃO .....                                    | 68 |
| 4.3                     | A ETERNA BUSCA .....  | 83 |
| 4.4                     | DEFINIÇÃO POR INCLUSÃO .....                                    | 89 |

|     |  |     |
|-----|--|-----|
| 4.5 | SILÊNCIO .....                         | 94  |
|     | <b>CONSIDERAÇÕES</b> .....             | 102 |
|     | <b>REFERÊNCIAS</b> .....               | 105 |
|     | <b>ANEXOS</b> .....                    | 111 |
|     | ANEXO A – Aletria e hermenêutica ..... | 112 |
|     | ANEXO B – Risada e meia .....          | 116 |

## INTRODUÇÃO

*“Já que se há de escrever, que pelo menos não se esmaguem com palavras as entrelinhas. O melhor ainda não foi escrito. O melhor está nas entrelinhas” (Clarice Lispector)*

Dentro dos Estudos da Linguagem, em especial do Texto e do Discurso, a abordagem da Análise do Discurso de linha francesa e influência pecheutiana se evidencia, visto as peculiaridades teórico-metodológicas e as imensas possibilidades de trabalho, guiando os olhos do mero leitor, que passa a ser um analista das minúcias que escondem segredos no texto. Logo, o autor João Guimarães Rosa chamou a atenção, já que é um dos maiores escritores da Literatura Brasileira, instigando pesquisas, devido às singularidades, destacando-se o trato com a sugestão e o silêncio, que também estimulam as investigações da Análise do Discurso.

Eni Orlandi (2007, p. 98) evidencia que cada uma das manifestações do silêncio funciona em suas especificidades, sendo necessário estudá-lo para compreender os processos de significação do funcionamento da linguagem. Assim, o silêncio é contínuo e permite ao sujeito se mover nas significações, percorrer sentidos e formações discursivas diferentes. Pelo caráter de incompletude, é um dos modos de compreender a pluralidade da linguagem, e o sentido se torna visível pelas condições de produção, a exterioridade. A autora defende que uma das contribuições mais importantes da AD é se basear no movimento necessário entre a unidade e a dispersão como pares necessários, movendo-se entre a paráfrase e a polissemia, a identidade e a alteridade, de maneira que toda palavra ateste o interdiscurso e o silêncio, com todo o seu contorno instável, já que a AD é um exercício sempre nas bordas da interpretação.

A fim de nos delimitarmos, optamos pelo prefácio “Aletria e hermenêutica”, presente em *Tutaméia (Terceiras histórias)* (1967), último livro de Guimarães Rosa publicado em vida, já que apresenta uma série de metáforas que escondem dizeres ideológicos, que podem ser desvendados com uma análise minuciosa a partir das condições de produção. Além disso, discorrem sobre temas existencialistas e relativos à vida e à morte, assim como o nada.

Logo, nos guiamos pela seguinte pergunta: *Como as metáforas discursivas presentes em “Aletria e hermenêutica”, de Guimarães Rosa, escondem/revelam questões semânticas e ideológicas?*

Este trabalho mostra a sua relevância no momento em que percebemos os diferentes efeitos de sentido presentes e escondidos, revelando a necessidade de desvelamento, a fim de conhecer seus mecanismos. Além disso, muitas pesquisas já se voltaram aos textos de Rosa, demonstrando a necessidade de uma abordagem dos olhares da Análise do Discurso, em

especial sobre “Aletria e hermenêutica”, visto em sua completude por outras teorias, mas pouco em suas derivas, como desejamos fazer, por meio das metáforas apresentadas.

Pensando nisso, o objetivo principal que guia a Dissertação é fazer uma análise semântica e ideológica das metáforas do prefácio “Aletria e hermenêutica”, de Guimarães Rosa, presente na coletânea *Tutaméia (Terceiras estórias)* (1967), baseando-se nos pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa e viés pecheutiano. Assim, os objetivos específicos são verificar as condições de produção e formações discursivas, constatar os diferentes já-ditos e analisar alguns efeitos de sentido possíveis dessas metáforas presentes no prefácio.

Então, a metodologia utilizada se baseia em observar o discurso sob a perspectiva materialista, de modo a inserir o sujeito na sociedade e na história, ou seja, contextualizado, o que se justifica pela abordagem da Análise do Discurso da superfície do texto, que deve ir além e se tornar discurso, graças à sua inserção em determinadas condições de produção. Sendo assim, a materialidade permite observar a relação do real com a ideologia, que funciona pelo inconsciente, de modo que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. Logo, a partir da leitura bibliográfica de teóricos relevantes à pesquisa, especialmente Michel Pêcheux e Eni Puccinelli Orlandi, buscamos partir da ordem do linguístico para chegar ao que é da ordem do histórico, ou seja, tanto as condições de produção quanto o interdiscurso, por meio do já-dito e esquecido, a fim de observar as memórias que intervêm na construção dos efeitos de sentidos das metáforas de Guimarães Rosa, presentes no prefácio “Aletria e hermenêutica”. Assim, buscamos compreender a constituição do sujeito e dos sentidos, por meio de uma análise semântica e ideológica.

Para isso, este trabalho está dividido em quatro capítulos, a saber: o Capítulo 1 trata da Análise do Discurso de linha francesa, que se baseia especialmente em Michel Pêcheux e Eni Puccinelli Orlandi, atentando-se à conceitualização das suas principais ideias, como a Formação Discursiva e a Formação Ideológica, o Sujeito, as Condições de Produção, a Memória Discursiva e o Interdiscurso, os Efeitos de Sentido e os Equívocos. Além disso, discorre sobre o conceito de Discurso e a Ideologia. Por sua vez, o Capítulo 2 faz uma consideração sobre a metáfora, fazendo um percurso pelas perspectivas poética, hermenêutica, cognitiva e semântica, de modo a contestá-las, por fim apegando-se à abordagem discursiva. Assim, o Capítulo 3 trata a respeito do gênero prefácio e da vida e características de Guimarães Rosa, juntamente com a forma com que o discurso aparece em sua obra, assim como sua relação com seus prefácios, se limitando a *Tutaméia (Terceiras estórias)* e a “Aletria e hermenêutica”. Então, no Capítulo 4, por fim, fazemos a análise das metáforas encontradas no prefácio em questão.

## CAPÍTULO I – ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA

*“Ah! Como as entrelinhas são importantes! É nela que estão escritas as coisas que só a alma pode entender” (Rubem Alves)*

Este capítulo elabora um referencial teórico na Análise do Discurso (doravante denominada AD) de linha francesa, de forma a basear a análise e orientar o olhar sobre os detalhes presentes no prefácio de Guimarães Rosa. A primeira parte do capítulo busca traçar um breve percurso da constituição da AD, e cabe à segunda trazer os elementares pensamentos da filiação analítica desta Dissertação: de viés pecheutiano, com Michel Pêcheux, e também os principais estudos de Eni Orlandi, principal nome do Brasil para a AD, a fim de nos determos nos conceitos basilares, como formação discursiva e formação ideológica, sujeito, condições de produção, memória discursiva e interdiscurso, efeitos de sentido e equívocos. Logo, a terceira parte do capítulo discorre a respeito do discurso e da ideologia.

### 1.1 CONSTITUIÇÃO DA ANÁLISE DO DISCURSO

A AD surgiu no final dos anos de 1960, a partir dos pensamentos de Michel Pêcheux, na França. Para visualizar melhor o percurso da constituição da AD, Francine Mazzière (2007) mostra a proposta de trabalhar, no seio das ciências da linguagem, um programa de tratamento da questão do sentido, ansiando tratar da interdisciplinaridade. Em consonância, para Mussalim (2003), a gênese da disciplina se deu com o terreno fecundo do Estruturalismo, Marxismo e Psicanálise. Além disso, o espaço da política favoreceu tanto a linguística, com Dubois, quanto a filosofia, com Pêcheux, que partilharam convicções, uma vez que o projeto da AD se inscreve num objetivo político, com a Linguística oferecendo meios para abordá-lo.

Assim, percebemos a importância da conjuntura estruturalista, que demonstra a autonomia relativa da linguagem, observando a língua a partir de regularidades, em que as irregularidades não fazem parte da estrutura, de modo que a língua não se apreende na relação com o mundo, mas na estrutura interna de um sistema sobre si mesmo. Isso demonstra que uma linguística não seria o suficiente, necessitando de uma teoria do discurso. Ao filósofo Pêcheux caberia o questionamento crítico da Linguística, já que a instituição da AD coloca o estudo do discurso num terreno que propicia a intervenção de questões teóricas relativas à ideologia e ao sujeito, não como uma simples superação da Linguística saussuriana. Característica de Saussure, a dicotomia entre língua e fala e a constituição pela Fonologia, pela Morfologia e pela Sintaxe não são o suficiente para a Semântica, pois, para Pêcheux, a significação não é

sistemicamente apreendida, por ser da ordem da fala e, logo, do sujeito. Assim, não é da ordem da língua, por sofrer alterações de acordo com as posições dos sujeitos que enunciam. Nesse contexto, Pêcheux propõe uma semântica do discurso, como um lugar onde convirjam componentes linguísticos, sociais e ideológicos, em vez de uma semântica linguística, já que as condições sociais e históricas de produção de um discurso constituem suas significações.

A AD, segundo Mussalim, concebe o discurso como uma manifestação da ideologia, não considerando o sujeito do discurso como quem decide sobre os sentidos do próprio discurso. Também, o sujeito não é livre para dizer o que quer, mas é levado, sem ter consciência disso, a ocupar um lugar em determinada formação social e enunciar o que é possível a partir do lugar que ocupa.

O paralelo da AD com a linguística descritiva evidencia a Linguística como principal lugar institucional da AD, que também dialoga com o Materialismo Histórico e a Psicanálise. Não somente como uma forma restrita de complemento de análises textuais da pragmática e da comunicação, um mero instrumental linguístico, a AD leva em conta a língua enquanto objeto construído pelo linguista, levando em conta as heranças descritivas das línguas, como gramática, sintaxes e vocábulos, e também a configuração dos enunciados, geralmente heterogêneos, segundo um saber assumido, linguístico, histórico, político e filosófico.

Rompendo com o estruturalismo, a AD não enxerga a língua por si só, mas busca trazer o social, como fez Chomsky. Por outro lado, diferente do gerativista, busca-se não a língua ideal, mas a real, assim como os modos como o texto diz o que diz, não pela intenção do sujeito, porém a forma com que o discurso foi construído e como produz sentidos. Houve, então, uma busca pelo real da língua e da história, a fim de descrever os atrelamentos e as frases repetidas. Além disso, viu-se que uma mesma frase poderia adquirir sentidos diferentes, o que levou a ir além da estrutura da língua. Mas, não se pode analisar um discurso sem uma materialidade, que deve estar atrelada ao sujeito, às condições de produção, ao interdiscurso e às formações discursivas, já que é sempre fruto das relações sócio-históricas.

De acordo com Mazière, a AD propõe a construção de interpretações que levam em conta dados de língua e de história. Isso necessita da tríplice relação com o sujeito assujeitado, a historicidade e a materialidade das formas, e os primeiros dispositivos de análise permitiram à AD definir-se por oposição ou adesão, considerando a linguística estrutural, a enunciação, as tradições hermenêuticas, a sociolinguística e a “*Discourse Analysis*” anglo-saxônica, e também os processamentos automáticos e uma filosofia da linguagem que repensava o sentido.

Considerando a língua e o discurso, enquanto a gramática trabalha com uma estrutura sintático-semântico, o discurso leva em conta o enunciado atestado e produzido no modo segundo o qual essa relação pode fazer sentido por meio de uma discursivização datada, especificada e atualizada. Assim, apesar de a classificação ser um pano inicial essencial e muito útil, a AD não trata apenas de regras gramaticais, mas pode analisar o sentido e os efeitos das ocorrências, ou seja, a partir da estrutura linguística, enxergar as condições de produção e históricas. Logo, pode utilizar a estrutura para explicar os diferentes efeitos de sentido, assim como atestar o modo como esses sentidos foram produzidos e por que dizem o que dizem.

Mazière nos mostra que é assim que a AD tanto converge quanto diverge da oposição língua e fala de Saussure, já que o discurso propriamente não é individual, mas a manifestação atestada de uma sobredeterminação de toda fala individual. Portanto, o discurso é sempre um produto, um enunciado ou um grupo de enunciados atestados. A compreensão disso permite demonstrar a diferença entre enunciado e discurso, já que, enquanto um é dado, o outro é uma investigação que permite estabelecer um *corpus*.

Essa constituição do *corpus* busca construir também um dispositivo de observação apto a revelar e a permitir apreender o objeto discurso que almeja interpretar. No percurso da constituição da AD, os primeiros *corpora* estudados foram textos políticos e fundadores, utilizando técnicas de segmentação para significar por contraste político, de gênero e diacrônico. Então, a partir de temas neutralizados, passou-se a analisar discursos contrastados, trazendo uma dupla ruptura com o texto e com o conteúdo como tema. Depois, os *corpora* foram constituídos em uma heterogeneidade ampliada, trazendo novas homogeneidades, por meio de um processo co-extensivo à análise.

Passando para as posições quanto à língua, primeiramente via-se a língua como forma, com propriedades universais e formas particulares fixadas na história, porém pode-se constatar que a língua não é transparente ou um mero instrumento para transmitir um sentido. Para o estruturalismo, principalmente Saussure, a linguagem é multiforme e heteróclita, pertencendo tanto ao campo individual quanto ao social, já a língua é um produto social da faculdade da linguagem e um conjunto de convenções, um fato social, em oposição à fala, expressão do sujeito individual e lugar de mudança.

Outra perspectiva sobre a língua é como instrumento de comunicação, com as ideias de Benveniste, com o aparelho formal da enunciação, que assume o sujeito falante como o enunciator, que detém a palavra, servindo-se de formas de línguas para ter esse controle. Outro

teórico que vê a língua como comunicação é Austin, cuja teoria dos atos de fala defende que dizer é fazer, o que redefine o conceito por suas funções e abre portas para a Pragmática.

A noção de língua traz embutida e subordinada a noção de sujeito, que pode ser o falante, o enunciador e a reflexividade do sujeito falante. A AD contesta a teorização de Chomsky, que não se preocupa com a língua, mas com a gramaticalidade, ou seja, a capacidade do falante nativo de admitir um conteúdo “aceitável”. Porém, o sujeito de Benveniste se organiza, em tempo e espaço, a partir da posição do eu, bebendo da fonte da Enunciação para explorar a ideia em AD de enunciação e enunciador, assim como o jogo imaginário de posições.

O analista deve ter certos saberes, por não ser uma pessoa neutra, mas que necessita de uma posição sobre a língua e o sujeito, a fim de construir um observatório. O que antes era visto como uma “dessubjetivação” da leitura passou a ser uma reduplicação de posições ideológicas, da mesma forma que o que era o *corpus* agenciado pelos conhecimentos prévios passou a um *corpus* constituído de modo erudito, com a configuração mais dinâmica e instável.

As afirmações fundadoras da AD se baseiam em estabelecer que o enunciado atestado é o material que pode ser manipulável, assim como o discurso não é o texto, porém uma manifestação da materialidade da língua. Além disso, toda regularidade vale como estrutura, não impedindo o reconhecimento da força de organização do sentido por configurações e acontecimentos discursivos únicos. Desse modo, a pluridisciplinaridade que abriu margem para a AD começa a ser reivindicada, já que vem da aliança do sociológico, do político e da história e existe uma pluralidade de referências no interior da própria Linguística. Essa abordagem levanta novas questões, principalmente sobre a submissão ao próprio discurso, sem lhe impor limites além dos dados pela gramática. Visto isso, é necessário também saber qual a visão de gramática, porque o núcleo da AD trabalha sobre o “mesmo” e suas variações, bebendo na fonte de Dubois, segundo o qual o sentido pode ser captado por meio do conjunto de predicados em torno de uma palavra (ou várias), identificando-se com o próprio discurso, que é o objetivo e uma configuração subjacente ao texto. Assim, as teorias linguísticas complementares permitem que a AD francesa seja implantada na Linguística, porém sem tirar a sua originalidade.

A atividade de pesquisadores em torno de Pêcheux abre uma abordagem distinta, repleta de construções e desconstruções. A produção coletiva desconsiderava a autonomia das disciplinas, mas possibilitou a transdisciplinaridade. A partir das colaborações, ocorreram vários desenvolvimentos e invenções de conceitos, como a formação discursiva e o pré-construído, o inter e o intradiscorso, e também a dessubjetivização da leitura e a deslocalização

do sujeito. Esses estudos têm reflexos até hoje, porque muitos pesquisadores não linguistas se vinculam à AD, outros juntam com suas disciplinas e evoluem para outras configurações.

Percebemos que, apesar de andarem lado a lado, a AD passa por um enfrentamento contínuo com a Linguística, cuja problemática é o conceito de língua. Para Pêcheux, a língua saussuriana é insuficiente, introduzindo à AD uma outra Linguística, com as ideologias de Althusser e o sujeito de Lacan. A respeito da heterogeneidade, a posição de Pêcheux era um não repartimento, que inclui a “heterogeneidade constitutiva”, de Authier-Revuz. Mazière retoma as palavras de Courtine e Maradin, para quem a AD seria o lugar onde não se cessa de “costurar e descosturar”, ou seja, está em constante (des)construção, inclusive das heranças de Foucault, Saussure, Althusser e, posteriormente, as do próprio Pêcheux.

Ainda com as vistas nisso, Mazière discorre a respeito da leitura, da ideologia e do sujeito, sendo que o último é ideológico e vindo do marxismo de Althusser, cujas formulações são encontradas em Pêcheux. Essa posição althusseriana mantém a materialidade e a eficácia histórica das ideologias, que interpelam os indivíduos enquanto sujeitos e funcionam como um sistema de instituições públicas e privadas que asseguram a reprodução das relações sociais. Desse modo, a linguística pode lançar mão de um aparelho nas práticas interpretativas, já que o sujeito faz o sentido na história, por meio do trabalho da memória, com a incessante retomada do já-dito, ou seja, o indivíduo não está na fonte do sentido, mas é assujeitado. Tudo isso evidencia a proximidade com o pensamento de Lacan, quanto ao sujeito, juntamente com Althusser na dificuldade de pensar um sujeito do inconsciente deslocalizado.

Essa transmissão de conhecimentos permitiu uma descrição do campo da AD, e também o deslocamento dos conceitos na sua genealogia de constituição. Para explicitar ainda melhor, a autora cita Paveau e Rosier, para quem a constituição dos saberes deram um novo sentido às disputas que agitaram as ciências da linguagem, as humanas e as sociais, que juntaram interrogações de historiadores e epistemólogos às teorias linguísticas. Enquanto no espaço vertical do enunciado, um discurso seria apreendido sob o aspecto da repetição e do deslocamento, no horizontal, sob o discurso e a construção dinâmica dos objetos discursivos. Entretanto, o discurso não é engendrável pelo sistema das regras sintáticas, que mediatiza a relação entre forma e sentido, mesmo quando não organiza as formas dotadas de sentido.

Por outro lado, o conflito se instaura com o fim dos anos 1970, deixando na década anterior o espaço do formalismo e retomando a comunicação cujo eixo é o social. Além disso, evidencia-se a necessidade de um refúgio da AD para a análise além da frase, precedendo o valor sobre a significação. É então que se passa a refletir sobre as “aplicações” da linguística,

indo além do auxílio à classificação documentária e a tradução automática. Chegando ao fim dos anos 1980, a problemática toca a questão do valor do poder do discurso em uma relação de força simbólica, herdada de Bourdieu. Logo, a AD se demonstra tenaz, já que o registro da língua é irreduzível a um conjunto de atos, de comportamentos ou de práticas sociais, uma vez que não poderia ser reduzido a uma máquina lógico-semântica. Com a década de 1990, surgem também uma encruzilhada e diversas direções oferecidas, com os analistas da linguagem ousando mais se afastar da linguística e explorar a interdisciplinaridade, não separada da análise das marcas em línguas, a renovação dos dados discursivos do lado do político e do midiático.

Mazière mostra que a AD sempre esteve do lado da história, e o historiador capaz de analisar o discurso por meio de uma leitura formalizada evidencia não ter a ilusão de uma língua transparente, o que faz com que os resultados perturbem a história quantitativa e confirmem as análises dos historiadores das mentalidades, então em plena ascensão. Isso faz com que as retomadas variem, deixando como tarefa para o linguista o jogo da variação e da repetição sobre o invariante como o que deve constituir o sentido, enquanto para o historiador, a busca do acontecimento, da novidade que pode revelar o enunciado raro. Essa questão do *corpus* enquanto tema e acontecimento discursivo trouxe várias invenções, o que promoveu um avanço sobre a noção de “movimento de *corpus*” e o “gesto de leitura”, que permitiram a abertura do *corpus*, a fim de uma construção pela análise, introduzindo a análise como experimentação. Desse modo, houve uma transvaloração dos conceitos, colocando a AD ao lado da história e focando a análise no intradiscorso, responsável por relativizar o co-texto e o contexto, reivindicando uma metaposição enunciativa. Tudo isso fez com que a formação discursiva não fosse mais enxergada como dominante ou construída por lugares enunciativos referentes a um exterior ideológico e, enfim, uma AD capaz de construir a problemática emancipadora, com um campo junto à história, a fim de pensar o sentido linguístico como história, tudo incluído no acontecimento.

Posto isso, a AD passou por diferentes fases de constituição. Mussalim (2003) mostra que a primeira fase buscava analisar discursos mais “estabilizados” e pouco polêmicos, com menor carga polissêmica e menor abertura para a variação do sujeito devido a um maior silenciamento do outro, com discursos políticos teórico-doutrinários, no interior de posições ideológicas e lugares sociais menos conflitantes. Como procedimentos, selecionava um *corpus* fechado de sequências discursivas, fazendo a análise linguística de cada uma, considerando as construções sintáticas e o léxico. Então, havia também a noção de “máquina discursiva”, uma estrutura com condições de produção estáveis, responsável pela geração de um processo

discursivo a partir de um conjunto de argumentos e operadores responsáveis pela construção e transformação das proposições, concebidas como princípios semânticos que definem e delimitam um discurso. Assim, conforme Mussalim, para a primeira fase da AD, cada processo discursivo é gerado por uma máquina discursiva, sendo que diferentes processos discursivos se referem a diferentes máquinas discursivas, cada uma idêntica e fechada sobre si mesma.

Já a segunda fase traz a noção de máquina estrutural fechada, além do conceito de formação discursiva, que desencadeia o processo de transformação na concepção do objeto de análise. Para Foucault, a formação discursiva é um conjunto de regras anônimas, históricas e determinadas no tempo, no espaço e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, determinando o que pode/deve ser dito a partir de determinado lugar social. Além disso, a formação discursiva está sempre em relação a um externo, outras formações discursivas, e não apenas um espaço estrutural fechado, mas atravessadas pelo “pré-construído”, os discursos que vieram de outro lugar, incorporados numa relação de confronto ou aliança. Em outras palavras, a formação discursiva é constituída por um sistema de paráfrases. O analista deve descrever a dispersão das formações discursivas, para estabelecer as regras de formação de cada uma. Mussalim defende que os procedimentos de análise da segunda fase da AD tiveram poucas inovações, mas trouxeram como objeto de análise discursos menos “estabilizados” que a primeira fase, por serem produzidos a partir de condições de produção menos homogêneas.

Quanto à terceira fase da AD, Mussalim evidencia que há a desconstrução da maquinaria discursiva, sendo possível, graças a uma análise discursiva, determinar, no interior da dispersão, o que pertence a uma ou a outras formações discursivas. É a perspectiva segundo a qual os diferentes discursos que atravessam uma formação discursiva não se constituem independentemente uns dos outros para serem, em seguida, postos em relação, mas se formam de maneira regulada no interior de um interdiscurso, de modo que a relação interdiscursiva estruturará a identidade das formações discursivas em questão. Além disso, é na terceira fase que há uma nova concepção do objeto de análise, que passa a ser o interdiscurso. Esses principais conceitos vão ser observados de forma mais minuciosa no tópico a seguir.

## 1.2 PRINCIPAIS CONCEITOS DA ANÁLISE DO DISCURSO DE LINHA FRANCESA

A AD trabalha nos limiares entre Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise, baseando-se para observar o seu próprio objeto: o discurso. Da primeira, empresta as teorias da sintaxe e da enunciação, as questionando, enquanto da segunda, a ideologia e a observação da sociedade, e da terceira, o modo de ver o inconsciente e como se constitui o sujeito. A AD tem

a capacidade de dialogar e problematizar esses campos do conhecimento, produzindo, a partir deles, o próprio método e objeto (ORLANDI, 1987), de modo que os conceitos basilares da AD são indissociáveis e interdependentes, já que propõe um programa de tratamento da questão do sentido, ansiando trabalhar a interdisciplinaridade (MAZIÈRE, 2007). Assim, os processos de significação e mecanismos de funcionamento são os conceitos para a disciplina sobre que discorreremos nesta Dissertação, a fim de compreender e basear nossa análise.

### 1.2.1 Formação Discursiva e Formação Ideológica

O conceito de Formação Discursiva (FD), juntamente com o de Formação Ideológica (FI), surgiu na segunda fase da AD, quando caiu o conceito de máquina discursiva. Foi nesse momento em que se inseriu a ideologia no estudo do discurso, mostrando que não existe discurso neutro, mas todos são repletos de ideologia.

Sendo um termo emprestado de Foucault, a FD são as regularidades sobre uma dispersão de objetos, representada pelo coletivo por meio do trabalho sobre o intradiscurso e o interdiscurso, porém não pode ser considerada como um bloco fixo e imutável (MAZIÈRE, 2007). Para Pêcheux (1995), cada FI comporta uma ou várias FDs interligadas, além de ser um “conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem individuais e nem universais”. Ainda de acordo com o autor (1975), a identidade é resultado da identificação do sujeito que se inscreve em uma (e não em outra) FD para que suas palavras tenham sentido e, ao mudar para outra FD, as palavras também mudam de sentido.

Charaudeau e Maingueneau (2016) remetem às considerações de Pêcheux de que toda formação social implica a existência de posições políticas e ideológicas organizadas em formações que mantenham entre si “relações de antagonismo, de aliança ou de dominação”. Ou seja, enquanto a FD determina o que pode e deve ser dito em uma conjuntura dada, não se trata apenas da natureza das palavras empregadas, mas também de construções em que essas palavras se combinam, já que mudam de sentido ao passar de uma FD a outra (BARONAS, 2007).

Orlandi (2008), por sua vez, mostra que a FD determina o que pode e deve ser dito, pois os sentidos são sempre determinados ideologicamente. Como todo discurso se delinea na relação com outros, presentes ou na memória, a FD é a regionalização do interdiscurso, assim como as configurações específicas dos discursos em suas relações. Pela referência à FD, as palavras iguais podem significar diferente, pois são inscritas em FDs diferentes.

Sendo assim, a FD é a responsável por delimitar e delinear as possibilidades do dizer, de acordo com a identificação do sujeito, de modo a gerir os efeitos de sentido, que são

mutáveis na passagem entre diferentes FDs. Logo, cabe à FI abranger várias FDs, já que são sempre cheias de ideologia.

### 1.2.2 O Sujeito

Falando em ideologia, para a AD, o conceito de sujeito difere-se do de indivíduo, uma vez que o sujeito não é senhor de sua vontade, mas interpelado pela inconsciência e pela ideologia, de forma que se torne assujeitado e clivado. O sujeito discursivo tem diferentes definições, mas nos atentamos à de Pêcheux, que, segundo Charaudeau e Maingueneau (2016), enxerga o sujeito como constituído pelo esquecimento daquilo que o determina, interpelado pela identificação com a FD que o domina, além de ser sobredeterminado pelos pré-construídos ideológicos. A interpelação do indivíduo em sujeito vem dos estudos de Althusser (1974), inspirado em Marx. Além disso, outro fator que determina o sujeito é o inconsciente, relacionado com a linguagem por Lacan. Em outras palavras, não existe discurso sem sujeito e nem sujeito sem ideologia (ORLANDI, 1998). Além disso, podemos ver também a forma com que cada ideia da AD se relaciona entre si, estando interligadas e interdependentes.

Segundo Orlandi (2008), a relação entre ideologia e sujeito demonstra a tarefa da AD em (res)significar a noção de ideologia a partir da consideração da linguagem, já que o trabalho da ideologia é produzir evidências, colocando o homem na relação imaginária com suas condições materiais de existência, e é por isso que o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia para que se produza o dizer. Essa interpelação traz o apagamento da inscrição da língua na história para que signifique o efeito de evidência do sentido e a impressão do sujeito ser a origem do que diz. A autora ainda expõe que se utiliza uma teoria materialista, em que há o efeito de evidência dos sujeitos e também a dos sentidos. Assim, podemos compreender a relação entre linguagem e mundo no sentido de refração, ou seja, o efeito imaginário de um sobre o outro, e a inscrição desses efeitos linguísticos materiais na história é a discursividade.

No que diz respeito à forma histórica do sujeito, Orlandi (2008) expõe a ideia de assujeitamento, segundo a qual existe um sujeito livre e submisso, capaz de uma liberdade sem limite e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua, com vistas a compreender o homem através de sua historicidade, e não apenas uma concepção intemporal, a-histórica e biológica da subjetividade. Logo, a literalidade é o sentido que uma palavra tem independentemente do uso em qualquer contexto.

Ainda consoante com Orlandi (2008), outro fator importante a se comentar é a respeito do “Autor e sujeito: o imaginário e o real”, de maneira que o sujeito está para o discurso

assim como o autor está para o texto, sendo que, enquanto a relação do sujeito com o texto é de dispersão, a autoria implica em disciplina, organização e realidade. Além disso, a diferenciação entre discurso e texto mostra que o primeiro é o efeito de sentido entre os locutores e o segundo apresenta começo, meio e fim, e é uma superfície linguística fechada nela mesma.

Outro contraste é a de sujeito e autor, sendo um a interpelação do indivíduo pela ideologia e o outro, a representação de unidade delimitada na prática social como uma função específica do sujeito. Logo, o real do discurso presume uma descontinuidade, falta, contradição, que constituem tanto o sujeito quanto o discurso. Já as representações são a unidade, a coerência e a não contradição, na instância do imaginário. Em Orlandi (2008), a função-autor é a autoria como função discursiva assumida pelo sujeito, e estabelece-se ao lado de outras funções.

Foucault escreveu a respeito dos processos internos de controle do discurso, a fim de domesticar a dimensão de acontecimento e acaso do discurso, de forma que o autor seria o princípio do agrupamento do discurso. Assim, um texto pode não ter um autor específico, mas, graças à função-autor, sempre é imputada uma autoria. Além disso, a assunção da autoria implica uma inserção do sujeito na cultura, uma posição no contexto histórico-social, sabendo como assumir, diante das instâncias institucionais, o papel social na relação com a linguagem.

Por outro lado, para Mussalim (2003), o conceito de sujeito se considera de forma diferente de acordo com as fases da AD. De acordo com a primeira, o sujeito é assujeitado à maquinaria discursiva e submetido às regras específicas que delimitam o discurso que enuncia. Por outro lado, a segunda fase concebe o sujeito e a FD como uma dispersão no sentido, não sendo formados por elementos ligados entre si por um princípio de unidade, mas uma dispersão do sujeito, inspirado nos estudos de Foucault. Sendo assim, o sujeito é aquele que desempenha diferentes papéis de acordo com as posições que ocupa no espaço interdiscursivo, não totalmente livre, mas sofrendo coerções da FD, que é regulada por uma FI.

Em comparação, os sujeitos da primeira e da segunda fase da AD são influenciados por uma teoria da ideologia, que coloca o sujeito no quadro de uma FI e uma FD, de modo que não existe sujeito individual, mas apenas o ideológico, sendo que essa ideologia se manifesta através dele. Além de tudo isso, na terceira fase, o sujeito é enxergado como menos estruturalista e essencialmente heterogêneo, clivado e dividido. Portanto, a característica em comum dos sujeitos das três fases da AD é não serem senhores de suas vontades.

Logo, vemos que o sujeito discursivo é assujeitado, atravessado e clivado pela ideologia, necessitando então a sua inclusão em determinada FD e a sua identificação com certa FI. Diferenciando-se do autor e também do indivíduo, que estão na superfície da materialidade

textual, o sujeito guia-se, além da ideologia, pelo inconsciente, de forma a manifestar-se nos equívocos, falhas e esquecimentos. Assim, a posição ocupada pelo sujeito também guia o processo de produção de efeitos de sentidos, evidenciando o lugar de onde se enuncia, o que também inclui o próximo conceito a ser apresentado: as condições de produção.

### 1.2.3 Condições de Produção

Juntamente com a FI e a FD, as condições de produção determinam o que pode e deve ser dito em determinada ocasião, e então são outro conceito basilar para a AD, pensadas por Pêcheux (1975) para designar não somente o meio ambiente natural e institucional do discurso, mas as representações imaginárias da própria identidade dos interlocutores, assim como o referente dos discursos. Segundo Maingueneau (1998), o termo é também empregado como uma variante de contexto, que, por sua vez, minimiza a dimensão interacional do discurso, ideia que necessita de maior desenvolvimento e estudo. Já para Charaudeau e Maingueneau (2016), as condições de produção podem substituir a noção de “circunstâncias”, sendo o que condiciona um discurso. Indo além, conforme Orlandi (2008), as condições de produção são o contexto imediato, o que inclui o social, o histórico e o ideológico.

De acordo com Orlandi (2006), as condições de produção abrangem os sujeitos e a situação, sendo que a situação inclui seu sentido estreito – as circunstâncias da enunciação, o contexto imediato – e o sentido lato – a situação compreende o contexto social, histórico, ideológico, de maneira mais ampla. Pensando nisso, a memória discursiva e o interdiscurso fazem parte das condições de produção, e também existe em toda língua uma série de mecanismos de projeção que permitem passar da situação sujeito para a posição sujeito no discurso. Esse é o jogo das chamadas *formações imaginárias*, que são a imagem que o sujeito faz dele mesmo, do seu interlocutor e do objeto do discurso, o que pode se relacionar com o conceito de relações de força, o lugar social que marca o discurso com a força que o lugar apresenta, já que as posições nunca são neutras, mas carregadas do poder que as constitui.

Conforme Mussalim (2003), as condições de produção do discurso mostram que a relação imaginária que o sujeito tem com o próprio discurso é uma manifestação da tentativa ilusória de controle, como visto que o sujeito não é senhor de sua vontade. Logo, o sujeito não tem acesso às reais condições de produção do discurso, graças à inconsciência de ser atravessado. Ou seja, o sujeito não é livre para dizer o que quer, a própria opção do que dizer já é em si determinada pelo lugar que ocupa no interior da FI à qual está submetido, mas as imagens que o sujeito constrói ao enunciar só se constituem no próprio processo discursivo.

Assim, os efeitos de sentido são produzidos pelo conhecimento das condições de produção, que não estão evidentes, mas opacas e escondidas e detêm a ilusão do controle do sujeito sobre o que é dito, representadas pelo contexto social, histórico, ideológico, de maneira mais ampla, e também a situação imediata da enunciação. As condições de produção também dissimulam o inconsciente do sujeito, por meio da memória discursiva, graças ao interdiscurso.

#### 1.2.4 Memória Discursiva e Interdiscurso

Como exposto no conceito de sujeito, a inconsciência promove os esquecimentos, que se vinculam diretamente à memória discursiva. Outro fator determinante do discurso é a relação com outros discursos, ou seja, com o interdiscurso, por meio da memória discursiva. O primado do interdiscurso significa que os sentidos são sempre referidos a outros sentidos, de onde tiram a identidade (ORLANDI, 1996), e esses outros entram no domínio da memória discursiva, como o já dito (e pode ser repetível) ou possível e garante a formulação do dizer. Em outras palavras, é necessária a inscrição do dizer no interdiscurso para que tenha sentido. De acordo com Maldidier (2003), o interdiscurso é o espaço discursivo e ideológico onde se desdobram as FDs, de forma que só se possa entender o intradiscurso em sua relação com o interdiscurso. Assim, da mesma forma, Freire (2006) mostra que o interdiscurso é a própria memória discursiva, considerando tanto a memória quanto o esquecimento.

Para Orlandi (2008), a memória se relaciona ao próprio interdiscurso, que é o que se fala antes, em algum lugar, de modo que a memória discursiva é o saber discursivo que torna possível todo dizer e retorna sobre a forma do pré-construído, sendo o já dito, as experiências passadas, na base do dizível. A autora distingue interdiscurso e intradiscurso, sendo o primeiro o eixo vertical de todos os dizeres já ditos (e esquecidos), assim como o plano do dizível; por outro lado, o eixo horizontal é a formulação do que estamos dizendo naquele momento dado, em condições reais. Sendo assim, todo dizer se encontra na confluência dos dois eixos: memória (constituição) e atualidade (formulação). Graças aos esquecimentos, só uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que não diz (e muitas vezes desconhece) significa.

Para ficar mais claro, Orlandi (2008) fala sobre os “Esquecimentos”, retomando os estudos de Pêcheux, que escreveu sobre as duas formas de esquecimento no discurso: o da ordem da enunciação (parcial e semiconscente) e o esquecimento ideológico (da instância do inconsciente). Posto isso, o esquecimento é estruturante e parte da constituição dos sujeitos e dos sentidos, já que os sujeitos “esquecem” o que já foi dito.

A questão do interdiscurso volta a ser discutida no tópico “O dito e o não dito”, de Orlandi (2008), já que se deve acolher metodologicamente e praticar na análise que o dizer tem relação com o não dizer. Sendo assim, Orlandi expõe o trabalho da Semântica Argumentativa de Ducrot, que estudou as diferentes formas do implícito, o não-dizer: o pressuposto (aquilo que deriva propriamente da instância da linguagem) e o subentendido (o que se dá em contexto). Por outro lado, para a AD, há noções que encapam o não-dizer: o interdiscurso – uma vez que o dizer presente se sustenta na memória discursiva ausente -, a ideologia e a FD.

Conforme a autora, outro modo de trabalhar o não-dito é o silêncio, o lugar de recuo necessário para que se possa significar, a iminência de sentido. A “respiração da significação” tem dois modos de se apresentar: o silêncio fundador – que indica que o sentido pode ser outro e faz com que o dizer signifique – e o silenciamento ou política de silêncio, que, por sua vez, se subdivide em silêncio constitutivo (uma palavra apaga outras palavras) e silêncio local (por meio da censura e das relações de poder, que fazem com que o sujeito não diga o que poderia dizer). Ainda, há limites para delinear as margens do não-dito, a partir do dizer, das condições e da relação com a memória, considerando o dito relevante para cada situação discursiva.

Segundo Pêcheux (1999), a memória não deve ser entendida no sentido psicologista da memória individual, mas nos sentidos entrecruzados, trazendo uma continuidade problemática entre a linguística e as disciplinas de interpretação, um acordo amplo que se manifestou, sobre a especificidade da ordem linguística em relação à ordem do discurso. A memória discursiva, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem estabelecer os “implícitos” (pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos). Para o autor, a memória é justamente um espaço móvel de divisões, disjunções, deslocamentos e retomadas, conflitos de regularização, desdobramentos, réplicas, polêmicas e contradiscursos.

Ainda de acordo com o filósofo (1990), a materialidade discursiva particular de um acontecimento, cujo contexto de atualidade e no espaço de memória que ele convoca e começa a reorganizar, demonstra o contexto sociopolítico. Há a possibilidade de se elaborarem enunciados que remetam ao mesmo fato, mas sem as mesmas significações, uma vez que não estão em relação parafrástica. Sendo assim, a memória está em jogo no acontecimento, abrindo margens para as possibilidades de dizeres que se atualizam na enunciação e promovem um efeito de esquecimento e um deslocamento da memória como virtualidade de significações.

Portanto, vemos que, graças à interpelação do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, a memória discursiva, por meio do interdiscurso, pode trabalhar nos efeitos de sentido, pois detém tanto o já-dito quanto o não-dito, que significam tanto quanto o dito, que se

baseia, por sua vez, na ideologia e nas FDs. Assim, a história e o silêncio também significam e estão presentes nos processos de significação, que geram os diferentes efeitos de sentido.

### 1.2.5 Efeitos de Sentido

Compreendidos os conceitos, podemos expor a principal ocupação de estudo da AD francesa: as possibilidades de efeitos de sentido promovidas graças ao funcionamento da memória discursiva no inconsciente do sujeito do discurso. Assim, os efeitos de sentido são produzidos na medida em que se relacionam sujeito, inconsciente e ideologia. Nas palavras de Pêcheux (1969), um discurso é efeito de sentido entre interlocutores, sendo que um sentido evidente para um sujeito não será da mesma forma para o outro, já que podem estar inseridos em FDs, FIs e condições de produção distintas, interpelados pela ideologia e pelo inconsciente.

Já segundo Ferreira (2001), os efeitos de sentido são diferentes sentidos possíveis que um mesmo enunciado pode assumir de acordo com a FD na qual é reproduzido. Assim, todos os conceitos já explorados contribuem para a compreensão dos efeitos de sentido, e também as suas diferentes possibilidades.

A noção de sentido para Mussalim (2003) mostra que o caráter dialógico do discurso é constitutivo de seu sentido, pois o sentido de uma FD depende da relação que estabelece com as FDs no interior do espaço discursivo. Além disso, apesar da heterogeneidade da FD, também sofre as coerções da FI em que está inserida, porque as sequências linguísticas possíveis de serem enunciadas por um sujeito circulam entre FDs que compõem o interdiscurso.

Logo, o que importa para a AD não é o sujeito em si, mas o lugar ideológico de onde enunciam os sujeitos. Os sentidos possíveis são demarcados e preestabelecidos pela própria identidade de cada uma das FDs colocadas em relação no espaço interdiscursivo. Portanto, os sentidos são construídos à medida que se constitui o próprio discurso, e não são quaisquer sentidos, mas apenas os previstos pela FI que rege determinado discurso.

Pêcheux (1990) defende que a relação entre acontecimento e estrutura evidencia que um mesmo acontecimento histórico pode produzir diferentes enunciados que remetem a diferentes acontecimentos discursivos, graças às ideologias predominantes. Para ele, a descrição e a interpretação não podem se separar, pois funcionam concomitantemente, sendo o estruturalismo a tentativa antipositivista de entrecruzamento de linguagem e história. Além disso, a interpretação desestabiliza os sentidos por apresentar as possibilidades de deriva e novas práticas de leitura, e também a presença dos não-ditos. De acordo com o autor, há um efeito subversivo da tríade materialismo histórico, psicanálise e linguística, de modo que

Althusser, na sua obra *Ler o Capital*, em que aborda questões relevantes ao marxismo, demonstra que a partir de Freud começou a suspeitar do que se escuta, o que a fala e o silêncio querem dizer, assim como os efeitos e condições formais de produção.

À vista disso, Pechêux propõe três exigências. A primeira é o primado aos gestos de descrição das materialidades discursivas, pois não pode discernir descrever de interpretar, uma vez que requer o conhecimento do real da língua, assim como o objeto da linguística manipula os significados e transforma os sentidos. A segunda considera as novas significações de acordo com as relações sociais, uma vez que todo enunciado é intrinsecamente suscetível de se tornar outro, se deslocando discursivamente de seu sentido para derivar de outro. Por fim, a questão final da discursividade como estrutura ou acontecimento, visto que todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação e uma reestruturação das redes e trajetos, além de ser o índice potencial de uma agitação nas filiações socio-históricas de identificação.

Desse modo, percebemos que os sentidos estão à deriva e não se limitam a um único sentido verdadeiro e final, mas se constroem a partir da inserção do sujeito em determinada FD, sob a coerção de determinada FI, juntamente com a relação com o interdiscurso, a ideologia e o inconsciente. Assim sendo, o que significa para determinado sujeito não terá o mesmo sentido para outro sujeito, pois os sentidos ecoam e são captados de formas distintas.

### 1.2.6 Equívocos

De acordo com Orlandi (2015), não há neutralidade na linguagem, de modo que, devido à opacidade e aos equívocos, não se pode estar sujeito a ela, mas sim estabelecer uma relação menos ingênua. Desse modo,

É na formulação que a linguagem ganha vida, que a memória se atualiza, que os sentidos se decidem, que o sujeito se mostra (e se esconde). Momento de sua definição: corpo e emoções da/na linguagem. Sulcos no solo do dizer. Trilhas. Materialização da voz em sentidos, do gesto da mão em escrita, em traço, em signo. Do olhar, do trejeito, da tomada do corpo pela significação. E o inverso: os sentidos tomando corpo. Na formulação – pelo equívoco, falha da língua inscrita na história – corpo e sentido se atravessam. (ORLANDI, 2012, p. 9)

Logo, pensando em paráfrase e polissemia, a autora demonstra que, enquanto os processos parafrásticos são os de retorno aos mesmos espaços do dizer, na polissemia há um deslocamento e uma ruptura com os processos de significação, jogando com o equívoco. Sendo assim, Orlandi difere criatividade e produtividade, sendo que a segunda mantém o homem num retorno constante ao mesmo espaço dizível, enquanto a primeira implica na ruptura do processo de produção da linguagem, fazendo intervir o diferente. Portanto, a paráfrase é a matriz do sentido, pois não há sentido sem repetição, por sua vez a polissemia é a fonte da linguagem,

porque é a própria condição de existência dos discursos, justamente a simultaneidade de movimentos distintos de sentido no mesmo objeto simbólico.

Orlandi explica que sujeito e sentido são incompletos, e não se constituem definitivamente, mas funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Assim, pode-se perceber o equívoco, que tem no processo polissêmico, na metáfora, o seu ponto de articulação. Além disso, a autora demonstra que sempre há o incompleto, o possível pela outra interpretação, demonstrando o deslize, a deriva e o trabalho da metáfora.

Logo, vemos que o inconsciente do sujeito manifesta, por meio do equívoco, as ideologias e, então, a ideologia toca a história e constitui a ideologia (ORLANDI, 1996). A mesma autora explica que o equívoco é a condição do significar, pois cria a ilusão da literalidade, ou seja, o único sentido. Em outras palavras, o equívoco é um lugar preeminente na AD, sendo inclusive um fato estrutural implicado pela ordem do simbólico, servindo para mostrar a pluralidade dos gestos de leitura e também as derivas, de acordo com Orlandi.

### 1.3 O DISCURSO

Falando em deriva, o discurso para a AD também não é fechado, mas um processo ou, nas palavras de Orlandi (2001), um “dizer em curso”, pois a interpretação está nas lacunas, ou seja, na abertura. O discurso é concebido como a inclusão de um texto em seu contexto e, portanto, nas condições de produção e de recepção (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2016). A finalidade do analista é compreender como o texto funciona e produz sentidos, inserindo-o na historicidade, a fim de trabalhar a opacidade do texto (ORLANDI, 2008). Em outras palavras, o texto é a unidade, com começo, meio e fim, de sentido em relação à situação, enquanto o discurso é efeito de sentidos entre locutores, produzido pela inscrição da língua na história, regida pelo mecanismo ideológico e além da materialidade.

No capítulo “O Discurso”, Orlandi (2015) levanta alguns tópicos para o conceito. Segundo a autora, a AD enfoca no discurso, “a palavra em curso”, a fim de ver a língua enquanto trabalho simbólico e parte do trabalho social, constitutivo do homem e da história. Em outros termos, é pelo discurso que o homem consegue se relacionar com a realidade natural e social, o que mostra a necessidade do analista do discurso de relacionar a linguagem à exterioridade, para encontrar as regularidades da linguagem em sua produção. Além disso, refletimos sobre o modo como a linguagem se materializa na ideologia e como a ideologia se manifesta na língua, já que existe uma relação entre língua, discurso e ideologia. Assim, a autora levanta os dizeres

de Pêcheux que não há discurso sem sujeito ou sujeito sem ideologia, mas o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, sendo como a língua e o discurso fazem sentido.

Portanto, para Orlandi (2008), o discurso é efeito de sentido entre locutores, e a relação com a linguagem jamais é inocente, podendo se situar face à articulação do simbólico com o político, o que possibilita novas práticas de leituras que problematizem as maneiras de ler, além do deslocamento de maneiras de produzir sentidos. Assim, além de possibilitar a relação entre palavra e coisa, é pela ideologia que o sujeito se constitui e o mundo se significa.

A mesma autora (2006) mostra que a AD tem o texto como unidade, enquanto constitui discurso e sua materialidade, sendo tarefa do analista compreender como o texto se constitui em discurso e pode ser compreendido em função da FI que o determina. Considerando as condições de produção, o primeiro passo do percurso do analista é tomar o material bruto linguístico e procedê-lo à de-superficialização, sua de-sintagmatização, obtendo o que se chama de objeto discurso, e começa-se a pressentir o desenho das FDs que presidem a organização do material. O segundo passo é trabalhar sobre o objeto discursivo, a fim de determinar as relações estabelecidas com as FI, levando ao processo discursivo, que é, para Pêcheux, o sistema de relações que funcionam entre elementos linguísticos em uma formação discursiva dada.

Conforme Orlandi (2006), a relação entre o texto e discurso mostra que não são as palavras que significam, mas o texto, e quando uma palavra significa é porque é textualizada; assim como o exemplo dos banheiros com as placas “O” e “A” nas portas, textos com textualidade e relação consistente em relação à situação em que ocorrem. Em outras palavras, não basta um amontoado aleatório de palavras para que haja um sentido, mesmo respeitando a sintaxe da língua. Assim, é necessário ser um objeto linguístico-histórico, um processo que se desenvolve de múltiplas formas em determinadas situações sociais, para que se torne um texto.

#### 1.4 A IDEOLOGIA

Ao refletirmos sobre a ideologia, percebemos a necessidade de explorar os Aparelhos Ideológicos, analisados no livro *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*, de Louis Althusser (1974), já que diretamente influenciou os estudos da AD de Pêcheux. Nesse livro, o filósofo reflete a respeito do conceito e da constituição da Ideologia. Para o autor, a força de trabalho deve ser qualificada e, portanto, reproduzida, segundo as exigências da divisão social e técnica do trabalho, nos diferentes cargos e empregos. Além disso, é assegurada no regime capitalista como a qualificação fora da produção, reproduzida por meio do sistema escolar capitalista e outras instâncias e instituições. Cabe à escola ensinar técnicas, como ler,

escrever e contar, cultura científica e literária, e saberes práticos, como as regras da moral, da consciência cívica e profissional, dos bons costumes e o comportamento que todo agente da divisão do trabalho deve observar, segundo o lugar que se destina a ocupar. Falando e redigindo bem, pode mandar aos operários, como a reprodução da força de trabalho, que não exige somente uma reprodução da qualificação, mas da submissão às regras da ordem estabelecida e à ideologia dominante, ou seja, uma reprodução da capacidade para manejar a ideologia dominante, a fim de assegurar “pela palavra” a dominação da classe. O papel da Escola (e outras instituições de Estado, como a Igreja e o Exército) seria ensinar “saberes práticos” dentro de moldes que assegurem a sujeição à ideologia dominante ou, então, a prática. É nas e sob as formas da sujeição ideológica que se assegura a reprodução da qualificação da força de trabalho.

Logo, Althusser contrasta a teoria da ideologia em geral e a das ideologias particulares, demonstrando que a ideologia não tem uma história, nem se pode formular uma teoria das ideologias em geral, uma vez que as ideologias têm uma história, cuja determinação se encontra fora das ideologias em si, mesmo dizendo-lhes respeito. Na *Ideologia Alemã*, Marx começa a explorar a ideologia como uma construção imaginária, constituída pelos “resíduos” da única realidade plena e positiva, dos indivíduos concretos, produzindo materialmente a sua existência. Por ser apenas o pálido reflexo da história real, a ideologia não tem história própria, determinada pela luta de classes. Em outras palavras, as ideologias têm uma história própria, enquanto a ideologia em geral não tem história, que está fora dela. Como o inconsciente de Freud, que também não tem história, a ideologia é eterna. Logo, emprega-se o termo “ideologia” para designar a ideologia em geral, onipresente, sob a forma imutável, em toda a história.

Para exemplificar melhor, o autor demonstra que a ideologia é uma “representação” da relação imaginária dos indivíduos com as condições de produção. A primeira tese é a de um objeto “representado” por meio da ideologia, que representa a relação imaginária dos indivíduos com as condições reais de existência, ou seja, as ideologias religiosa, moral, jurídica, política são concepções de mundo imaginárias e não correspondem à realidade (ilusão), fazendo alusão à realidade, bastando interpretá-las para reencontrar a própria realidade do mundo. Em outros termos, na ideologia, os homens representam, sob uma forma imaginária, as condições de existência reais. Portanto, não são as condições de existência reais, o mundo real, mas a relação dos homens com as condições de existência que se representa na ideologia. Na ideologia, o que é representado não é o sistema das relações reais que governam a existência dos indivíduos, mas a relação imaginária dos indivíduos com as relações reais em que vivem.

A segunda tese é sobre a materialidade da ideologia. “Ideias” ou “representações”, que parecem compor a ideologia, não têm existência ideal, mas material, uma vez que a existência ideal, espiritual relevava exclusivamente de uma ideologia da “ideia”, acrescentando uma ideologia do que parece “fundamentar” a concepção a partir da aparição das ciências. Uma ideologia existe sempre num aparelho e na sua prática, ou seja, tem uma existência material, que pode ser em vários sentidos e modalidades, mas todas enraizadas na matéria “física”. Assim, a ideologia é uma relação imaginária com relações reais, dotada de uma existência material. A representação ideológica da ideologia é obrigada a reconhecer que todo “sujeito” dotado de uma “consciência” e crendo nas “ideias” que a sua “consciência” lhe inspira e aceita livremente, deve agir de acordo com as ideias, inscrevendo nos atos da prática material as próprias ideias de sujeito livre e, se não o fizer, tem ideias diferentes das que proclama. Logo, só existe prática através e sob uma ideologia, e só existe ideologia através e para os sujeitos.

A respeito disso, Althusser discorre sobre a interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia, só existindo ideologia pelo e para sujeitos, uma vez que a própria categoria de sujeito só é constitutiva de toda a ideologia, na medida em que toda a ideologia tem por função “constituir” os indivíduos concretos em sujeitos. Essa é a definição e o funcionamento de toda ideologia. Assim, tanto o autor como o leitor são sujeitos ideológicos, vivendo na ideologia, uma vez que, segundo Althusser, o homem é, por natureza, um animal ideológico.

Outra autora importante que escreve a respeito de ideologia é Marilena Chauí (1980), que defende que a ideologia é um ideário histórico, social e político responsável por ocultar a realidade, a fim de assegurar e manter a exploração econômica, a desigualdade social e a dominação política. Para ela, a ideologia pura enxerga a realidade como constituída por ideias, com as coisas como uma espécie de receptáculo provisório, sendo necessário compreender a origem das relações sociais e das diferenças temporais, encarando-as como processo histórico, já que homens determinados em condições determinadas têm meios de criar sua existência social, reproduzindo ou transformando-a, e o ocultamento da realidade social é o que se chama de ideologia. A filósofa traça um percurso histórico que vai desde a primeira aparição do termo ideologia, após a Revolução Francesa, com Destutt de Tracy, em uma ciência materialista da gênese das ideias, como fenômenos naturais que exprimem a relação do corpo humano com o meio ambiente. Então, em Napoleão, o termo adquiriu um sentido pejorativo, como ignorante do realismo político. Isso influenciou Marx, para o qual o ideólogo seria o que inverte as relações entre ideias e o real, e a divisão social do trabalho separa trabalho material e intelectual, engendrada pela desigualdade social ou pela propriedade privada, de modo que os

homens não se percebem como produtores e transformadores, com sempre o Outro como alguém que define suas vidas e a forma social com que vivem. Logo, a ideologia se mostra como sistema ordenado de ideias ou representações, independente das condições materiais, e então o que torna possível é a luta de classes, ou seja, a dominação de uma classe sobre as outras. Portanto, Chauí mostra a forma com que a ideologia, que designava uma ciência natural da aquisição das ideias sobre o real, passa a um sistema de ideias condenadas a desconhecer a relação real com a realidade.

Por fim, em Pêcheux (1996), quando diz sobre o “mecanismo do (des)conhecimento ideológico”, defende que o campo da ideologia não é o único elemento em que se dá a reprodução e a transformação das relações de produção de uma formação social, ou seja, apenas a luta de classes. Para ele, as ideologias não se compõem de ideias, mas práticas, sendo possível atribuir a cada classe sua própria ideologia. Então, os Aparelhos Ideológicos de Estado não são a expressão da classe dominante, mas o local e o meio da realização dessa dominação, de modo que os aparelhos não são simplesmente máquinas ou instrumentos, mas a sede e contradições ideológicas da transformação das relações de produção. Assim, não existe prática sem ideologia e não existe ideologia sem ser pelo e para o sujeito. Portanto, em Pêcheux a coletividade impõe sua marca ideológica em cada sujeito, e o efeito do pré-construído é a modalidade discursiva da discrepância pela qual o indivíduo é interpelado em sujeito, acontecendo o que o autor chama de “Efeito Münchhausen”: a ilusão do sujeito como origem do discurso.

Desse modo, neste capítulo buscamos estudar sob a perspectiva da AD pecheutiana os principais conceitos que a constituem como disciplina, assim como o seu contexto de produção e as contribuições possíveis até hoje. Além disso, vimos os diálogos que a AD pode estabelecer, tanto com outras áreas do conhecimento como dentro de si mesma, por meio das principais noções em torno do processo de compreensão dos efeitos de sentido. O discurso manifesta a ideologia que interpela o sujeito, pois molda os dizeres e os atos dos sujeitos que a ela se submetem, identificando-se com essa determinada FI. No capítulo seguinte, visamos observar os diferentes olhares a respeito da metáfora, nos focalizando especialmente na abordagem da AD, a fim de analisar sob esse viés semântico-ideológico, as metáforas do prefácio “Aletria e hermenêutica”, de Guimarães Rosa.

## CAPÍTULO II – A METÁFORA

*“As palavras continuam com seus deslimites”*

*(Manuel de Barros)*

O capítulo II compreende os entornos dos estudos da metáfora, objeto de estudo e discussão desde os tempos remotos da Grécia Antiga e dos filósofos clássicos, e passou por diversas transformações até chegar à perspectiva da AD francesa, que é o aporte teórico desta Dissertação. Logo, para vislumbrarmos esse percurso e suas diferenças, este capítulo se divide em cinco partes: a primeira questiona o quadro da metáfora para Roman Jakobson; enquanto a segunda levanta a visão de Paul Ricoeur sobre o fenômeno metafórico; e a terceira traz a perspectiva cognitiva de Lakoff e Johnson; já a quarta parte discute rapidamente a visão para a Semântica tradicional, usando como aporte a estudiosa Márcia Cançado; e, por fim, a última traz a visão discursiva sobre esse fenômeno, a partir de Michel Pêcheux e Eni Orlandi.

### 2.1 PERSPECTIVA POÉTICA DA METÁFORA

Após a leitura de Jakobson (1999), vemos que a Poética passa a tratar de problemas da estrutura verbal, sendo, portanto, imanente ao objeto da Linguística saussuriana: a língua. Para isso, o autor se propôs a estudar a relação entre forma e função, especialmente durante a primeira tese, que apresenta a língua como um sistema funcional. De acordo com Jakobson, o sintagma e o paradigma de Saussure podem ser vistos dentro da função poética, que trata a respeito da mensagem, e então seriam os dois modos básicos de arranjo: a seleção e a combinação, que passam a ser chamados, respectivamente, de eixos metafórico e metonímico. Nas palavras dele, “a metáfora, para a poesia, e a metonímia, para a prosa, constituem a linha de menos resistência, o que explica que as pesquisas acerca dos tropos poéticos se orientem principalmente para a metáfora” (JAKOBSON, 1999, p. 62). Portanto, na perspectiva poética da metáfora, esse fenômeno se restringe à poesia, estando no eixo horizontal da seleção.

Para explicar os dois tipos de afasia, Jakobson limita o conceito de metáfora ao gênero poético e a relaciona com a metonímia, e seriam a vinculação de um significante a um significado secundário, associado por semelhança (ou por contiguidade), e desse modo cabe à similaridade das significações relacionar os símbolos de uma metalinguagem com os que a ela se referem, e então relacionar um termo metafórico com o termo que substitui. Isso se opõe ao que propomos como metáfora, já que esta não está restrita à poética e não serve para substituir um termo em função de outro, no eixo combinatório. Além disso, a AD considera os efeitos de

sentido e os possíveis deslizamentos, pois, na perspectiva discursiva, é preciso considerar a inserção do sujeito em determinada FD e a sua identificação com certa FI, que é inconsciente e atravessada pela ideologia, em determinadas condições de produção. Roman Jakobson é apenas um dentre vários estudiosos que tentaram definir o que é metáfora, e a seguir mostraremos outra perspectiva a respeito desse fenômeno, desta vez indo além da estrutura e do funcionalismo.

## 2.2 PERSPECTIVA HERMENÊUTICA DA METÁFORA

A metáfora também é estudada por Paul Ricoeur, que, em seu livro *A metáfora viva* (2000), reúne uma série de estudos, que conta com pontos de vistas, indo desde a retórica clássica, percorrendo a semiótica e a semântica, até desembarcar na hermenêutica, que acabaram por construir um todo: o interesse pela palavra, pela frase e pelo discurso. O estudo “Entre retórica e poética” começa a discorrer a partir das contribuições de Aristóteles, que definiu a metáfora e baseou a história do pensamento ocidental. O filósofo acreditava que a palavra seria a unidade básica, o que fez com que a Retórica e a Poética se entrecruzassem. Posto isso, Ricoeur propõe o enigma entre metáfora e comparação, sendo que, enquanto uma é prioridade, a outra é dependência. Além disso, a comparação tem um caráter discursivo e necessita de dois termos, igualmente presentes, enquanto, para os modernos, a metáfora é duas coisas em uma só, simultaneamente desviando e aproximando as coisas. Para Ricoeur, o motivo da maior força da metáfora quanto à comparação é a atribuição direta que faz brotar a surpresa que a segunda dissipa. Em contraste, sabemos que a metáfora não se restringe somente aos campos da Retórica e da Poética, indo além e presente em outros domínios e no cotidiano dos sujeitos, e também a metáfora não é simplesmente ver duas coisas em uma só, mas relacioná-las entre si, observando como produz efeitos de sentido.

Assim, o autor do livro passa a relacionar a semântica com a retórica da metáfora, cujo objetivo é persuadir e agradar. Para Ricoeur, a lucidez reflexiva consistiria em dar conta da razão e do fundamento da metáfora, seja morta (como “o pé da cadeira”) ou viva – pela metáfora do escritor. Portanto, a metáfora segundo Ricoeur não se reduz a um jogo de palavras, mas pode operar por entre as maneiras do sujeito considerar, amar e agir. Além disso, a metáfora não se detém a apenas uma palavra, mas um enunciado inteiro, sendo o contraste evidente ao observar uma palavra tomada metaforicamente e outra não. Posto isso, Ricoeur conclui o estudo relacionando a semântica à crítica literária, já que, na literatura, os leitores são postos diante de um discurso com várias significações ao mesmo tempo e, assim, não se caracteriza mais como estrutura, mas como referência, revelando o poder da metáfora de projetar e revelar um mundo.

De acordo com o autor, a linguagem viva é capaz de levar mais longe a fronteira do não-sentido, de modo que talvez não haja palavras completamente incompatíveis que não possam ser relacionadas e, portanto, o sentido figurado não é desviado das palavras, mas o sentido de um enunciado inteiro e, logo, a metáfora só existe na instância do discurso, se tornando viva.

Ricoeur conecta a metáfora com Saussure, em que o corte língua x fala evidenciou a impossibilidade de limitar, já que a polissemia inicial é igual à língua, a metáfora viva é igual à fala, a metáfora de uso é igual ao retorno da fala à língua e a polissemia posterior é igual à língua. Já a dicotomia sincronia x diacronia demonstra que a metáfora tem aspectos sistemáticos e históricos, pois é inovação e deve ser posta entre mudanças de sentido – no nível diacrônico - e alinhada com a polissemia – no nível sincrônico. Igualmente, para a AD, é necessário considerar a historicidade da metáfora, ou seja, as condições de produção e a sua exterioridade.

Passando ao estudo a respeito da nova retórica, que se situa no quadro do estruturalismo francês, o autor mostra que uma palavra metafórica apenas funciona em oposição e combinação com outras palavras não-metafóricas, não existindo linguagem neutra. Os desvios aparecem na não tradutibilidade da linguagem poética, porque a linguagem virtual não é restituível por uma tradução apenas no nível das palavras, necessitando de uma interpretação no nível da frase. Assim, procura-se tirar sentido de um não-sentido, pois o poeta produz sentido ao alterar o código, alterando todo o enunciado com uma única palavra metafórica. Logo, não existe metáfora no dicionário e, se a polissemia é lexicalizada, a metáfora, ao menos a de invenção, não é, e quando se torna é porque a metáfora de uso juntou-se à polissemia.

Posto isso, o estudo sobre o trabalho da semelhança transita entre os níveis semântico e hermenêutico, que tratam do problema da inovação semântica e o papel da semelhança – a tensão entre identidade e diferença – na explicação da metáfora. Dessa maneira, Ricoeur parte dos conceitos de Jakobson, de modo que a palavra seria a mais alta unidade linguística obrigatoriamente codificada, enquanto a frase, mais livremente composta, e o contexto, por sua vez, empregado para designar a relação do morfema ao fonema e da frase ao morfema. O resultado é que a metáfora caracterizará um processo semiótico geral, e não uma atribuição que demande a distinção do discurso e do signo. Logo, os processos de metáfora e metonímia se distinguem na sua operação e relação, e no eixo, domínio e fator linguístico.

Enquanto a metáfora de Ricoeur está no nível da seleção e da similaridade, no eixo da substituição, no domínio da semântica e cujo fator linguístico é o código, a metonímia, na combinação e contiguidade, no encadeamento, sintaxe e tendo como fator linguístico a

mensagem. Portanto, a metáfora só concerne à substância da linguagem, ou seja, às relações de sentido, enquanto a metonímia seria a responsável por modificar a relação referencial.

A metáfora para Ricoeur passa a ser definida como um deslocamento (*shift*) do sentido literal e, assim, todo sentido metafórico é mediato, ou seja, é possível parafrasear uma metáfora por meio da literalidade ou não. É graças à semelhança que se podem operar novas situações, e a função poética da metáfora amplia as maneiras de sentir, apesar de não acrescentar nada à descrição do mundo: é o trabalho da metáfora viva. A fim de defender a semelhança, Ricoeur demonstra que é um fator necessário, e não somente o que um enunciado constrói, mas o que guia e produz esse enunciado. Assim, a metáfora mostra o trabalho da semelhança, uma vez que, no enunciado metafórico, a contradição literal mantém a alteridade, retendo o enigma na metáfora, o que faz operar o “mesmo” apesar do “diferente”. Ao abordar o fenômeno não a partir da estrutura, mas da operação, o mecanismo criador da metáfora é posto em evidência, já que somos capazes de distinguir entre figuras mortas e as em estado nascente, de maneira que o sentido metafórico passa a não ser o enigma, mas a solução e a instauração da nova pertinência semântica. Ao contrário disso, na perspectiva da AD, o sentido metafórico não é visto como solução, mas, por ser discurso, estar sempre aberto e à deriva dos sentidos, não havendo uma significação única, mas várias e desconhecidas para o sujeito, que é inconsciente.

O autor ainda explica que a distinção entre denotação e conotação se evidencia como um dos maiores eixos da semântica, cabendo à interpretação captar a intenção que permeia o mundo, buscando acessar a realidade por meio da ficção e do sentimento. A fim de ultrapassar a oposição entre denotação e conotação, o autor propõe o jogo da semelhança e aproximação das significações até então afastadas, ou seja, a representação passa a ser uma maneira de a natureza tornar-se um produto da arte e do discurso. Já a metáfora concerne a um funcionamento invertido em relação à referência, acrescentando uma operação de transferência, e não um mero ornamento de uma palavra, mas capaz de inventar. Por outro lado, para a AD, a metáfora é deslizamento de sentidos, não sendo vinculada à diferenciação de denotação e conotação, sentido literal e figurado, mas sim os efeitos de sentido produzidos a partir dela.

Ao colocar modelo e metáfora, Ricoeur demonstra que diferem como linguagem científica e poética, deixando a responsabilidade à filosofia da imaginação para ver “novas conexões”. A luta por um conceito de “verdade metafórica” cabe à função poética e à retórica, que, apesar da diferença ao redescrever a realidade pelo caminho indireto, ornamentam o discurso para agradar aos homens. Assim, a “verdade metafórica” objetiva preservar o “não é”

no “é”, ou seja, a alteridade na diferença, evidenciando o caráter tensivo da linguagem, graças à transferência do sentido e a abertura a novos aspectos, dimensões e horizontes de significação.

O autor conclui que a relação da linguagem com a realidade concerne às condições de possibilidade da referência, ou seja, da significação da linguagem em seu conjunto: a realidade, pois, de acordo com a filosofia da linguagem, a relação do ser com o ser-dito não pode se pensar fora da linguagem, enquanto o saber reflexivo é extralinguístico, e o significar em ato, ver as coisas como ações. Ao contrário, a AD postula que o sentido vem não pelo ato, mas pela inserção do sujeito em determinada FD e, juntamente com as condições de produção e o interdiscurso, trabalham no inconsciente do sujeito e revelam a ideologia.

### 2.3 PERSPECTIVA COGNITIVA DA METÁFORA

Também observou a metáfora a perspectiva cognitiva, cujo marco inicial foi a publicação da obra *Metaphors we live by*, ou a tradução brasileira *Metáforas da vida cotidiana*, de George Lakoff e Mark Johnson (2002), que atribuíram um status epistemológico à metáfora. Os autores mostram a metáfora como uma operação cognitiva e analisam expressões, para estabelecer um sistema conceptual metafórico subjacente à linguagem, que influencia o pensamento e a ação, e assim vivemos cotidianamente as metáforas, de modo que aparece como norma quando abstraímos, longe da experiência concreta. Eles defendem que a metáfora é imprescindível na compreensão do mundo e de nós mesmos, unindo razão e imaginação, essenciais para a ciência e a literatura, e assim compreendemos o mundo por meio de metáforas com base na experiência corporal, já que corpo e mente interagem, dando sentido ao mundo. Então, a mente não se detém a uma entidade de natureza metafísica e independente do corpo.

Podemos ver que, de acordo com Lakoff e Johnson, a metáfora é o modo como as pessoas compreendem a linguagem e sua experiência, e, então, um problema central para uma explicação adequada do processo de compreensão, já que a essência metafórica é compreender e experienciar uma coisa em termos de outra. Assim, o conceito metafórico é sistemático, com padrões, e a linguagem para falar a respeito disso também passa a ser sistemática, pois permite compreender um aspecto de um conceito que encobrirá outros aspectos desse mesmo conceito.

Os exemplos dados pelos autores são as metáforas orientacionais, que são as orientações que os corpos têm e a forma como funcionam no ambiente físico, não sendo, portanto, arbitrárias e construídas ao acaso, mas um veículo para a compreensão de um conceito em função de sua base experiencial, variando também de cultura para cultura. Além disso, as metáforas ontológicas, como as de entidade, substância e recipientes, propiciam uma outra base

para a compreensão, pois mostram a capacidade cognitiva de categorizar, agrupar, quantificar e raciocinar, ou seja, a experiência com objetos são formas de conceber eventos, atividades, emoções e ideias. Outro modo de enxergar a metáfora é por meio da personificação, atribuindo a entidades não-humanas termos de motivações, características e atividades humanas.

Ao lado das metáforas, Lakoff e Johnson põem a metonímia, que, apesar da natureza diferente, representando uma entidade em termos de outra, com função referencial, tem também a função de propiciar o entendimento, fazendo parte da forma com que pensamos, agimos e falamos no cotidiano. Também são sistemáticas e com base na experiência, com o principal exemplo nas metonímias simbólicas para compreender conceitos religiosos e culturais, como a pomba representa o Espírito Santo para o Cristianismo.

Como metáforas são corporificadas, os autores mostram que a fala se liga ao tempo em termos de espaço, com a orientação de “eu primeiro” estruturada a partir do enunciador, construindo então os tempos e lugares, de modo que a sintaxe se atrele ao sentido. Por outro lado, as metáforas além desse sistema conceptual são consideradas criativas e imaginativas, criando novos sentidos e uma relação de similaridade, com a função de dar uma compreensão parcial de um tipo de experiência em termos de outro tipo. Assim, questiona a veracidade ou a falsidade de uma metáfora, mas as percepções e as inferências que a acompanham.

Contrariando o cognitivismo, a AD demonstra que a metáfora não é apenas uma operação mental que faz compreender o mundo, a partir da posição do sujeito no tempo e espaço, com conceitos abstratos explicados por concretos. Na visão discursiva, a metáfora não está na mente, mas nos discursos, sendo o sujeito inconsciente e atravessado pela ideologia, que revela sua FD e depende das condições de produção nas quais está inscrito e do interdiscurso.

#### 2.4 PERSPECTIVA SEMÂNTICA DA METÁFORA

Outra estudiosa das metáforas é Cançado (2008), que as enxerga com características sistemáticas, não como anomalias idiossincráticas, mas dependem da convencionalidade, sistematicidade, assimetria e abstração. A primeira trata do grau de novidade ou não, já a segunda é a maneira como estabelece um campo de comparações, logo a terceira diz respeito à natureza direcional da metáfora (A é B, mas nem sempre B é A). Por fim, a abstração pode-se entender como a experiência individual através do mundo. Para ela, a metáfora influencia uma série de comportamentos linguísticos na mente do indivíduo a partir do físico, de modo que as mudanças semânticas históricas se influenciam pelas metáforas, o que conduz às mudanças lexicais e fornece a compreensão da criação da polissemia e do fenômeno das trocas semânticas.

Isso é ultrapassado pela AD, que demonstra que o discurso depende da sintaxe, mas vai além, buscando para mostrar fatores discursivos, em busca dos efeitos de sentido. Assim, a estrutura – a sintaxe – é importante, mas o acontecimento – as condições de produção, as FDs e o interdiscurso – determina o que, como e por que se diz o que diz.

## 2.5 PERSPECTIVA DISCURSIVA DA METÁFORA

Diferente do exposto acima, para a AD, a metáfora é efeito de sentido próprio da produção de sentidos na linguagem, e um dos dispositivos do percurso metodológico, não meramente transposição de sentidos e desvio. Além, Orlandi (2006) defende que o “efeito metafórico” é a questão do funcionamento na relação do discurso com a língua, fazendo com que não se trabalhe apenas com o que as partes significam, mas quais as regras que possibilitam.

Com vistas nos dispositivos de análise, é necessário que o analista de discurso possa ouvir além e compreender, acolhendo a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, com espaço para o possível, a singularidade, a ruptura e a resistência, colocando o dito em relação ao não dito, para perceber, naquilo que o sujeito diz, o que não diz, mas igualmente constitui os sentidos das palavras. A AD não procura o único sentido “verdadeiro”, mas o real do sentido em sua materialidade linguística e histórica. O objetivo do dispositivo é investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito e no efeito metafórico, isto é, no equívoco, na falha e na materialidade, o próprio trabalho da ideologia. Em outras palavras, buscar a partir do que está dito aquilo que se esconde e revela pelos equívocos, com o sujeito atravessado pela ideologia e pelo inconsciente. Para isso, a mediação teórica é necessária, a fim de não refletir apenas no sentido do reflexo, da imagem, da ideologia. Logo, não há AD sem a mediação permanente, e o analista precisa compreender como o discurso se textualiza.

Orlandi (2001) explica que a metáfora é constitutiva do processo de produção de sentido e constituição do sujeito, não como desvio, mas transferência e deslizamento. Assim, o processo de produção de sentidos está sujeito ao deslize, com um “outro” possível e ausente que o constitui, escondido entre o não-dito e o já-dito. Isso demonstra o que o interdiscurso significa: a relação do discurso com uma multiplicidade de discursos, ou seja, um conjunto não discernível de discursos que sustentam a possibilidade de discurso e a memória do dizer.

Assim, para Pêcheux, a metáfora é o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, a possibilidade de um enunciado se tornar outro, de modo que a metáfora não é desvio, mas transferência constitutiva do sentido. Logo, conceber o efeito

metafórico como constitutivo do funcionamento discursivo favorece a concepção da ideologia, e também auxilia na compreensão da historicidade. Segundo Pêcheux (1990), a relação entre acontecimento e estrutura mostra que um acontecimento histórico pode gerar vários enunciados que remetem a diferentes acontecimentos discursivos, e a interpretação desestabiliza os sentidos por apresentar as possibilidades novas práticas de leitura, e também a presença dos não-ditos.

Essas derivas são próprias à metáfora, já que deslizam os sentidos e cujas novas significações variam de acordo com suas relações sociais, uma vez que todo enunciado é intrinsecamente suscetível de se tornar outro diferente de si mesmo, se deslocando discursivamente, ou seja, a metáfora é deslizamento de sentidos. Além disso, a metáfora é vista como a questão final da discursividade como estrutura ou acontecimento, visto que todo discurso marca a possibilidade de uma desestruturação e uma reestruturação das redes e trajetos.

Assim, é uma palavra tomada pela outra, sendo que não há sentido sem metáfora (PÊCHEUX, 2001), mas se constitui no deslizamento de sentido, isso porque toda constituição de sentido se faz pela transferência, não havendo literalidade ou sentido fixo. Logo, para Orlandi (2001), a metáfora é onde se manifestam ideologia e historicidade – ou seja, no nível do acontecimento -, já que os sentidos atribuídos pelos sujeitos no inconsciente se mostram pelo equívoco. Em outros termos, a metáfora está presente quando pensamos na incompletude dos sujeitos e dos sentidos, que não são definitivos, mas funcionam sob o modo do entremeio, da relação, da falta, do movimento. Então, sempre há o incompleto, o possível pela outra interpretação, o deslize, a deriva e o trabalho da metáfora, além da ideia de transferência.

Nas palavras de Orlandi (1996, p. 21), “o sentido é sempre uma palavra, uma proposição por outra: os sentidos só existem nas relações de metáfora dos quais certa formação discursiva vem a ser o lugar mais ou menos provisório”.

Nessa mesma linha, Pêcheux (1990, p. 96) defende que o

efeito metafórico é o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual para lembrar que esse deslizamento de sentido entre x e y é constitutivo do ‘sentido’ designado por x e y; esse efeito é característico dos sistemas linguísticos naturais, por oposição aos códigos e às línguas artificiais, em que o sentido é fixado de antemão.

Assim, a metáfora é efeito de sentido por meio da posição do sujeito (social, cultural, histórico), ou seja, a identificação com certa FD dentro de determinadas condições de produção, assim como a relação com ideologia, memória discursiva e interdiscurso. Então, as transferências e deslocamentos do efeito metafórico mostram o jogo de efeitos de sentidos possíveis, permitindo que um enunciado seja suscetível de tornar-se outro. De acordo com o autor, a memória discursiva orienta a produção dos sentidos, se evidenciando no efeito

metafórico, produzindo uma rede metafórica da incompletude e da contradição. Para ele, os processos metafóricos estão presentes em todo o processo de produção de sentidos, e então

o sentido é sempre uma palavra, uma expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (meta-phora), pela qual elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se “revestem de um sentido” não poderia ser predeterminado por propriedades da língua, pois isso seria admitir que os elementos já estão dotados de sentido, que têm primeiramente sentido ou sentidos, antes de ter um sentido. De fato, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, sinônimos), das quais uma formação discursiva vem a ser historicamente o lugar mais ou menos provisório. (PÊCHEUX, 1988, p. 263).

Em conformidade com Pêcheux (2009), a metáfora é concebida como processo sócio-histórico e fundamento da “apresentação” de objetos para sujeitos, não se limitando a uma forma de falar baseada em um sentido primeiro e não-metafórico, segundo o qual o objeto seria um dado natural. Circulando entre as diferentes FDs, Orlandi (1993) mostra que a metáfora carrega a “ilusão da unidade do sentido”, de modo que o sentido deixa de ser único, mas se faz opaco. A autora (1996) defende que a metáfora também é atravessada pela história, produz os efeitos na relação entre sujeito e sentidos. Logo, a metáfora está no nível do acontecimento e da enunciação, na base da constituição do sujeito. Ao deslizar o sentido, a metáfora retorna com a inscrição da alteridade e assim constitui a identidade do sujeito.

Assim, que a concepção da AD de linha francesa caracteriza a metáfora sempre no nível do acontecimento e, portanto, da história. Além disso, apesar de o sujeito ter a ilusão do sentido único, os discursos estão à deriva e não fechados em si, mas capazes de adquirir diversas significações presentes no interdiscurso e inacessíveis por completo. Logo, a significação de uma metáfora pode variar conforme a inserção em certas FDs, variando de sujeito para sujeito, e com a identificação com alguma FI, que determina a ideologia que o atravessa, assim como as condições de produção às quais pertence.

No prefácio analisado nesta Dissertação, “Aletria e hermenêutica”, de João Guimarães Rosa, presente na coletânea *Tutaméia (Terceiras estórias)* (1967), encontramos diversos exemplos da ocorrência de metáforas, e buscamos os diferentes efeitos de sentido que podem ser captados.

## CAPÍTULO III – ENTRE A ALETRIA E A HERMENÊUTICA

*“O idioma é a única porta para o infinito”  
(Guimarães Rosa em entrevista a Günther Lorenz)*

O capítulo III constitui o corpus de análise para esta Dissertação. A escolha por Guimarães Rosa deu-se devido às peculiaridades da linguagem, com uma organização do enunciado que abre questões para diversas áreas, principalmente os Estudos da Linguagem. Assim, este capítulo se organiza em quatro partes. A primeira se propõe a compreender o conceito e as expectativas de um prefácio, e a segunda discorre sobre a vida e características de Rosa, utilizando alguns teóricos, historiadores e críticos literários e estudiosos da linguagem. A terceira parte se detém às principais características e singularidades da relação do autor Guimarães Rosa com os seus prefácios. Logo, a quarta parte busca discorrer sobre o prefácio “Aletria e hermenêutica”, juntamente com os principais temas.

### 3.1 O PREFÁCIO

A coletânea *Tutaméia* conta com quatro prefácios, dentre os quais analisaremos um. Antes de observarmos os prefácios de Rosa, precisamos nos atentar sobre o que se denomina como prefácio, sua finalidade e características. Dentro dos gêneros do discurso, para Bakhtin (2006), há uma grande diversidade, pois as esferas de utilização da língua são heterogêneas e os gêneros do discurso, inesgotáveis. Buscando a etimologia da palavra, pode-se deparar com o prefixo “pré”, que denomina algo anterior, com o radical “fácio”, com a mesma origem de “frase”. Logo, o prefácio encontra-se anterior ao texto principal da obra em questão. A análise da estrutura textual dos prefácios remete também ao conceito de transtextualidade de Gerard Genette (apud MAINGUENEAU, 1996), como uma transcendência do texto, ou seja, textos que vêm junto com o principal, mas são independentes e paralelos a ele.

Para Oliveira (2008), os paratextos têm extensão variável, enquadram e apresentam um texto, garantindo uma recepção adequada. Em outras palavras, são trabalhos que rodeiam o texto, não são a obra em si, mas ajudam a configurá-la. A autora cita o trabalho de Genette, que considera os paratextos um campo de práticas cuja ação e eficácia geralmente são ignoradas, porém sobre o limiar de estar dentro e fora do texto, e por isso convém seu estudo. Em *Tutaméia*, os prefácios servem para nortear a leitura dos contos, o que demonstra a sua utilidade.

Segundo Ramos (2007), o prefácio tradicional vem do latim e significa “o que se diz no princípio”, com a função de apresentar, explicar, justificar ou propor um manifesto,

adesão do leitor ou até uma autocrítica, não deixando de ser um “adendo” à obra, dependente dela e cuja existência independe dele. Porém, em *Tutaméia*, não se constata esse caráter de apêndice, mas são parte integrante da obra, com existência autônoma e subversão quantitativa e qualitativa. Oliveira (2008) demonstra que pode haver um envolvimento do prefácio com outras finalidades além de introduzir, como síntese do modo de conceber a própria arte, com um caráter metapoético, não somente ornamental, mas revelador do fazer poético. Além disso, o prefácio não é obrigatório, o que demonstra uma diversidade de épocas e gêneros. Essa marca é vista nos prefácios roseanos, principalmente quanto à metalinguagem, com questionamentos que perduram durante o decorrer da obra, orientando o olhar do leitor sobre os contos.

Assim, um prefácio é um pequeno texto antes do conteúdo do livro, escrito por algum crítico ou pelo próprio autor, explicando algumas características, além de poder conter a metalinguagem sobre como a obra se constitui, seu percurso e instruções de leitura. Logo, é um gênero sem fórmula fixa, mas paralelo ao restante do livro e pode se referir a ele. Observando as demais obras de Rosa, *Tutaméia* foi a primeira prefaciada e, não bastasse um prefácio, apresentaram-se quatro. As peculiaridades do gênero chamaram a nossa atenção, e pensamos no seu diálogo com a AD, uma vez que, quando pensamos no prefácio não somente como texto, mas além, enquanto discurso, percebemos que as suas condições de produção são diferentes das do restante do livro, e então os efeitos de sentido também serão vários. Logo, o prefácio como discurso passa de somente uma superfície textual a uma deriva de sentidos a serem captados.

### 3.2 VIDA E CARACTERÍSTICAS DE GUIMARÃES ROSA

Consideramos importante discorrer um pouco sobre a vida e as características de Rosa, para compreendermos melhor o contexto em que a obra foi escrita. Costa (2006, p. 10-58) traça um percurso histórico e biográfico a respeito da vida do autor, desde a infância até a morte. Ele nasce dia 27 de junho de 1908, em Cordisburgo, uma pequena cidade cercada de montanhas e fazendas, no interior de Minas Gerais. Primogênito de sete filhos de Francisca Guimarães Rosa, a dona Chiquitinha, neto de Chiquinha, com quem também morava, e Florduardo Pinto Rosa, mais conhecido como seu Fulô, proprietário de uma venda, onde o menino cresceu, ouvindo estórias contadas pelos frequentadores.

Beth Brait (1990) busca entender qual Brasil abrigou esse escritor extraordinário, e as marcas que o contexto deixou em sua produção. Na época, o presidente era Afonso Pena, cujos esforços se voltavam à economia, com os primeiros sinais de estabilidade monetária e a expansão do café. Além disso, havia a Lei do Serviço Militar Obrigatório, choques armados

entre grupos oligárquicos na Bahia e a Exposição Nacional do primeiro centenário da abertura dos portos do Brasil, a fim de mostrar aos estrangeiros as melhorias da nação.

A infância de Joãozito, como era conhecido o escritor, mostrou interesse pelas línguas, estudando sozinho francês, holandês e alemão. Ávido por leitura e apaixonado por Geografia e História Natural, brincou com mapas e coleções de insetos e plantas, sempre curioso até pelo desenrolar da primeira Guerra Mundial e da Revolução de 1917, discutindo, com os mais velhos, estratégias militares. Junto com isso, houve o assassinato do escritor Euclides da Cunha, a descoberta da causa do mal de Chagas, a ascensão de Graça Aranha e Lima Barreto, a gripe espanhola e a Semana de Arte Moderna, em 1922. Outra característica do ambiente em que Rosa foi criado foi a religiosidade, influenciando brincadeiras de missa e hábitos importantes para a metafísica do escritor, que carregava um terço e costumava rezava.

Com nove anos, em 1917, se muda para Belo Horizonte, na casa do avô materno e padrinho, Luís Guimarães, para terminar o primário e se dedicar mais aos estudos, em ótimos e reconhecidos colégios, sempre ligado às transformações e mudanças da década de 1920. Foi quando o jovem aperfeiçoa e aprende novas línguas, lendo os clássicos, sempre que possível no original, estudando também música. Em 1925, ingressa na Faculdade de Medicina da Universidade de Minas Gerais, morando na pensão de seu tio João Lima Guimarães. Nesse momento, fica amigo de escritores e personalidades, como Pedro Nava e Juscelino Kubitschek.

O ano de 1929 foi um marco histórico, com a crise e a ditadura do Estado Novo de Vargas. Motivado pelo prêmio em dinheiro e divulgação do trabalho, Rosa publica seu primeiro conto “O mistério de Highmore Hall”, na revista *O Cruzeiro*, que promoveu um concurso literário. Mas o texto não tem nenhuma característica que fez o escritor reconhecido. Além da vitória, foi vencedor também de outros concursos, um deles sob o pseudônimo de Viator.

Em 1930, casa-se com Lygia Cabral Penna, na época com 18 anos, aluna da Escola Normal de Belo Horizonte. No mesmo ano, Rosa forma-se em Medicina, sendo escolhido como orador da turma e cujo discurso foi publicado no jornal *Minas Gerais*. No ano seguinte, inicia a carreira médica em Itaguara, município de Itaúna, um povoado rural mineiro, sem luz e com estradas de terra. Os atendimentos e as consultas médicas eram a longas viagens a cavalo, com o preço calculado de acordo com as distâncias, e esse convívio com a população e a paisagem mais tarde ressurgiram metamorfoseadas em textos. Além disso, conversas que teve foram aproveitadas para escrever uns contos, mais tarde retrabalhados e reunidos. Foi presenteado, então, com a primeira filha, Vilma. Por passar em um concurso, ingressa na Força Pública de

Minas Gerais, como oficial-médico do 9º Batalhão de Infantaria, em Barbacena, conhecida pelos hospitais psiquiátricos, em 1933. No ano seguinte, nasce a segunda filha, Agnes.

Nesse momento conturbado, aparecem tendências na literatura, com as conquistas modernistas, a realidade nacional, o ensaísmo social, a ficção regionalista e o romance de sondagem psicológica, revelando, em 1940, Clarice Lispector e João Cabral de Melo Neto. O autor era médico, soldado e rebelde, e os anos na Medicina não lhe roubaram o gosto e o interesse pela literatura. Diante do sofrimento dos pacientes e da inevitabilidade da morte, Rosa demonstra aversão à medicina, tendo mais gosto pelo estudo das línguas, coisas internacionais e aflições cosmopolitas. Decide prestar concurso para o Itamaraty, no Rio de Janeiro, passando em segundo lugar. Esses fatores o levaram a pedir demissão do cargo de capitão-médico, em 1934, se mudando para outro estado, onde reside por quatro anos.

O ano de 1936 foi outro marco para a literatura rosiana, com a publicação do volume de poesias *Magma*, no Concurso Literário da Academia Brasileira de Letras, em que ganhou o primeiro lugar. A animação da premiação o levou a concorrer também ao prêmio Humberto de Campos, promovido pela Livraria José Olympio Editora, com o volume *Contos*, com doze histórias, e mais tarde seria totalmente reformulado e intitulado *Sagarana*, publicado em 1946.

Em 1938, Rosa é nomeado cônsul-adjunto em Hamburgo, para onde vai sozinho e permanece por quatro anos, no período da Segunda Guerra Mundial. Conhece dona Aracy Moebius de Carvalho, funcionária do Consulado e futuramente sua segunda esposa. O escritor decide manter um diário para registrar as angústias do cotidiano, cuja atmosfera pesada conta a perseguição aos judeus, bombas e racionamento de mantimentos. O sofrimento e o contexto conturbado fizeram com que Rosa e dona Aracy ajudassem muitos judeus a fugirem do país.

No ano de 1942, muda-se para Bogotá, permanecendo por dois anos, onde é acometido pelo soroche, o mal das alturas, que causa fortes dores de cabeça e náuseas, exigindo que aprenda a respirar em atmosfera rarefeita. Em 1944, volta para o Rio de Janeiro, onde trabalha para a Secretaria do Estado, e também retrabalha o volume *Contos* para transformá-lo em *Sagarana*, modificando o texto, excluindo contos e dispondo os demais em outra ordem, alguns com novos nomes, o que acabou bem recebido pela crítica. Após terminar o livro, planeja escrever outros, o que o faz enviar cartas-questionário a seu pai, pedindo detalhes sobre o sertão e o modo de vida do povo sertanejo, pensando no linguajar e nas histórias. Além disso, envia cartas também a amigos e familiares, porém o pai continuou sendo o principal colaborador e “reativador de memórias”. Rosa decide viajar pelo sertão, passando por Minas Gerais e pela Bahia, munido das inseparáveis cadernetas, o registro do que via, ouvia e imaginava,

incorporado depois às estórias. Em 1947, foi transferido para a Embaixada do Brasil, em Paris, onde mora por dois anos e meio e aproveita para se aventurar pela Itália, se encantando pela obra de Dante e Homero. Outra característica de Rosa que fica bastante evidente é sua paixão por animais, seu gosto por observá-los e descrevê-los, em especial bois e gatos.

Brait (1982) reflete que, mesmo em meio à época, nada, nem os movimentos literários, poderiam ajudar a compreender a obra desse criador de linguagens, sendo difícil estabelecer relações claras e imediatas entre textos, época e tendências. O homem do sertão extrapola os limites geográficos brasileiros, com a expressividade da linguagem regionalista.

Em entrevista a Günter Lorenz, em 1965, Rosa rejeita a crucificação da biografia em anos, já que, para ele, as aventuras não têm tempo, princípio ou fim, o que dialoga com Brait, que caracteriza o escritor como um feiticeiro da palavra, meio gente e meio ficção. Elogiado por uns e criticados por outros, escreve em carta ao pai que o cerne da polêmica estava em torno das inovações estilísticas e linguísticas, das experimentações no plano da estética literária, a criação de uma linguagem nova, os excessos de hermetismo vocabular, a língua codificada, diferente dos padrões tradicionais, a manipulação arbitrária, a língua estranha e sintaxe extravagante e o excesso de virtuosismo, uma espécie de esnobismo literário.

Sedentário, fumante e com excesso de peso e de trabalhos, Rosa começa a apresentar problemas de saúde, sendo obrigado a parar de fumar em 1957. Um ano depois, com a seriedade da hipertensão arterial, terá que emagrecer e se adequar a uma vida restrita, sofrendo o primeiro enfarte no dia 30 de novembro, requerendo ainda mais cuidados, médicos e exames.

No período de 1960 a 1967, confecciona estórias curtas, publicando-as em colunas de periódicos do Rio de Janeiro, com Drummond e Lispector. Começa a frequentar encontros internacionais de escritores, o que possibilita a tradução e a divulgação de sua obra no estrangeiro. A correspondência com os tradutores, discussões sobre poética e revelações sobre as inovações linguísticas farão com que o autor reflita mais sistematicamente sobre a própria obra, o que terá consequência nos próximos livros *Primeiras estórias* e, sobretudo, em *Tutaméia*. Em 29 de junho de 1960, recebe o prêmio Machado de Assis pelo conjunto da obra.

Em 1963, é eleito por unanimidade a uma vaga na Academia Brasileira de Letras, entretanto a posse foi adiada por quatro anos, até novembro de 1967, três dias antes do falecimento, vítima de enfarte. Em maio de 1965, começa a publicar contos no jornal médico *Pulso*, do Rio de Janeiro e circula pelo Brasil, colaborando com Drummond. Por dois anos, publica 56 contos, dos quais 44 serão reunidos e retrabalhados para compor *Tutaméia*.

Rosa nunca deixou de lado o gosto pelas línguas, afirmando falar português, alemão, francês, inglês, espanhol, italiano, esperanto e um pouco de russo, saber ler sueco, holandês, latim e grego (com dicionário), entender alguns dialetos alemães, estudar a gramática do húngaro, árabe, sânscrito, lituânio, polonês, tupi, hebraico, japonês, tcheco, finlandês e dinamarquês, procurando também um pouco sobre outras. Para ele, estudar o espírito das outras línguas auxilia a compreender ainda mais o idioma nacional, o que ele fazia por divertimento, gosto e distração. Esse caráter metalinguístico do escritor, que brinca com as palavras, se evidencia durante toda a obra, em especial nos prefácios.

Rosa trouxe como características notáveis a junção da linguagem e da vida como se fossem uma coisa só, o que se evidencia nas produções, com um léxico único, e também a linguagem como verdadeira matéria dos textos, o que demonstra a importância para os Estudos da Linguagem. Além disso, apresenta uma nova dimensão do regionalismo, a fim de selecionar os leitores, com uma leitura no início sofrida e difícil, feita para confundir, mas passa a ser confiante, os envolvendo de forma mágica e irresistível. Ainda sobre a linguagem de Rosa, para Beth Brait, era contra a tirania da gramática, com novos significados a partir da experiência estética universal, com a fusão entre real e mágico, de forma a expressar os processos mentais e verbais inerentes ao contexto fornecedor de matéria-prima. Rosa tinha um modo único de enfrentar a palavra, afirmando a gramática ser inventada pelos “inimigos da poesia”. O escritor abalou padrões, sendo considerado pelos críticos um divisor de águas da ficção brasileira.

Para Candido (1972), Rosa tinha fórmulas pessoais, desromantizando o romance, transitando entre prosa e poesia, enredo e sugestão, coerência e confusão temporal. A fusão entre lírica e narrativa revitalizou os recursos da expressão poética, imortalizando os valores espirituais, humanos e culturais de um povo em transição. Já para Bosi (1994), Rosa dialogava entre sagrado e demoníaco, com animais e paisagens como agentes participativos, e as concretizações da sensibilidade, consciência pré-lógica e rica cultura popular. A religiosidade de Rosa é ampla em sua obra, com uma mitologia própria e um universo a partir das palavras.

A folha de rosto intitulada “A hora e a vez de João Guimarães Rosa”, dos *Cadernos de Literatura Brasileira* (2006, p. 5-9) discorre a respeito da notável obra de Rosa escrita ao longo do século XX, em que se amplifica o legado regionalista, juntamente com novas paragens, sendo o sertão metáfora da literatura do nosso tempo.

Galvão (2006) enxerga Rosa como o rapsodo do sertão, que ocupa um lugar privilegiado na literatura brasileira, escolhendo o interior mineiro para evidenciar a fala sertaneja e a erudição de poliglota, com arcaísmos e regionalismos, neologismos e adaptação

de estrangeirismos. O tratamento riquíssimo à alteridade, à oposição e até mesmo à antítese, de acordo com Galvão, demonstra as ambiguidades entre diferença e semelhança entre gênero, classe e origem nacional. A matéria do sertão para Rosa é fecundada pelos achados formais, sobretudo linguísticos, sendo que o regionalismo está do lado da reação espiritualista, fazendo com que a obra rosiana incorpore e supere conquistas precedentes.

As galas da linguagem de Rosa se basearam em enciclopédias, trava-línguas, charadas, parlendas e jogos verbais, já que o autor era um colecionador de dicionários. A correspondência com os tradutores demonstra a tamanha preocupação do escritor com a linguagem. Além disso, há cartas e fragmentos de familiares que evidenciam as linhas mestras da criação verbal de Rosa, que brincava com a morfologia e os deslocamentos de sentidos.

Logo, a constituição do sujeito-autor dependeu dessas diversas FDs com as quais se identificou e nas quais se inseriu, interpelando-se pela ideologia e transpondo isso ao nível de seu discurso. Além disso, as condições de produção também puderam evidenciar-se, na medida em que são históricas e se relacionam diretamente com o interdiscurso, ou seja, os dizeres já-ditos e esquecidos, mas que deixam vestígios no discurso, como veremos.

### 3.3 GUIMARÃES ROSA E OS PREFÁCIOS

Apesar de denominarem-se como tal, os quatro prefácios de *Tutaméia (Terceiras estórias)* divergem da conceituação tradicional, mas dedicam-se a especulações sobre a linguagem e o ato de narrar. Esse livro é considerado o mais minimalista de Rosa, mas não deixa de lado as faceirices: traz dois índices, um inicial e um final. Segundo Galvão (2000), o primeiro índice comanda que os prefácios sejam lidos misturados aos contos, e o segundo, antes e as estórias depois. Conforme Rónai (1968), isso demonstra uma profissão de fé e uma arte poética, repleta de alegorias e parábolas, que possibilitam analisar o gênero, o instrumento de expressão, a natureza da inspiração e a finalidade da arte.

Um dos fatores que diferem os prefácios de *Tutaméia* do que caracteriza o gênero é a extensão maior que os contos, pois vão de 10 a 21 páginas, ou seja, chegando a cinco vezes o tamanho de um conto mediano. Conforme Santos (2009), o volume de quatro prefácios causa impacto e confusão à crítica e aos leitores, por possuírem natureza autônoma e sem referência direta às estórias. O autor também defende que os prefácios de Rosa seriam autênticos ensaios literários, além de chaves ou o roteiro da obra do escritor, que fala do processo criador. De acordo com Simões (1988, p. 25), os prefácios de Rosa conduzem ao enigma das estórias dispostas ao decorrer de *Tutaméia*, representando “o avesso da linguagem (“Aletria e

Hermenêutica”), a inovação da palavra (“Hipotrérico”), a dupla realidade (“Nós, os temulentos”) e o mundo representado (“Sobre a Escova e a Dúvida”). Porém, Santos (2009) mostra que o único prefácio antes não elaborado sob forma de estória foi “Aletria e hermenêutica”, e os três, quando transformados em prefácios, não perderam por completo as características ou prerrogativas de ficção, deixando-os diferentes dos prefácios habituais.

Paulo Rónai, na nota “Os prefácios de *Tutaméia*”, publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 16 de março de 1968, e posteriormente anexada à coletânea *Tutaméia (Terceiras estórias)*, de João Guimarães Rosa, mostra que muitos tentam encarar o texto rosiano como meramente literário e desligado de contingências pessoais, mas não se pode esquecer que se apresenta com agressiva vitalidade, evocando inflexões de voz, jeitos e modos de ser. Com mistério e superstição, Rónai acredita que a morte de Rosa permeia o livro, já que foi publicado poucos meses antes do falecimento, o que faz com que a leitura deva ser feita como um conjuro.

Segundo Ramos, são centrais (2007), nos prefácios de Rosa em *Tutaméia*, a produção artística e o fazer poético, assim como os modos da narrativa, com distinções entre estória e história, estória e anedota, prefácio e ficção (ou conto), oralidade e escrita. Sobre a gênese artística, com as fases de inspiração e construção, a criação de neologismos, uma intensa preocupação com um alinhamento a uma concepção metafísica da realidade, com a qual a arte de Rosa está engajada. Além disso, explica os procedimentos do cômico e sua função textual, pois, geralmente, a tragédia possuiria um caráter metafísico que falta na comédia, o que o autor propõe justamente o contrário, resgatando o cômico com fins metafísicos e transcendentais.

Nas palavras de Daniel (1968, p. 180), no estudo sobre os processos de linguagem em Rosa, o autor “se abre aos seus leitores nos quatro prefácios da obra, revelando em forma sucinta apenas aspectos do seu ideário e dando-nos vislumbres íntimos de seu processo criador”. Enquanto isso, para Assis Brasil (1969, p. 59), os prefácios podem ser compreendidos como diálogo com a crítica, em que Rosa “tomava para si [...] a tarefa de dar um roteiro mais claro e seguro para os estudiosos de sua obra”. Logo, vemos a importância de uma comunicação entre o leitor e o autor, pois os prefácios de Rosa buscam se revelar, mas também escondem segredos.

Segundo Soerensen (2009), os prefácios de Rosa são capazes de causar um impacto no leitor, e a sua análise revela que o autor cometeu algumas “transgressões” quanto ao modo tradicional do prefácio, assim como o fez na ficção. Já para Oliveira (2008), a análise dos elementos paratextuais de *Tutaméia*, em especial os prefácios, norteiam o estilo de Rosa, assim como as diretrizes da valorização da cultura popular e o experimentalismo linguístico, que enriquece o vocabulário e a sintaxe do português brasileiro. Além disso, a autora mostra que o

autor deixou seu legado teórico, podendo *Tutaméia* ser considerada a metalinguagem de toda a obra rosiana. Logo, discorrer sobre o fazer poético e ter a capacidade de brincar com as palavras, sempre com um ar misterioso e transcendental, faz com que Rosa seja conhecido e relevante, e os seus prefácios são provas disso, pois ultrapassam barreiras e deixam hesitações e incertezas.

De acordo com Covizzi (1978), os prefácios de Rosa são uma espécie de explicação de seu processo criador, e também um testamento e uma profissão de fé sobre a criação literária. Para Oliveira (2008), os prefácios de *Tutaméia* carregam uma complexidade que envolve teoria e prática da criação, assim como problemas de natureza metafísica e psicológica. Além disso, a autora afirma que o comportamento da linguagem dos prefácios rosianos é uma coerência ao estilo do escritor, harmonizando esses paratextos com o restante de sua obra literária.

Assim, os prefácios de João Guimarães Rosa trouxeram novidades ao próprio gênero, uma vez que não servem meramente para introduzir a obra, mas fornecer instruções de leitura, com questionamentos metafísicos e metalinguísticos que permearão a coletânea. Portanto, os prefácios, existentes somente no livro *Tutaméia*, romperam com a tradição, não só pela quantidade e extensão, mas também pela temática, lacunas em aberto e possibilidades.

#### 3.4 “ALETRIA E HERMENÊUTICA”

O primeiro prefácio de *Tutaméia* é “Aletria e hermenêutica”, com uma pequena antologia de anedotas que versam o absurdo. A expressão verbal, segundo Rónai, acena a realidades inconcebíveis pelo intelecto, refletindo a coerência do mistério geral, tanto filosófico e existencial, quanto religioso, que envolve e cria, fazendo entrever o supra-senso das coisas. Essa característica influenciou o interesse por desenvolver esta pesquisa, pois os assuntos estão escondidos e silenciados e, portanto, seria missão da AD desvendar alguns segredos.

Conforme Ramos (2007), o primeiro prefácio de *Tutaméia* explora a natureza e os mecanismos do cômico, a fim de desfazer estereótipos, abrir espaço para o inédito, por meio do engano de raciocínio e um processo de niilificação. Para isso, Ramos explica que o autor define modos de se acessar o “nada” e, com chiste sério, traz revelações valiosas para o ordinário. Além disso, a estudiosa explica que o prefácio norteia a leitura do processo composicional de *Tutaméia*, valorizando o cômico e a possibilidade de desvinculação do riso, para ampliar as possibilidades da língua. No prefácio, a temática gira em torno do nada, o zero, o silêncio e a inexistência, trata de maneira lúdica e até mesmo humorística sobre dilemas existenciais.

Nunes (2006, p. 236-244) traz as memórias de uma conversa que teve com Rosa, no gabinete do antigo Itamaraty, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1967. Diante do original

do prefácio “Aletria e hermenêutica”, percebe que o tema defendia uma original convergência entre o imaginário e o reflexivo, o teórico e o poético, de modo que *Tutaméia* conseguiu juntar os prefácios e os contos com um empreendimento literário e filosófico. Em outras palavras, essa legitimidade, seja com conceitos filosóficos ou parafilosóficos, pertencentes à metafísica ou ramificações religiosas, era colocada à leitura dos textos. Para Nunes (2006), Rosa conseguiu abstrair da filosofia conceitos exponenciais para elucidar as situações e os conflitos dos personagens, a fim de reconstruir a filosofia inerente, própria ao texto ficcional, vindo a ser uma filosofia literária. Essa filosofia híbrida de Guimarães Rosa é, segundo o autor, uma metafísica fragmentária concentrada nos vários e dispersos “módulos poéticos da narrativa”.

Conforme Bueno (2013), o prefácio traz o humor como mediador entre o prosaico e o transcendente, por meio de anedotas de abstração, que catalisam a razão flexível, ou até mesmo do alegórico espiritual, do pensamento mágico, do sublime e do suprasenso. A autora defende que Rosa vai do nada ao tudo, e do tudo ao nada, usando a fé e a aposta, a carência de sentido, para comunicar o que é e não é, com todo um mistério criador e circundante, o contraste entre riso e inquietude, tensão e alívio, mostrando o intuito de alcançar o sublime, o excelso ou o perfeitoíssimo, não com conceitos, mas ausências. Ainda segundo Bueno (2006), há, em “Aletria e hermenêutica”, uma mística e uma estética do invisível, junto com o vazio existencial e a lógica do defeito, do equívoco absoluto e frustração provada, com um nada residual. Logo,

a delimitação do nada fere o princípio da contradição e, para uma lógica convencional, está fadada ao fracasso - eis a absurdez (risível) desse dito de espírito. Entretanto, se o louco discurso anedótico não se rende a essa impossibilidade e se aventura a dizer o que não pode ser dito, abraça radicalmente a consequência dessa escolha: não apenas espera, mas espírituosamente opera, para ser bem-sucedido, seu próprio insucesso. Este é que é, em certo sentido, o crivo da eficácia da blague: quando ela ostenta, inalcançável, o nada, está a palpá-lo, trazendo à tona uma característica que lhe é essencial: sua inabarcabilidade (BUENO, 2006, p. 590).

Em outras palavras, há uma mística no “nada” que pode tornar a linguagem sagrada, e, no prefácio em questão, existe um hiato entre o cômico e o excelso. Para Bueno (2006), Rosa transcreve uma grande anedota em “Aletria e hermenêutica”, esperando a fé, a consciência e o impalpável, para demonstrar o indemonstrável, captar o incognoscível e o ultrassenso, que não cabe no senso, com um contraste entre dúvida e fé. A autora mostra que o texto se inicia, permanece e conclui fundado no vazio como exercício meditativo, com a resposta fora da vida e acima das forças da linguagem. Portanto, a temática do nada adquire ares transcendentais e misteriosos, juntando-se a questões de fé, por se tratar do que não se conhece e não se pode ver.

O prefácio “Aletria e hermenêutica”, de acordo com Covizzi (1978), trata da significação vária do ato criador, em todo o caráter polissêmico, ou então a funcionalidade da

palavra escrita para a expressão de referências não reduzidas por limites de concretude, transcendendo em um tempo-espaço ambíguo, misturando sono e vigília, real e transreal.

Conforme Santos (2009), o título do prefácio dá ao leitor as coordenadas para a análise e interpretação da coletânea como um todo, pois seria um labirinto composto por fios emaranhados como os de macarrão “cabelo-de-anjo” (“aletria”), e por isso o trabalho minucioso de um exegeta ou de hermeneuta. Ainda, Santos defende que o prefácio trata da concepção de obra de arte literária, assim como a estória invisível e transcendente, mencionando figuras pertencentes aos âmbitos da arte, da filosofia e demais áreas, o que demonstra grande cultura intelectual. Um desses nomes é Platão que aparece no prefácio e, nas palavras de Novis (1989, p. 25), “‘Aletria e hermenêutica’ propõe a retomada da visão platônica, presente em toda a obra rosiana, da realidade concreta como sombra de outra realidade maior, a realidade incorpórea, transcendental, do mundo das ideias”. Assim, Santos defende que o prosaico de Rosa em “Aletria e hermenêutica” não nos faz pensar, mas sim os saltos que desvendem as miudezas que geralmente não são levadas a sério, a partir da observação inocente de uma criança.

Para Oliveira (2008), no prefácio, pode-se observar a forma com que o mundo literário de Rosa se fez, apontando para uma elaboração teórica do real e irreal, metafísico e realidade, e limites do fazer poético. Para a estudiosa, o paralelismo das anedotas revela o entendimento literário do autor que tira do quase nada um material de sua obra, revelando uma revolução do inútil, que passa a ter serventia, a matéria de que é feita a Literatura.

Portanto, a temática do nada é predominante no prefácio de Rosa, usando humor e anedotas para defender o ato criador e o fazer poético, a fim de alcançar o sublime por meio de pensamentos em torno da ausência e do silêncio. Então, “Aletria e hermenêutica” aparece como muito relevante para esta Dissertação, que se utiliza da base teórico-metodológica da AD, de modo que estuda os efeitos de sentidos à deriva e os silenciamentos. Além disso, “Aletria e hermenêutica” já havia sido publicado anteriormente à *Tutaméia*, sob o título “Risada e meia”, durante o período de colunista de Rosa no jornal *Correio da manhã*, do Rio de Janeiro, no dia 4 de maio de 1954. Porém, esse primeiro texto sofreu diversas alterações e acréscimos, preciosismo característico de Guimarães Rosa. Um dos exemplos dessas mudanças foi a adição de mais metáforas, como veremos no primeiro quadro da próxima seção. Percebemos, na primeira versão, apenas quatro metáforas das quatorze que levantamos para o desenvolvimento desta Dissertação. Isso demonstra a forma com que a história, ou seja, as condições de produção, contribuíram para o conteúdo final de “Aletria e hermenêutica”.

## CAPÍTULO IV – ANÁLISE DAS METÁFORAS

*“Em redor de nós as palavras voam. E às vezes pousam”*

*(Cecília Meireles)*

Para trabalhar as metáforas presentes no prefácio “Aletria e hermenêutica”, é preciso encontrar as regularidades e as diferenças entre elas, tal como definido como um batimento teórico-analítico, por Orlandi (2007). Esse método de análise, desenvolvido por Pêcheux (1982) e repensado por Orlandi, se baseia na premissa de que os processos históricos são os responsáveis pela produção de sentidos, uma vez que não se podem separar língua, história e ideologia. Portanto, o teórico vai além da maquinaria discursiva da primeira fase da AD, e passa, na terceira fase, a considerar o “batimento” ou a “alternância” entre descrição e interpretação, cabendo ao analista a tarefa de também interpretar e considerar o objeto discurso enquanto estrutura e acontecimento, ou seja, atrelado à historicidade. Isso tem a finalidade de encontrar as regularidades do objeto *discurso*, para compreender como essa especificidade produz sentidos.

Pêcheux (1983) ensina que a AD não almeja a formulação de regras para o discurso, a fim de controlar os sentidos, mas sim compreender os modos do discurso, que é social e ideológico. Isso também é defendido pelas palavras de Orlandi (2003, p. 12), que afirma que “não se parte dos sentidos produzidos, observa-se o modo de produção de sentidos e da constituição dos sujeitos”.

Sendo assim, pensando sempre na relação entre identidade e alteridade, a AD busca entender os processos de reprodução e transformação da linguagem, com base na tríade entre língua, história e ideologia, ou então entre as disciplinas da Linguística, Materialismo Histórico e Psicanálise. E a regularidade, de acordo com Orlandi (1986), deve se referir ao conceito de formação discursiva, que é o que determina o que pode e deve ser dito em determinadas circunstâncias. Desse modo, percebemos também a forma com que os diferentes conceitos da AD dialogam entre si e colaboram para que se dê a análise, a fim de encontrar a falta e o excesso na produção dos diferentes efeitos de sentidos. Portanto, é necessário o movimento pendular entre análise e teoria, descrição e interpretação.

Desse modo, percebemos a importância de se conhecer tanto a teoria quanto os métodos de análise da AD, a fim de encontrar os diferentes efeitos de sentido, em um constante diálogo entre língua, história e ideologia. As condições de produção funcionam como meio para se conhecer a historicidade, ou seja, o nível do acontecimento do discurso.

Falando em nível do acontecimento, percebemos duas versões do texto que viria a ser prefácio de *Tutaméia* (1967), com um intervalo de treze anos entre si. Além do mais, foram publicadas em meios distintos: a primeira em jornal, a segunda como prefácio de um livro. Logo, as condições de produção foram diferentes, assim como os sentidos produzidos e captados. Com vistas nisso e partindo para a observação das metáforas, encontramos as alterações feitas nas duas versões: a de 1954 e a de 1967. Assim, consideramos as metáforas presentes na última versão, de 1967, e as relacionamos às da primeira versão “Risada e meia”, publicada em 1954, a fim de melhor observar a historicidade. Isso pode ser visto no quadro a seguir, que está organizado de acordo com a ordem de aparição das metáforas ao decorrer do prefácio.

Quadro 1 – Presença das metáforas

| Metáforas   | 1954 |
|---|------|
| M1: A vida também é para ser lida. Não literalmente, mas em seu supra-senso. E a gente, por enquanto, só a lê por tortas linhas                     |      |
| M2: O nada é uma faca sem lâmina, da qual se tirou o cabo   | X    |
| M3: Definição do nada: - É um balão, sem pele   |      |
| M4: Depenou um rouxinol e, achando-lhe pouca carne, xingou: - “Você é uma voz, e mais nada”   |      |
| M5: Estrafalária seguinte definição de “metafísica”: É um cego, com olhos vendados, num quarto escuro, procurando um gato preto... que não está lá. |      |
| M6: Representação de “cano”: - É um buraco, com um pouquinho de chumbo em volta   | X    |
| M7: O açúcar é um pozinho branco, que dá muito mau gosto ao café, quando não se lho põe   | X    |
| M8: Eletricidade é um fio, desencapado na ponta: quem botar a mão... h’m... finou-se!   | X    |
| M9: O universo é cheio de silêncios bulhentos   |      |
| M10: Os dedos são anéis ausentes?   |      |
| M11: O ar é o que não se vê, fora e dentro das pessoas  |      |
| M12: O mundo é Deus estando em toda a parte   |      |
| M13: O mundo, para um ateu, é Deus não estando nunca em nenhuma parte   |      |
| M14: Saudade é o predomínio do que não está presente, diga-se, ausente  |      |

Fonte: a própria autora

Verificamos que, dentre as quatorze metáforas presentes na versão de 1967, apenas quatro estavam na de 1954, o que revela algumas adições e alterações feitas ao decorrer do tempo pelo autor. Além do mais, as condições de produção também mudaram, juntamente com os efeitos de sentido, de maneira que é o que a AD considera como historicidade, a forma com que os mesmos enunciados podem produzir diferentes acontecimentos discursivos.

Portanto, conhecer essas alterações é fundamental para liberar uma interpretação do prefácio como texto independente de *Tutaméia* (1967), já que primeiramente foi veiculado no meio jornalístico. Também, “Aletria e hermenêutica” é o único prefácio do livro que não foi pensado anteriormente como conto ou estória, ou seja, o que não apresenta elementos da narrativa. Em outras palavras, a primeira versão não pode ser considerada como um prefácio, já que foi veiculada em uma coluna de jornal. Após adições de metáforas e alterações no restante do texto, em um período de treze anos, foi reformulada para ser, enfim, um prefácio.

Considerando que quatorze metáforas encontradas ao decorrer da leitura de “Aletria e hermenêutica” apresentam assuntos viáveis e interessantes ao nosso objetivo de pesquisa. A fim de melhor observarmos as regularidades de temática entre elas, apresentamos o seguinte quadro, e desenvolveremos melhor cada uma a seguir:

Quadro 2 – Regularidades das metáforas no prefácio

| Temática               | Quantidade |
|------------------------|------------|
| Existencialismo        | 2          |
| Definição por exclusão | 5          |
| A eterna busca         | 2          |
| Definição por inclusão | 2          |
| Silêncio               | 3          |

Fonte: a própria autora

Acima, constatamos que a temática mais comum entre as metáforas no prefácio, de 1967, é a definição por exclusão, e em segundo lugar temos o silêncio, sendo que o nada perdura por todo o prefácio. As com a mesma quantidade são a respeito do existencialismo, a definição por exclusão e a eterna busca. Essa regularidade é importante para o percurso analítico da Análise do Discurso, já que, como a AD é feita com um batimento entre descrição e interpretação (ORLANDI, 2007), não é o suficiente saber o que o texto diz, mas como diz, ou

seja, como funciona discursivamente, observando o que determina a regularidade de um discurso e de que modo as FDs trabalham e reúnem os sentidos, graças às condições de produção do discurso, articulando o discurso à história e à ideologia.

Quadro 3 – Regularidades das metáforas na primeira versão

| Temática               | Quantidade |
|------------------------|------------|
| Definição por exclusão | 2          |
| Definição por inclusão | 1          |
| Existencialismo        | 1          |

Fonte: a própria autora

Agora, podemos identificar a diferença com as temáticas da versão de 1954, que, apesar da quantidade menor de metáforas, ainda a com maior quantidade é a definição por exclusão, seguida pelo empate entre a definição por inclusão e o existencialismo. Portanto, comparada à última versão, estão ausentes os assuntos da eterna busca e do silêncio, que foram adicionados posteriormente.

A primeira versão foi veiculada em uma coluna de jornal em maio de 1954, ano do suicídio de Getúlio Vargas, devido ao clima político tenso no Brasil por conta da “ameaça comunista”. Mesmo publicada três meses antes do suicídio do então presidente, podemos perceber as apreensões políticas e sociais, por ter então sido eleito diretamente o homem que já tinha sido ditador por quinze anos, a partir de 1930, período conhecido como Era Vargas. Assim que subiu ao poder, determinou o fechamento do Congresso Nacional do Brasil e outorgou uma nova constituição, além de extinguir os partidos políticos e implementar a censura à imprensa e a propaganda do governo, por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Conhecido como populista ligado às massas e às elites (chamado tanto de “pai dos pobres” quanto “mãe dos ricos”), carismático e sabia manter o controle sobre os sindicatos, com os trabalhadores satisfeitos, e também as grandes empresas, o que lhe garantiu apoios e até reverências, porém não perdeu a característica de ditador e autoritário, sendo deposto em 1945 e voltando ao poder em 1951, por eleições diretas. Agora, no segundo governo, criou bancos, a Petrobrás, a Vale do Rio Doce e a Capes, assim como a expansão da indústria de base. Também, o Governo incentivava o trabalhismo e o nacionalismo, criando uma identidade nacional. Por outro lado, seu governo não sucedeu bem, repleto de crises, levando o presidente ao suicídio poucos meses antes do término do mandato.

De acordo com D'Araújo (1992, p. 23), o Governo não foi capaz de gerir uma política conciliatória e estava impossibilitado de enfrentar um conflito, a não ser que se posicionasse a favor de um dos grupos. Nas palavras da autora, “associa-se frequentemente a crise de 54 ao golpe militar que viria a ocorrer dez anos depois”, seja por confrontos políticos ou por sociais. Logo, alianças incompetentes e o apartidarismo do poder levaram a uma instabilidade política.

A segunda e última versão do texto de “Aletria e hermenêutica” foi reformulada e aumentada, em *Tutaméia*, em 1967, em plena Ditadura Militar, cujo contexto, assim como o de Vargas, teve como estopim a profunda recusa à “ameaça comunista”. Segundo Rezende (2013, p. 35), durante o período da ditadura militar no Brasil, havia a pretensão de manipular as informações, de forma a torná-las aceitáveis e de acordo com o objetivo do governo. Em outras palavras, o Governo começou a dominação por usar predominantemente o aparelho ideológico de Estado, nos termos de Althusser, e depois passaram para o repressivo, por meio da violência. Nas palavras da autora, eram usadas

estratégias políticas, econômicas, militares e psicossociais demonstravam que a busca de reconhecimento estava assentada contundentemente num árduo processo de conversão, de todos os grupos sociais, para o seu projeto político. Tentava-se, assim, amenizar a natureza ditatorial desta forma de apelo à adesão e ao reconhecimento (REZENDE, 2013, p. 35).

Ainda sobre isso, Rezende mostra que a autoridade logo após o Ato Institucional de 1964 começou a impor limites à democracia e à liberdade, sendo que o AI 2 determinou que se fizessem eleições indiretas para presidente e vice-presidente. Com vistas nas tensões latentes da Ditadura Militar, em 1966 foi promulgado o AI 3, que estabeleceu as eleições indiretas a nível estadual e municipal, diminuindo ainda mais a representação da vontade política popular. No ano seguinte, o presidente Humberto de Alencar Castelo Branco sancionou a Lei de Imprensa, que impôs a censura prévia nas redações, emissoras de rádio e televisão. Além disso, entrou em vigor a sexta Constituição do Brasil e a quinta da República, elaborando o Ato Institucional n. 4, que concentrou o poder quase completamente no Executivo, estabeleceu as eleições indiretas, restringiu o direito de greve dos trabalhadores e abriu espaço para as leis de censura e banimento.

Portanto, as condições de produção de ambas as versões do texto eram turbulentas e em torno do silenciamento de certos dizeres. Tanto o segundo governo de Getúlio Vargas, quanto a plena Ditadura Militar no Brasil são contextos políticos conturbados e de intensa instabilidade e profundas incertezas. Também, percebemos a forma com que a Ideologia era

imposta e atravessava cada um dos sujeitos, que podiam ou não concordar com ela, mas sempre constrangidos a ela, por meio dos Aparelhos Ideológicos e dos Repressores. Os discursos dessas épocas eram manipulados de forma a apresentar uma falsa sensação de democracia, assim como o controle por parte do Governo.

No nosso caso de análise, precisamos ir além do autor Guimarães Rosa e pensar nele enquanto sujeito, vemos seu atravessamento por essa ideologia, por estar inserido nessas determinadas condições de produção, se historicizando, inclusive pela forma com que os anos auxiliaram nas alterações feitas no prefácio.

#### 4.1 Existencialismo

As metáforas que se identificam com a temática do existencialismo são duas, e estarão na íntegra a seguir. Foram assim classificadas por apresentarem temáticas em torno da vida e da morte, ou seja, o fim e ausência de vida.

**M1: A vida também é para ser lida. Não literalmente, mas em seu supra-senso. E a gente, por enquanto, só a lê por tortas linhas**

Considerando os efeitos de sentido, essa metáfora traz o conceito abstrato da vida como se fosse um texto, ou seja, a vida se relaciona com o lidar com as palavras. Assim, pensamos na metáfora A VIDA É UM TEXTO, em que se relacionam o tempo e o espaço, já que o texto tem uma existência material, por meio das palavras, ou seja, percebemos a estrutura canônica<sup>1</sup> da metáfora de x é y.

Se pensarmos na perspectiva cognitiva, a metáfora consegue adquirir ares de conceptual, pois ajuda a compreender o mundo que rodeia o indivíduo, e como significa o abstrato por meio de experiências concretas. A metáfora aqui é corporificada, pois dialoga inclusive com a metáfora conceptual de TEMPO É ESPAÇO, visto que um texto tem materialidade física, com começo, meio e fim, e a vida se relaciona ao tempo, tudo a partir da posição do enunciador, o eu.

Além disso, é o que Ricoeur definiu como a metáfora projeta e revela um mundo, ou seja, a visão a partir do qual o indivíduo o constrói, relacionando duas coisas entre si, e não

---

<sup>1</sup> Aqui, nos referimos à metáfora na estrutura canônica a partir dos estudos dos teóricos sobre a metáfora, que buscaram resgatar o arranjo de X É Y.

se reduzindo a um jogo de palavras, mas pode operar por entre as maneiras do sujeito considerar, amar e agir.

Pensando nos efeitos de sentido, a metáfora, para a AD, é deslizamento de sentidos, e a polissemia da palavra “lida” mostra que pode tanto ser a leitura quanto o ato de trabalhar e se esforçar arduamente, escondendo os dizeres sobre a dificuldade da vida, em contraste com a morte, quando tudo vai acabar e não haverá mais sofrimento.

Também, outra estrutura que esconde e silencia outros dizeres é “supra-senso”, ou seja, uma capacidade superior de pensar e raciocinar, julgar e apreciar, que aqui adquire uma significação mais metafísica, remetendo a uma reflexão além dos padrões, já que demonstra a forma como a vida deve ser lida e, portanto, vivida. É graças a esse “supra-senso”, ou seja, o que está além da compreensão humana, que aquilo que poderia ser considerado um erro, por não ser visto “literalmente” ou padronizado, passa a fazer sentido. Mais uma vez, a metáfora aparece como deslizamento de sentidos.

A estrutura “também” esconde e silencia alguns dizeres, pois pode se supor que existem outras coisas que devem ser lidas, não somente pelo viés hermenêutico, mas graças a um suposto supra-senso. Portanto, uma pessoa pode fazer outras coisas com a vida, como vivê-la. Isso remete aos já ditos do poeta romano Horácio, que proferiu as palavras “carpe diem”, que se tornou uma expressão latina que significa “aproveite o dia”, influenciando até hoje o pensamento ocidental. Logo, a vida não só a leitura como um texto, mas há a necessidade de aproveitá-la.

Além disso, como um texto, a vida também traz aprendizados, tanto para quem vive (o autor) quanto para quem olha para a vivência (os leitores). Em outras palavras, as experiências de vida podem ser boas ou ruins, mas sempre trazem ensinamentos valiosos para quem a vive e quem está ao redor.

Michel Pêcheux (1999) discorreu a respeito da memória discursiva, que seria um dos mecanismos que fazem com que os diferentes efeitos de sentido se deem. Nas palavras dele,

[...] a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos, etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. (PÊCHEUX, 1999, p. 52)

Outra expressão que silencia é “por enquanto”, que pressupõe um agora e um depois, um “então”, escondendo a relação com o tempo ou a experiência, como se a vida, como um texto, já tivesse um fim definido. Sendo assim, essas palavras escondem o contraste e o oposto da vida. A morte, como parte da vida, também ensina.

Além disso, a construção “por tortas linhas” traz, por meio do equívoco, na memória discursiva o ditado popular de que “Deus escreve certo por linhas tortas”, e assim as condições difíceis nas quais se encontra o indivíduo, que consegue ultrapassá-las apesar das diversidades, de modo que as coisas estão sob o controle desse Ser superior, que já tem tudo escrito e determinado. Em outras palavras, se a vida é um texto, Deus é o autor, e isso está silenciado na metáfora em questão, e vem à tona graças à estrutura e ao interdiscurso.

Logo, notamos estruturas, como “também”, “lida”, “supra-senso”, “por enquanto” e “por tortas linhas”, que remetem a uma significação mais metafísica, quando buscam na memória discursiva já ditos que baseiam a sua interpretação. Mas não basta observarmos somente as estruturas, quando o discurso também é acontecimento, ou seja, precisa da historicidade e das condições de produção.

Pensando nas condições de produção, que são, segundo Pêcheux (2006), os elementos extralinguísticos que contribuem para a produção do discurso, ou seja, o contexto que circunda o discurso, e, para Orlandi (2006), podem ser tanto o contexto imediato (aqui e agora do dizer) quanto o contexto sócio-histórico e ideológico, essa metáfora está presente somente na versão de 1967, e por isso podemos afirmar que esse contexto influenciou e direcionou os dizeres, passando de circunstâncias imediatas para determinações históricas. Enquanto nesse contexto social, em plena Ditadura Militar no Brasil e à iminência do Ato Institucional 5, muitas pessoas foram mortas, com vistas em silenciar as suas manifestações contra o governo. Logo, um dos efeitos de sentido dessa conjuntura histórica e social é de que as linhas tortas são temporárias, e em breve a vida poderia ser lida literalmente. Essa esperança artística diante das dificuldades e dos silenciamentos da Ditadura Militar apareceu em diversas outras produções, em especial músicas que ora eram censuradas, ora escondiam seus sentidos.

Orlandi (2007) defende que a interdição da palavra mostra o silêncio tanto por parte da opressão quanto do oprimido, sendo trabalhado no limite das diferentes formações discursivas. Assim, a censura é a interdição da inscrição do sujeito em determinadas formações discursivas, proibindo a ocupação de certos lugares e posições e, assim, certos sentidos, que não deixam de ser dizíveis, mas passam a ser censurados. Quando, nas condições da Ditadura Militar brasileira, a violência era mais aguda e a censura estava instalada no cotidiano, as formas de comunicação e resistência sofreram uma adaptação, sendo que, inclusive os vazios nos jornais comunicavam sentidos deslocados e interditados. Mesmo assim, não há discurso estanque ou todo “controlável”, já que, uma vez posto em circulação, pode se deslocar por qualquer ponto dos processos discursivos, em um movimento não só feroz, mas silencioso.

Dessa maneira, foram utilizadas algumas estratégias para significar os sentidos censurados, como a temática do amor, o espetáculo musical, os fatos históricos, as lendas, as mulheres, as cartas, a utilização de expressões em outras línguas, a substituição de palavras, a repetição, a rima, os anagramas, as metáforas, as evocações bíblicas, a natureza brasileira, a referência a autores com a ideia de significação, o uso de estereótipos: qualquer coisa acaba servindo para significar, mostrando que a força do significante aparece em cheio, pondo tudo em causa e em pauta. Vemos assim que a resistência sempre aparece onde há censura, e então não há censura completamente eficaz, já que os sentidos escapam e migram.

Além do mais, ainda pensando nas condições de produção, a metáfora foi escrita com a finalidade de fazer parte do prefácio de *Tutaméia* (1967). Logo, as condições de produção também estavam em torno do veículo em que seria publicada: o prefácio de uma obra literária. De acordo com Carpeaux (1976), os prefácios podem ter diversas finalidades, como elogiar autores novos ou consagrados, situar o autor e o livro em determinada proposta, destacar certas passagens, operar como um texto crítico da obra, servir como um manifesto, sendo escritos pelo próprio autor ou não, mas também podem deixar de ser lidos. Esse silenciamento ou até um esquecimento em torno do prefácio original, por parte do leitor, que desconsidera e ignora a leitura do prefácio de obras, partindo diretamente para o enredo em si.

Sendo assim, como as condições de produção, tanto no sentido da historicidade, com a Ditadura Militar, quanto nos meios em que o texto foi veiculado, o prefácio, apontam para o silenciamento, percebemos a forma com que o acontecimento pertence ao discurso. Sabemos que o eixo vertical da constituição (o interdiscurso) representa o dizível, que determina o que se pode formular, de modo que todo dizer se encontra na junção dos dois eixos: da memória (constituição) e da atualização (formulação) (ORLANDI, 2012). Assim, desse jogo podemos tirar e apreender sentidos.

Logo, como o papel da AD é trabalhar as relações entre linguagem, história e sociedade, sabemos que é essencial observar as condições de produção, assim como o interdiscurso, a fim de encontrar os diferentes efeitos de sentido. No caso dessa metáfora, apreendemos alguns deslizamentos de sentidos que apontam para uma perspectiva metafísica e existencialista sobre a vida, o que o sujeito deixa escapar por meio de certas estruturas, que tanto silenciam quanto revelam.

**M8: Eletricidade é um fio, desencapado na ponta: quem botar a mão... h'm... finou-se!**

A mesma regularidade no contraste existencialista entre a vida e a morte é encontrada nessa metáfora, que, por sua vez, diz respeito ao conceito da eletricidade juntamente com o término da vida, graças ao verbo “finou-se”, que remete à morte e ao fim. Aqui, a eletricidade é vista como detentora do poder sobre a vida e a morte, já que, pelo simples contato com ela, o indivíduo poderia falecer. Além disso, por ser um fio desencapado na ponta, mostra a necessidade de segurança e proteção. Portanto, podemos trabalhar essa metáfora a partir da estrutura canônica da metáfora de x é y, como A VIDA É UM FIO. Aqui, mais uma vez o conceito abstrato de vida é posto em correspondência com a concretude material de um fio, a fim de promover a compreensão da abstração, assim como da mente do sujeito e do mundo que o cerca.

O que nos chama a atenção são as reticências, que são um sinal gráfico muito comum na oralidade para indicar uma pausa no enunciado ou a omissão de algo que não se quer revelar e, portanto, a morte aparece na metáfora como um silenciamento, um tabu proibido de se dizer. Além disso, esse sinal pode também presumir uma insinuação ou uma emoção muito forte, quando as palavras faltam para expressar o que se sente. Mais uma vez, o silenciamento diante do luto é trazido em evidência, pois não se diz, mas ainda assim o discurso se desvela.

Outro elemento interessante é o “h’m”, também comum à oralidade e silenciador de dizeres, podendo indicar tanto dúvida quanto desconfiança, além de receio, suspeita e aprovação, dependendo das condições de produção e da posição ocupada pelo sujeito. Conforme Pêcheux (1997, p. 160), “as palavras, expressões, proposições etc. mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam”. Aqui, como sabemos disso, a interjeição “h’m” silencia o que aconteceria após a morte, ou seja, o desconhecido, e também a surpresa diante do contato com ela, por meio da eletricidade.

Podemos considerar também a estrutura “ponta”, que remete ao fim do fio, ou seja, da vida. Logo, o deslizamento de sentido vai em direção à significação de morte, e quem tiver contato com essa ponta sofrerá um choque, levando a óbito. Um choque gera susto e estranhamento, de igual modo que a notícia do falecimento de um conhecido. Além do mais, pode ser também o encontro violento entre dois corpos, com um impacto brusco, como sinônimo de colisão, ou seja, a morte por choque talvez tenha sido causada por um contato agressivo com a “ponta do fio”. Outro deslizamento de sentidos em torno de choque é a oposição de opiniões, quando duas pessoas se chocam e entram em conflito de ideias. Ou então, pode ser um sinônimo de qualquer fenômeno que provoque uma reação intensa, gerando crise, como o choque na economia, na política e na saúde pública. Também, um choque pode estar

relacionado com a perturbação mental ou emocional, com um abalo psíquico por causas externas, estimulando subitamente os nervos, gerando ansiedade e contração dos músculos. Dentro da FD médica que atravessa o sujeito-autor e o constitui enquanto tal, um choque também pode se relacionar com a descompensação dos mecanismos de regulação do equilíbrio fisiológico, gerada por estímulos para os quais o organismo não possui resposta imediata, como, por exemplo, o choque anafilático, que é uma reação alérgica grave pouco tempo depois do contato com alguma substância a que se tenha alergia, podendo trazer como consequência inclusive a morte.

Portanto, as estruturas “ponta”, “finou-se” e “h’m”, assim como as reticências, são materialidades que silenciam e podem significar de maneira distintas, tendo seus sentidos deslizados e deslocados, e, assim, precisam estar dentro de determinadas condições de produção para se significar, uma vez que, nas palavras de Orlandi (1989, p. 39), “O silêncio significa, ele não fala. A matéria significativa do silêncio é diferente daquela da linguagem verbal”. Além do mais, para Orlandi, o silêncio é o lugar da polissemia e, logo, é o real do discurso, mediando as relações entre linguagem, mundo e pensamento.

Podemos apreender a significação do silêncio a partir das condições de produção, o contexto imediato, ou seja, a temática de que trata o texto em si, assim como a regularidade com as demais metáforas apresentadas. Devido à morte ser um tabu, é por vezes silenciada e implícita: ninguém deseja falar sobre isso ou então usa silêncios e eufemismos para tratar sobre o assunto. Por ser o silêncio tão líquido, Orlandi (2007) defende como na literatura em geral o silêncio se evidencia fundamental, revelando que a presença do silêncio mostra a sua multiplicidade, com a mística e a relação com o nada ou a morte. O silêncio problematiza as noções de linearidade, literalidade e completude, sendo atestado pelo interdiscurso, pelo intertexto ou pelas relações de sentidos, cuja significação não se desenvolve em linha reta, mas é dispersa e em todas as direções, então a incompletude, o múltiplo e a polissemia são fundamentais no dizer, já que, quanto mais falta, mais silêncio e possibilidades de sentidos. Assim, a dispersão dos sentidos e do sujeito é condição para a existência do discurso, criando a ilusão de unidade, e a ideologia é produzida no encontro entre materialidade da língua e materialidade da história, e cabe ao silêncio uma forma de interpretar como esses sentidos se dispersam.

A temática da morte também vem à tona quando pensamos no que está presente na memória discursiva, em especial a mitologia greco-romana, por meio das figuras das Moiras (em grego) ou Parcas (em latim). Elas seriam três deusas irmãs responsáveis pela vida das

peessoas, e então, quando nascem, crescem e morrem. Com uma função cada, Cloto era a fiadeira que tecia o fio da vida, enquanto Láquesis determinava o tamanho do fio, ou seja, o tempo e a qualidade de vida, e Átropos, a responsável por cortar esse fio, colocando um fim à vida da pessoa. Em outras palavras, colocando a mão nesse fio, as irmãs tinham o domínio sobre a vida e a morte.

Além disso, existem os já-ditos de “por um fio” e “a fio”. Enquanto a primeira expressão indica a iminência de algo, logo, que falta muito pouco para acontecer, a segunda demonstra uma ação feita de maneira seguida, sem interrupção, de forma intensa. Assim, os efeitos de sentido em torno da metáfora deslizam, demonstrando uma vida árdua e agitada, bem como a morte se aproximando. Podemos continuar observando a estrutura “fio”, que pode significar uma situação tênue, sem resistência ou força. Tudo isso demonstra a forma com que a mesma estrutura pode gerar diferentes acontecimentos discursivos, e também como a metáfora faz os sentidos deslizarem.

Outro deslizamento que podemos observar é o “fio” enquanto o lado afiado de um instrumento cortante, como faca ou tesoura, que podem perder o fio, ou seja, o corte, e necessitam de um amolador para que voltem a exercer sua função. Em torno disso, esses instrumentos podem servir como armas brancas, que são utensílios geralmente utilizados para trabalho ou afazeres domésticos e podem servir também agressivamente para defesa ou ataque, ocasionando eventualmente uma morte. Aqui, graças aos deslizamentos de sentidos próprios das metáforas, voltamos mais uma vez a essa temática.

Porém, não basta apenas nos atentarmos às estruturas e como suas significações deslizam, é necessário também considerar o nível do acontecimento, portanto, da historicidade e das condições de produção. A metáfora está presente nas duas versões do prefácio, então podemos considerar as condições de produção de 1954.

O texto então intitulado “Risada e meia” foi primeiramente veiculado em maio em uma coluna do jornal *Correio da manhã*, do Rio de Janeiro, para o qual Rosa contribuía regularmente. Assim, pelas condições imediatas tratarem de um periódico, sua efemeridade é mais evidente, aproximando-se talvez da crônica, em especial a humorística. Já as condições de produção no sentido sócio-histórico mostram o segundo governo de Getúlio Vargas, desta vez eleito direta e democraticamente, porém em conflito, graças a divergências políticas e planos com pouco sucesso. Assim, a instabilidade era generalizada no Brasil, ocasionando o suicídio do presidente em agosto, mas isso não significa que foi o pior momento daquele ano, pois já se podiam sentir as incertezas e os silenciamentos.

De acordo com D'Araújo (1992), a instabilidade do Governo Vargas não foi consequência brusca da mudança de objetivos em 1953, mas sim sucessivas crises em diversos setores, em especial o político. Nas palavras da autora,

A riqueza dessa conjuntura reside, exatamente, na forma como coexistem duas tendências políticas: a populista e a autoritária. Muito provavelmente, a dramaticidade final do Governo favorece o populismo, que prevalecerá com Juscelino Kubitschek, em detrimento da tendência autoritária, que se torna hegemônica em 1964. Ambas as tendências enfrentam a dificuldade, generalizada entre as elites, de comportar-se partidariamente. Para os populistas, o partido deve ceder à relação direta do líder com a massa e à personalização do poder; para os autoritários e conservadores os partidos são instrumentos, embora prescindíveis, para uma articulação de poder também a nível de elites, que dispensa o contato com as massas (D'ARAÚJO, 1992, p. 187).

Assim, a historicidade encontra-se com a estrutura da metáfora, gerando certos efeitos de sentidos, que deslizam graças ao efeito metafórico. Dentre eles, talvez se possa apreender a crise política que permeava aquele contexto, em que a eletricidade seria a política com a qual se envolveu Vargas, que poderia ter colocado a mão e se prejudicado com o choque, ou seja, o susto e as divergências de opiniões e ideias.

Então, as condições de produção mudaram na segunda versão do texto, com a publicação de “Aletria e hermenêutica”, o primeiro prefácio de *Tutaméia* (1967). Apesar da mesma estrutura da metáfora, as condições imediatas estão em torno de um livro e, portanto, mais permanente do que uma coluna de jornal. Além do mais, passou pelo suicídio de Vargas, a inovação cada vez maior de veículos de comunicação e meios digitais, assim como a ascensão de militares ao poder, por meio do Golpe de 1964, instaurando a Ditadura ou Regime Militar. Todos esses acontecimentos propiciam mais leituras sobre a metáfora, agora a partir de outras condições de produção.

Primeiramente, a inovação tecnológica possibilitou a instalação e o uso cada vez maior de fios, não somente para prover iluminação, mas também gerar energia para televisões, que começaram a se popularizar nas casas dos brasileiros a partir da década de 1960. Logo, o acesso cada vez mais fácil às notícias contrasta com a censura característica do período da Ditadura Militar, de maneira que as informações poderiam ser manipuladas a favor dos governantes, e censuradas caso denunciassem os absurdos.

Assim, pensando nas condições de produção da metáfora na versão de 1967, quando apresentada como prefácio de um livro, outra leitura que podemos fazer é a forma com que o contato com as informações, por meio da televisão, metaforizada pelos seus fios, poderia acabar com a vida de alguém, graças à censura do Governo. De acordo com Rezende,

A família, a escola, os grupos de pressão, as associações de pais e professores, as associações de mães, a imprensa, o rádio, a televisão, deveriam, segundo a ditadura, ter suas ações e convicções voltadas inteiramente para a construção da ordem, harmonia, coesão e integração nacional (REZENDE, 2013, p. 46).

Em outras palavras, assim que o Governo Militar ascendeu ao poder, a censura veio intrínseca e inerente, e divulgar alguns absurdos que estariam acontecendo poderia ocasionar ameaças, tortura e inclusive a morte do denunciante e seus familiares. A televisão, começando a ficar famosa no Brasil na década de 1960, se relaciona com a metáfora à medida que aparece nas casas brasileiras, com seus fios elétricos emaranhados.

As leituras podem continuar muitas, mas resolvemos nos atentar às que se evidenciaram a partir da leitura da metáfora, assim como seus deslizamentos de sentidos, possíveis graças ao efeito metafórico. Observamos como certas estruturas podem evocar várias interpretações, considerando as condições de produção e a memória discursiva, ou seja, o nível do acontecimento e a historicidade.

Além do mais, as metáforas M1 (“**A vida também é para ser lida. Não literalmente, mas em seu supra-senso. E a gente, por enquanto, só a lê por tortas linhas**”) e M8 se relacionam entre si por apresentarem temáticas a respeito do existencialismo e, portanto, o contraste entre a vida e a morte, por um viés metafísico e, por vezes, transcendente. Mas isso não foi completamente evidente e na superfície textual, sendo resgatado graças a já-ditos e ao nível discursivo do acontecimento.

#### 4.2 Definição por Exclusão

A seguir, as metáforas que apresentam uma definição por exclusão foram as com maior quantidade ao decorrer do prefácio, sendo elas conceitos que são delimitados por negações e exclusões.

|  |
|--|
| <b>M2: O nada é uma faca sem lâmina, da qual se tirou o cabo</b> |
|--|

Aqui, a fim de resgatar a metáfora na estrutura canônica, pensamos na possibilidade de considerar como O NADA É A EXCLUSÃO, uma vez que a faca é constituída de duas partes: a lâmina e o cabo, e a metáfora M2 usa as estruturas “sem” e “tirou” para mostrar a negação e intensificar por meio da exclusão.

Extremamente afiada, uma simples palavra funciona como essa faca ou essa espada, que traz vida e, ao mesmo tempo, tem o poder de tirá-la. Então, o nada seria o silêncio, ou seja,

a ausência de palavras, que não podem mais cortar e perfurar. Portanto, deixa de ser palpável, passando à inexistência e, logo, ao nada. Assim, quando não agimos ou falamos, nos silenciando, permanece o vazio, de modo que as palavras perdem a sua serventia, ou melhor, seu corte.

Vemos que o poder cortante da faca se perdeu primeiramente, e então a base que a dava sustento, não sobrando nada. Além disso, a estrutura “se” indica morfologicamente um pronome pessoal, e sintaticamente uma partícula apassivadora, ou seja, a oração está na voz passiva sintética, tendo como sujeito “o cabo”, ou na voz passiva analítica ficaria como “o cabo foi tirado”. Porém, se passarmos para a voz ativa, o sujeito se torna oculto, de modo que não se sabe quem executou a ação de tirar esse cabo e, portanto, está silenciado e elíptico.

Esse silenciamento do sujeito não somente oculta, mas significa, o que, segundo Orlandi (2012, p. 20) demonstra a forma como “a linguagem é um sistema de relações de sentidos onde, a princípio, todos os sentidos são possíveis, ao mesmo tempo em que sua materialidade impede que o sentido seja outro”, mostrando sempre a sua incompletude e também o seu silêncio. Cabe à interpretação encontrar o vestígio do possível, sendo materializada pela história, ou seja, pelas condições de produção.

As condições de produção, mais uma vez, revelam o modo que o nada e o silêncio revelam-se como a falta de vida, e isso se mostra pelo equívoco, saindo por uma falha, considerando os já-ditos que permanecem no interdiscurso, muitas vezes esquecido, mas sempre presente.

Presente nas duas versões do texto, a metáfora M2 foi publicada em duas condições de produção diversas, o que ocasionou dois acontecimentos discursivos diferentes. Desse modo, a mesma estrutura e materialidade passa a deslizar e significar de modo diferente, graças às condições de produção e ao interdiscurso, ou seja, o que já foi dito e esquecido, mas sempre presente. Nas palavras de Orlandi (2009, p. 43), “as palavras falam com outras palavras. Toda palavra é sempre parte de um discurso. E todo discurso se delinea na relação com outros: dizeres presentes e dizeres que se alojam na memória”.

Na primeira versão, foi publicada como parte de “Risada e meia”, veiculada em jornal, em maio de 1954. Por ser em um veículo periódico e cotidiano, o texto ganha certas características mais efêmeras e fluidas do que o prefácio de um livro, mas sem perder a sua importância. Além do mais, a temática do nada e da exclusão sobre a qual trata a M2 remete diretamente a seu contexto sócio-político-histórico, quando o Governo Vargas prendeu e

torturou milhares, em sua ditadura populista e, mesmo assim, depois foi eleito democraticamente, em um segundo mandato.

De acordo com D'Araújo (1992, p. 29),

o sucesso eleitoral de Vargas deve-se também a alianças tácitas entre as correntes civis e militares que se identificam com as chamadas posições nacionalistas. Vargas aparece como o defensor dos interesses nacionais, num momento em que a situação econômica e financeira do Brasil caminha no sentido de acentuar a dependência em relação aos Estados Unidos. A “guerra fria” e o debate em torno da participação brasileira na Guerra da Coreia aproximam Vargas dos grupos militares nacionalistas.

Assim, o medo da “ameaça comunista” foi um dos fatores para a vitória eleitoral de Vargas, que conseguiu apoio militar nacionalista no contexto da Guerra Fria e da Guerra da Coreia, em que combatiam o mundo capitalista ao socialista. Na época, a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas gradativamente conquistavam territórios em diferentes países, expandindo a sua ideologia. Um dos envolvimento foi a Guerra da Coreia, um conflito armado de grandes proporções em que a Coreia se divide em duas: a do Norte e a do Sul. Enquanto a primeira sofre pressão da China para adotar o sistema socialista, a região Sul resiste e, apoiada pelos Estados Unidos, a maior potência capitalista mundial, manteve o capitalismo, o que se reflete até os dias de hoje, em que a Coreia do Norte continua com seu governo fechado ditatorial e comunista, e a Coreia do Sul continua capitalista e próxima a potências como o Japão e os Estados Unidos. Portanto, a negação e a exclusão do comunismo imperavam, e os efeitos aparecem em forma de metáforas, deslizando e transferindo seus sentidos.

Por outro lado, dentro das condições de produção da metáfora dentro do prefácio “Aletria e hermenêutica”, do livro *Tutaméia* (1967), é necessário considerar o contexto da Ditadura Militar no Brasil, de maneira que é um acontecimento diferente do texto publicado em 1954, quando as condições eram outras. Portanto, percebemos que a mesma estrutura pode significar diferente quando inseridas em diferentes acontecimentos discursivos, ou seja, dentro da história.

A ideia de exclusão agora passa a ser vista juntamente com a censura característica da Ditadura, quando foi tirada a liberdade dos cidadãos, inclusive a política. Segundo Rezende (2013, p. 71),

a liberdade política era imediatamente descartada do hipotético ideário de democracia que o regime militar insistia em elaborar. A ditadura tentava, então, reinventar um sentido para a democracia desvinculado deste (e de todos os outros) princípio básico.

Assim, não só a liberdade política como vários outros princípios básicos foram retirados dos indivíduos, como a liberdade de expressão, por meio da censura e de ameaças, e a liberdade de ir e vir, pelos atos de prisão e exílios forçados. Portanto, os sentidos da M2 agora deslizam em direção à perda até não sobrar mais nada, quando se foi retirada a lâmina - o corte e o poder das palavras – e também o cabo – o suporte, a base do direito à vida e à liberdade.

Orlandi (2007) defende que a interdição da palavra, ou seja, a censura mostra o silêncio tanto por parte da opressão quanto do oprimido, e, portanto, a interdição da inscrição do sujeito em determinadas formações discursivas, proibindo a ocupação de certos lugares e certos sentidos. Quando, nas condições da Ditadura Militar brasileira, a violência era mais aguda e a censura estava instalada no cotidiano, as formas de comunicação e resistência sofreram uma adaptação, sendo que, inclusive os vazios nos jornais comunicavam sentidos deslocados e interditados. Mesmo assim, não há discurso estanque ou controlável por completo, já que, uma vez em circulação, pode se deslocar por qualquer ponto dos processos discursivos. Dessa maneira, foram utilizadas algumas estratégias para significar os sentidos censurados, como as metáforas, e qualquer coisa acabava servindo para significar, pois a força do significante aparece em cheio, pondo tudo em pauta e em causa. Logo, Orlandi explica que a resistência aparece onde há censura, e então não há censura completamente eficaz, já que os sentidos escapam e migram.

|  |
|--|
| <b>M3: Definição do nada: - É um balão, sem pele</b> |
|--|

A M3, assim como a M2 (“**O nada é uma faca sem lâmina, da qual se tirou o cabo**”), trata sobre a definição do nada e mostra que, a partir da exclusão, vem à inexistência. Mais uma vez, a metáfora na estrutura canônica que buscamos resgatar ficou como O NADA É A EXCLUSÃO, tal qual a anterior. Por possibilitar os deslizamentos e as transferências de sentidos, o processo metafórico chama a atenção para os olhares da Análise do Discurso, a fim de captar os diferentes efeitos de sentidos possíveis de serem apreendidos. Logo, é necessário observar a forma como dialogam a estrutura e o acontecimento, ou seja, o próprio significante ou a materialidade linguística com as condições de produção ou a materialidade histórica. Diferente da M2, que traz duas condições de produção distintas entre si, a M3 foi publicada exclusivamente no prefácio de 1967, período da Ditadura Militar no Brasil.

Pensamos na figura do balão sem a pele, restando então o ar, vindo do sopro de um indivíduo ou um equipamento. Logo, o nada seria o ar, que não se enxerga, mas continua

presente, ao redor de todos, o que também mostra a identificação e as regularidades com a M11 (“**O ar é o que não se vê, fora e dentro das pessoas**”).

Voltando ao balão cuja pele foi retirada, esse processo pode vir envolto de um estrondo, ou seja, um barulho diante da criação do nada, o que contrasta com o silêncio geralmente esperado no vazio. Orlandi (2007, p. 27) mostra que o silêncio é preexistente à linguagem, defendendo que o silêncio não é falta, mas a linguagem é excesso e foi criada para reter e evitar o silêncio, estabilizando o movimento dos sentidos, já que no silêncio sentido e sujeito se movem livres. Assim, o silêncio não é observável e é efêmero e fluido, cabendo à linguagem a unificação dos sentidos, já que a Modernidade não suporta a ausência de palavras. Além do mais, uma ferida brusca também pode ser acompanhada pelo barulho do estrondo do balão, ou seja, um machucado que posteriormente poderia levar à morte. Então, o barulho do estouro do balão mostra a incapacidade de se lidar com o silêncio.

Por outro lado, um balão também pode se esvaziar em silêncio, causado pelo tempo, calor, altas pressões ou inclusive um pequeno buraco feito acidental ou propositalmente. Portanto, enquanto o barulho desloca os sentidos em direção a uma morte barulhenta e turbulenta, envolta por noticiários e boatos, o silêncio possibilita a leitura de uma morte quieta e provavelmente natural, ou então provocada por terceiros e que não teve o devido reconhecimento midiático, talvez por conta da censura típica do contexto da Ditadura Militar. É dessa maneira que os sentidos podem deslizar, evidenciando o processo metafórico.

Mais uma vez, por tratar da temática do nada, a questão metafísica também vem à tona, já que questiona a natureza da realidade e daquilo que não pode ser visto, mas necessita de explicação, ou seja, a existência do ser. Baseado em Aristóteles e sua concepção de metafísica, então chamada de “filosofia primeira”, um filósofo que contribuiu para o conceito foi Tomás de Aquino, cuja finalidade era aplicá-lo a seus estudos teológicos, buscando observar Deus a partir da razão. Assim, Aquino almejava abstrair da matéria o que era além do visível, ou seja, separar o que é do que não é. Logo, Deus, para o filósofo, é a causa universal de tudo que existe e é real, e “o ser é a causa universal de todas as coisas, porque é o receptáculo de toda perfeição e a fonte última de toda realidade” (MONDIN, 2010, p. 219).

De acordo com a filosofia metafísica de Tomás de Aquino, Deus é a causa e o início de tudo que é real e existe, inclusive a vida, a partir do sopro nas narinas de Adão, na criação do mundo. Esses já-ditos presentes no interdiscurso e na memória discursiva aparecem na M3, pois o ar ou o sopro que deu forma ao balão foi a única coisa que sobrou quando se retirou a pele, de modo que mais uma vez aparece a questão sobre a vida e a morte. Portanto, mesmo

que não se possa ver o ar que foi soprado, ele ainda existe e está lá, tal como mostra Aquino a respeito da fé e dos assuntos pertinentes ao estudo da metafísica, como o que é a verdade, a realidade, a natureza das coisas, as origens e finalidades.

Presente apenas no prefácio de 1967, período da Ditadura Militar no Brasil, um contexto de silenciamentos e ausências, e os sentidos que emanam da sociedade da época podem ser observados se compreendermos as condições de produção e sua história, pois a produção de acontecimentos significa de vários modos. De acordo com Rezende (2001), no período da plena ditadura, o silêncio imperava, mas não deixava de ter sentido, mostrando a opressão e a falta de liberdade, e as autoridades podiam inclusive optar pela violência física e simbólica com a finalidade de silenciar as oposições a seu modo de governo. Assim, a censura era evidente, cabendo às metáforas certa responsabilidade de dizer com outras palavras a respeito dos absurdos que então aconteciam.

No caso da M3, a retirada da pele do balão, que pode ser barulhenta ou silenciosa, dependendo da transferência de sentidos, mostra como a violência ditatorial podia ser noticiada ou então silenciada e censurada. Portanto, o “nada” está repleto de significação, pois uma violência aconteceu, e a tentativa de ocultação, na verdade, traz mais à tona os sentidos proibidos.

A política do silêncio instaurada durante o regime militar brasileiro buscava não admitir a polissemia e os sentidos vários, sustentando um discurso oficial e autoritário. Porém, o efeito metafórico, ou seja, os pontos de deriva deixavam muitas lacunas em que podiam surgir outros sentidos, como no caso da metáfora, que “rompe o processo discursivo” (ORLANDI, 2007). De acordo com Orlandi, o silêncio é o real do discurso, que media as relações entre linguagem, mundo e pensamento, significando de muitas maneiras.

Sendo assim, o discurso dos militares pretendia encobrir uma realidade violenta, seja por meios ideológicos ou repressivos, e os deslizamentos de sentidos fez-se completamente necessário para burlar a censura. A M3 mostra que o “nada” esperado pela censura continua existindo, pois é o ar, o sopro de vida, que pode ter resistido ou se dissipado quando retirada a pele do balão.

**M7: O açúcar é um pozinho branco, que dá muito mau gosto ao café, quando não se lho põe**

A partir da M7, buscamos encontrar a metáfora na estrutura canônica, em que **x** é **y**, e com uma coisa em termos da outra. Assim, chegamos a O AÇÚCAR É A AUSÊNCIA DO

AMARGO, em que o primeiro é um conceito concreto usado para explicar a ideia abstrata subsequente. Pelo viés da Análise do Discurso, é possível também mostrar como os sentidos deslizam, ou seja, há transferência de sentidos, dependendo da leitura e da compreensão de certos termos discursivos, como o interdiscurso e as condições de produção, que explicam a forma como a mesma estrutura pode estar relacionada a diferentes acontecimentos discursivos. Em outras palavras, cabe à Análise do Discurso a descrição e a interpretação de como as palavras podem significar diferente.

Essa metáfora define o açúcar por meio da exclusão e da negação, graças às palavras “mau” e “não”, sendo o café ruim, amargo, com a ausência da doçura. Portanto, o açúcar é o responsável por deixá-lo doce. Assim, vemos que quando o doce não está, percebemos o quanto as coisas são ruins, e, portanto, precisamos da poesia, ou seja, as palavras agradáveis para não encararmos a vida real e crua, amarga como o café sem açúcar.

A estrutura “açúcar” logo traz à memória discursiva as sobremesas e os doces, servindo inclusive como um agradável calmante emocional, por liberar o hormônio da serotonina e, assim, regular o humor, proporcionando também disposição e energia. Por outro lado, não podemos esquecer as restrições de açúcar, especialmente nas dietas de doentes crônicos ou com propensão e histórico familiar, especialmente diabéticos, hipertensos e cardiopatas, pois o açúcar, apesar da doçura, também pode provocar aumento da gordura e, assim, a desregulação da insulina e o entupimento dos vasos sanguíneos. Logo, por mais que seja doce, é necessário o consumo de açúcar de maneira moderada, a fim de evitar enfermidades e até mesmo o sobrepeso.

Pensando ainda na mesma estrutura, a memória discursiva também pode ativar os efeitos de sentido de algo ou alguém que é meigo ou suave, com uma doçura no sentido conotativo, ou seja, que cause uma boa impressão, seja pela bondade, pela gentileza ou pelo carinho. Portanto, a ausência do açúcar poderia mostrar o desagrado ao paladar, ou então uma restrição na dieta, e até mesmo a falta de uma coisa, pessoa, animal ou situação afetuosa, evidenciando aqui, mais uma vez, a temática da morte que já visualizamos algumas vezes durante a leitura das metáforas analisadas. Desse modo, a mesma estrutura pode evocar diferentes efeitos de sentido, dependendo das condições de produção e dos acontecimentos discursivos.

Por sua vez, a estrutura “café” também evoca vários efeitos de sentidos, como as pequenas refeições, ou então desjejum, comuns nos períodos da manhã ou da tarde, acompanhados por singelas porções de comidas, em geral pães, bolos, biscoitos, dentre outros,

e pode-se servir ou não o café propriamente dito. Esse líquido, feito a partir do grão do café torrado, moído e cujo processo pode incluir diferentes tipos de preparo, como o expresso, o coado, o americano, com leite, creme, chocolate, chantilly, e até mesmo especiarias. Portanto, não existe uma única forma de se fazer ou se tomar café, e cada detalhe pode influenciar no sabor, podendo ser amargo, doce, frutado e inclusive alcoólico.

Os benefícios conhecidos do café são muitos, dentre eles a sensação de bem-estar e diminuição da dor de cabeça e da fadiga, graças à presença da cafeína, que também proporciona um maior estado de alerta e atenção prolongada, capaz de ajudar a manter acordado em situações exaustivas como trabalho, estudo e até mesmo uma noite de festas. Por outro lado, o café também pode trazer certos prejuízos para a saúde de quem toma, principalmente se a pessoa já tem propensão, como o aumento do refluxo gástrico, gastrite e outros problemas gástricos, assim como quadros de ansiedade e alterações do sono, causando insônia, assim como taquicardia e mãos trêmulas. Logo, a mesma estrutura pode adquirir diferentes efeitos de sentido, dependendo das condições de produção e, também, da memória discursiva de cada sujeito.

Observando a relação entre o café e o açúcar, percebemos o contraste e até mesmo a oposição entre as cores, já que o primeiro, se puro, tende a ser escuro, quase preto, enquanto o segundo, na maior parte dos casos, é branco. Assim, na M7, a ausência da cor branca dentro da cor preta traria um gosto ruim, como se opusessem luz e escuridão, e a falta do açúcar marcaria também a falta de prazer, ou seja, de coisas boas que tiram o amargor das situações difíceis da vida. Portanto, mais uma vez a temática da metafísica e da vida vem à tona, escondida pelos não-ditos, mas evidente graças à inserção no interdiscurso e à ativação dos já-ditos na memória discursiva. Além disso, as condições de produção também podem guiar a leitura da metáfora, fazendo com que os sentidos deslizem e mostrem seus diferentes efeitos.

As condições de produção da M7 são duas diferentes, assim como os efeitos de sentido gerados por elas. A primeira versão foi publicada em forma de uma coluna de jornal, enquanto a segunda, dentro do prefácio de um livro, o que mostra a sua maior efemeridade de um periódico, pelas suas condições de produção. Assim, a versão de 1954, em um momento político conturbado dentro do contexto brasileiro, com o segundo governo de Getúlio Vargas, que, de acordo com D'Araújo (1992), marcou um período de mudanças e contradições, dentre elas o ferrenho nacionalismo juntamente com o incentivo à imigração. Nas palavras de D'Araújo, a

Oposição radical lhe poderia ser fatal, como foi na conjuntura de 1954. Por aí vem a repressão brutal que ele permitiu contra os comunistas. Logo a ditadura

do Estado Novo, para a qual invocava as ameaças do comunismo e do integralismo, bem como do choque sangrento entre os “extremismos”. A repressão, nos tempos bravos, não chegava, porém, a radicalizar-se. Era amenizada pela própria técnica de cooptação ou silenciamento digno dos adversários. Não impunha conversão, apenas que não estivessem agindo contra (D’ARAÚJO, 1992, p. 9).

Portanto, vemos brevemente a respeito das contradições do segundo governo de Vargas, que foi desde 1951 até 1954, ano da publicação da primeira versão do texto de Rosa, juntamente com a M7. Quanto à metáfora em questão, a ausência do açúcar que deixa o café amargo pode fazer referência a essas condições de produção, dentre elas a negação do comunismo a qualquer custo, o que continuaremos vendo na segunda versão da metáfora. Porém, aqui as ausências e as faltas se mostram completamente evidentes, já que o governo buscava o afastamento do comunismo e do integralismo, como na citação de D’Araújo, assim como os silenciamentos dos adversários que agissem contra a ideologia dominante.

Como sabemos que os paladares de cada pessoa são diferentes entre si, existem quem goste do amargo, ou seja, café sem açúcar, o que, na perspectiva da M7, é um gosto ruim. Da mesma forma, podem existir indivíduos que aceitem essas faltas e negações, pois lhes faz sentido, enquanto para outros é intragável.

Por outro lado, a segunda versão, de 1967, traz um contexto diferente, pois a Ditadura Militar já tinha sido instaurada e estava em pleno auge, de modo que a crise política e social em que se encontrava o país, com base na qual o regime buscava uma ampla adesão da sociedade, com a finalidade de um novo ideário de democracia. Assim, havia os silenciamentos das ideias que se afastassem do desejado pelos militares, por meio da opressão e da falta de liberdade, sempre de modo totalitário e autoritário.

Vieira (2014) mostra foram muitas as estratégias de controle político e social, dentre elas promessas, demonstrações de eficiência, propagandas, atos antissociais e crimes, como torturas e assassinatos. Assim, somos levados mais uma vez à M7, que trata da ausência do açúcar que traz mau gosto ao café e, portanto, a falta dos desaparecidos e mortos políticos, por discordarem do governo vigente. Em outras palavras, os deslizamentos de sentidos em torno da M7 mostram que os desaparecidos e mortos por motivos políticos podem ser comparados ao açúcar ausente, que torna o café, ou seja, a vida mais difícil de suportar e com um gosto ruim.

Mais uma vez, dentro das condições de produção dessa metáfora, a censura da Ditadura Militar estava caminhando para a iminência do Ato Inconstitucional 5, havia o gosto amargo de não poder dizer o que deseja, e então um silenciamento e a crítica à interdição da palavra. Portanto, enquanto as boas palavras são doces, o silêncio tem gosto ruim, e vemos,

como em Orlandi (2007), que qualquer coisa acaba servindo para significar, mostrando que a força do significante aparece em cheio, pondo tudo em causa e em pauta. Vemos assim que a resistência sempre aparece onde há censura, e então não há censura completamente eficaz, já que os sentidos escapam e migram.

Pensando no silêncio e na ausência, mais uma vez a questão da morte vem à tona, já que as condições de produção assim revelam. De acordo com as palavras de Orlandi (1989, p. 39),

a concepção de silêncio não se esgota nos limites da distinção dito/não dito. Mesmo porque o silêncio não tem de ser referido necessariamente ao dizer para significar. Ou seja, o silêncio significa, ele não fala. A matéria significativa do silêncio é diferente daquela da linguagem verbal, e remeter o silêncio à linguagem verbal é modificar sua matéria significante, o que não é indiferente ao processo significativo.

Portanto, por mais que houvesse o silenciamento, por meio da censura, ainda se buscavam modos de significar e dar sentido às palavras e aos silêncios. Desse modo, a M7 desliza seus sentidos e mostra que na vida, mesmo com situações amargas e ruins ao paladar, ainda podemos ter momentos bons e doces, como o açúcar, e a lembrança do seu gosto é uma forma de resistência do silenciado.

|  |
|--|
| <b>M10: Os dedos são anéis ausentes?</b> |
|--|

Considerando a estrutura da metáfora canônica de **x é y**, conseguimos estabelecer DEDO É NÃO ANEL? Aqui, tanto “dedo” quanto “anel” podem ser tanto objetos concretos quanto ideias abstratas, de maneira que os sentidos podem deslizar, o que a caracteriza como metáfora. Ao contrário da visão canônica do estudo da metáfora, não se relacionam necessariamente um conhecimento palpável e objetivo com algo imaterial e subjetivo, mas essas posições podem ser assumidas. Para a Análise do Discurso, o efeito metafórico, de acordo com Pêcheux (2009), é o fenômeno semântico fabricado por uma substituição contextual, produzindo um deslizamento de sentido, ou seja, relaciona-se com a noção de transferência.

Agora, partindo para a descrição e a interpretação da metáfora a partir de um olhar discursivo, primeiramente, ao pensarmos no ponto de interrogação presente ao final do período, percebemos que silencia diversos dizeres, já que exige uma resposta, e esse silêncio fundante é promovido pela pontuação, que é uma marca própria da enunciação e transborda ao nível do discurso. Nas palavras de Orlandi (2001, p. 110), “as marcas da pontuação podem ser consideradas como manifestação da incompletude da linguagem, fazendo intervir em sua

análise tanto o sujeito como o sentido”. Sendo assim, os sentidos estão à deriva, e a partir da interpelação do sujeito pela ideologia aqui estudada, percebemos a forma com que esses sentidos se constituem, graças às condições de produção, e então o ponto de interrogação na metáfora evidencia a incompletude do dizer, como um ponto de suspensão. Ainda de acordo com Orlandi (2001), a pontuação é a manifestação do interdiscurso na superfície textual do discurso, ultrapassando assim os limites da sintaxe. Em outras palavras, é um silêncio que aponta para uma suposta resposta.

Além disso, a memória discursiva em torno dos dedos remete a diversos usos pelos seres humanos, os animais com polegar opositor, que podem manusear instrumentos diversos e também se comunicar por gestos e línguas de sinais. A potencialidade do dedo é infinita, mas nos chama a atenção a capacidade de comunicação, remetendo às palavras, de forma que movimentos, dedos, configuração de mão, tudo pode ter um significado se observarmos as regras das línguas de sinais, comum na comunidade surda. A deficiência ou a incapacidade de perceber e distinguir sons trata mais uma vez do silêncio, e a LIBRAS (no caso do Brasil) é a forma de driblar as dificuldades e buscar um contato com as outras pessoas, já que o ser humano tem necessidade de comunicação e, para isso, cria formas de desenvolvê-la.

Também, esses dedos podem tanto ser dos pés quanto das mãos, e ambos podem carregar anéis, sendo dos pés os mais inusitados, geralmente acompanhados por sandálias, tornozeleiras, pés descalços ou chinelos. Sabe-se que, há muito tempo, os anéis de dedo do pé são usados na Índia, como símbolo do estado civil das mulheres hindus, podendo ser bastante ornamentados. Já no Ocidente, essa moda foi importada a partir dos anos de 1970, indo além, portanto, das condições de produção da metáfora aqui analisada. Assim, os anéis ausentes poderiam indicar os dedos dos pés, no contexto do Brasil, já que no contexto era incomum e pouco usual.

Outra significação em torno da estrutura “dedo” é como sinônimo de medida, quantidade ou porção, podendo indicar tamanho ou quantia, de modo que um deslizamento de sentido em torno da metáfora vai em direção a essa polissemia. Logo, talvez indique uma grande e exuberante parcela, porém sem qualidade, por meio da estrutura do anel. Em outras palavras, a metáfora pode apontar para a significação de muitas coisas sem valor algum, por meio da ausência dos anéis.

Além do mais, outro deslizamento de sentido seria graças a mais um significado da estrutura “dedo”, que seria a vocação natural de alguém, ou seja, uma aptidão, um jeito ou habilidade com determinada tarefa. Portanto, essa naturalidade vai além do uso de enfeites ou

adornos como o anel, mas é trazida como um dom, e isso pode inclusive ser visto graças aos já-ditos, enraizados no interdiscurso e na memória discursiva, de uma construção como, por exemplo, “Fulano tem dedo para cozinhar”.

Ainda, a estrutura “dedo” continua a mostrar suas potencialidades na relação com vários acontecimentos discursivos, por meio das diferentes significações. Sendo assim, pode também significar a ação ou influência de alguém, marcada por certos indícios, ou seja, o envolvimento ou a participação em determinada ação. Por exemplo, isso é visto nos já-ditos presentes na memória discursiva de “Isso tem dedo de Fulano”, como se esse sujeito tivesse exercido certa interferência. Pensando na metáfora e seus deslizamentos de sentidos, a ajuda pode surgir de maneira natural e sem floreios.

Passando para a observação da estrutura “anel”, percebemos também alguns possíveis deslizamentos de sentidos. Dentre eles, a ausência do anel na metáfora em questão remete à memória discursiva do anel enquanto sinal de compromisso, como por exemplo as alianças trocadas entre casais. Aqui, podemos pensar inclusive em uma visão do casamento enquanto sacramento, dentro de uma formação discursiva religiosa católica, ou seja, o anel ou a aliança adquirem um sentido sagrado. Além disso, acreditava-se que o dedo anelar possui uma veia que sai direto para o coração, conhecido como o centro das emoções, e por isso era o que devia possuir o anel. Logo, o uso do anel pode se relacionar com os sentimentos, em especial a paixão e, mais do que isso, o amor conjugal, estabelecendo-se uma aliança entre os que a compartilham.

Ainda sobre a formação discursiva religiosa, existem certos clérigos que utilizam o anel clerical, como bispos, padres e freiras. Mais especificamente, há a figura do anel do papa, conhecido como “anel do pescador”, em homenagem a São Pedro, que era pescador e é considerado o primeiro papa da história. Nos primórdios do catolicismo, o anel era usado como selo de correspondências, enquanto atualmente o uso é mais símbolo da autoridade papal. Fabricado a partir de ouro maciço, somente é retirado quando o pontífice morre, sendo fundido novamente para fazer o anel do próximo papa. A partir desse conhecimento, mais uma vez a temática da morte aparece nas metáforas de “Aletria e hermenêutica”, de modo que os sentidos podem deslizar em torno da vida. Assim, podemos considerar a ausência do anel como a morte, pois é retirado e passado ao sucessor.

Também, o uso do anel pode indicar a autoridade de antigos reis que selavam decretos e cartas com seus anéis. Isso comprova, inclusive, a importância histórica do anel, cuja

ausência cancelaria o compromisso e a autoridade. Assim, a ausência do anel no dedo, mostraria também a falta de compromisso conjugal ou de poder autoritário.

Além do mais, essa estrutura de “anel”, considerando os possíveis deslizamentos de sentidos próprios à metáfora, pode trazer à tona outras significações, graças à memória discursiva dos já-ditos presentes no interdiscurso. Outro significado seria o anel como enfeite e adorno, uma vez que pode simplesmente ter finalidades estéticas, decorando o dedo de quem o possui. Também, pode ser sinal de ostentação, revelando o poder aquisitivo do usuário, graças ao material de que é feito, podendo conter ouro, prata, pedras preciosas e outros metais valiosos e caros. Desse modo, sua ausência mostraria o contrário, ou seja, a simplicidade, a humildade e até mesmo a modéstia. Ainda nessa linha de pensamento, os escravos eram proibidos de usar, mostrando sempre a servidão a seu senhor, assim como a falta de liberdade, autoridade e qualquer tipo de poder, restando somente seu próprio corpo, representado na metáfora pelo dedo.

Outro uso possível do anel é como presente de formatura, cujo significado é trazido tanto pela pedra utilizada quanto pelos detalhes no aro, representando o curso de formação. Assim, trazem em si a significação da superação e do sucesso de uma etapa, a vitória sobre os desafios de anos de estudos, e o início da vida profissional, sendo como o prêmio de um rito de passagem. Logo, a ausência do anel poderia remeter à falta de formação acadêmica, ou seja, de estudos e, então, de conhecimentos científicos aprofundados.

Muito comum como presente, o anel pode também trazer um significado que está na sua infinitude, como um círculo sem fim ou começo. Assim, os já-ditos metafísicos também podem ser vistos, por sua presença no interdiscurso e ativação graças à estrutura e às condições de produção. Dessa maneira, a metafísica, por meio da cosmologia, põe em pauta questões sobre o universo e a vida, e aqui na metáfora podemos ver o anel como o infinito, e então a sua ausência e seu desconhecimento.

Ainda sobre a ausência, os sentidos e o sujeito-autor estão à deriva das condições de produção para que o discurso se constitua enquanto tal, de modo que, conhecendo o modo como a mesma estrutura pode adquirir diferentes significados, os sentidos passam a deslizar e tomar outras formas, por se inserirem em outras condições de produção. Desse modo, o silêncio provocado pela ausência pode trazer à tona assuntos metafísicos e diferentes significações, uma vez que esse silêncio, de acordo com Orlandi (2007), não é falta, mas preexistente à linguagem, que, por sua vez é excesso e cuja finalidade é reter e evitar o silêncio, estabilizando o movimento dos sentidos, pois no silêncio sentido e sujeito se movem livres.

Pensando nas condições de produção, notamos que a metáfora aparece apenas na versão do prefácio de 1967, ou seja, foi escrita com a finalidade de ser publicada em livro e, portanto, mais definitiva. Sabemos que na época o Brasil estava em plena ditadura militar, e também em crise social e política, pois o regime militar tinha adotado a estratégia de buscar construir uma adesão da sociedade, por meio de um sistema de ideias e valores (REZENDE, 2001). Assim, o silêncio estava presente em vários aspectos, indicando a opressão e a falta de liberdade, de modo que a ausência podia ser vista pelos diversos exilados políticos, que deixaram o país por discordarem e denunciarem o sistema vigente. Logo, muitos artistas e músicos foram silenciados, com o exílio ou até com a morte.

Se colocarmos em paralelo essas condições de produção com a própria metáfora, temos então outro deslizamento de sentido, em que a estrutura “anel” mostra o acontecimento discursivo da censura, em que artistas deveriam silenciar suas produções – tão preciosas e valiosas quanto um anel – devido à política do silêncio da Ditadura Militar. Isso porque o Estado, por meio da ideologia dominante imposta, não aceitava a circulação de outros discursos. Nas palavras de Orlandi (2007, p. 263), “o silêncio imposto pelo opressor é exclusão, é forma de dominação, enquanto o silêncio proposto pelo oprimido pode ser uma forma de resistência”. Dessa maneira, podemos perceber a forma com que a M10 pode ser uma forma de resistência do sujeito diante dessas determinadas condições de produção de opressão, silenciamento, exclusão e dominação.

|  |
|--|
| <b>M13: O mundo, para um ateu, é Deus não estando nunca em nenhuma parte</b> |
|--|

A definição por exclusão também é vista na M13, em que se pode perceber a metáfora na estrutura canônica de PARA UM ATEU, O MUNDO É A AUSÊNCIA DE DEUS. É mais do que possível relacioná-la com a M12, que será analisada na seção de definição por inclusão e mostra que **O mundo é Deus estando em toda a parte**. Enquanto a M12 generaliza, a M13 exclui e nega, um discurso próprio à FD ateuista e conhecido graças à sua inserção no interdiscurso e ativação pela memória discursiva.

É pela alteridade que podemos encontrar a identidade, e logo pelo ateísmo que discorremos sobre o discurso religioso, pois é a sua negação e, então, lhe diz respeito e lhe é útil. Sabemos que “ao dizer, o sujeito se constitui pela inscrição na memória discursiva. É o esquecimento que permite que os sentidos sejam reinscritos no discurso” (ORLANDI, 2003, p.

15). Graças aos já-ditos presentes no interdiscurso, podemos discorrer sobre o ateísmo e como se constitui na memória discursiva.

A última metáfora de definição por exclusão diz respeito explicitamente ao discurso religioso e a sua negação: o ateísmo, juntamente com as negações “não”, “nunca” e “nenhuma”, que reforçam, por meio da estrutura, a descrença. Outra estrutura importante para levarmos em consideração é “mundo”, que contribui para os deslizamentos de sentidos esperados da metáfora. Seus significados estão em torno dos astros e planetas, e assim na temática do universo, cabendo o estudo à astronomia. Por outro lado, pode se referir ao próprio planeta Terra, seus hemisférios, natureza e povos, o espaço e a população que fazem com que ganhe vida. Também, pode fazer referência à classe social de um grupo ou uma pessoa, de modo que só conheça aquela realidade. Além do mais, pode significar todo um domínio ou esfera de estudo ou dedicação, assim como um espaço íntimo e um modo de viver, ou então algo muito grande e complexo ou em grande quantidade. Falando mais uma vez do pensamento metafísico, a cosmologia também aparece como um deslizamento de sentidos em torno da estrutura “mundo”, que pode carregar em si uma totalidade de realidades. Portanto, percebemos a forma como a mesma materialidade linguística pode adquirir diferentes efeitos de sentidos dependendo do acontecimento discursivo em que está inserida, logo, na historicidade e nas condições de produção.

Também, a estrutura “ateu” revela e esconde alguns segredos, que pode tanto se referir a alguém que não crê em Deus ou nos deuses, ou então, no sentido pejorativo, a um herege ou alguém que não respeita as crenças religiosas alheias. Além do mais, um ateu pode ativamente defender a ausência de qualquer Deus, mas também apenas negá-lo por não haver provas suficientes, não descartando por completo essa hipótese. Logo, os sentidos vão depender das condições de produção em que serão proferidos. Assim, trabalha com a alteridade a “crente”, que é aquele que crê ou acredita, com convicção de suas crenças ou fés. Por meio da diferença, conseguimos compreender melhor o que as estruturas não dizem, mas que ainda significa, pelo silêncio.

Dessa maneira, a M13 evidencia a crença do ateu na observação do mundo e, portanto, dos sentidos que demonstramos acima e na negação e na exclusão de Deus para sua explicação. Em outras palavras, o ateu exclui qualquer religião, não a enxergando nos diversos sentidos do mundo. Por outro lado, comparando à M12, tão semelhante à M13, percebemos pela estrutura “para um ateu”, ausente na M12, que o sujeito se afasta desses dizeres, ou seja, não se identifica com a FD atesta.

Nas palavras de Orlandi (2012, p. 18), “o gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível, é o lugar próprio da ideologia, e é materializada pela história”. Assim, percebemos a importância também de analisarmos as condições de produção da M13.

Publicada na versão de 1967, dentro do prefácio “Aletria e hermenêutica”, de *Tutaméia*, a M13 tinha suas condições de produção dentro de um livro e, mais especificamente, um dos recursos para prefaciá-lo. Assim, funciona para nortear a leitura dos contos subsequentes e discorrer sobre a metalinguagem da obra, guiando o olhar do leitor sobre as peculiaridades da escrita. Pensando no contexto sócio-histórico-político, logo pensamos no auge da Ditadura Militar, cuja chegada ao poder se deu pelo medo da ameaça comunista.

A religião não ficou distante do debate sobre o golpe militar, e inclusive foi organizado o evento “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que defendia a tradição familiar e a propriedade privada, contra o discurso nacionalista de João Goulart. De acordo com Guisolphi (2009), a Igreja Católica, mesmo que se preocupasse com a situação precária do povo, estava com medo do comunismo ateu que ameaçava se instalar no Brasil, e organizou certos mecanismos de controle político, mesmo que aparentemente apenas doutrinários.

Nas palavras de Rezende (2001, p. 101),

Era visível, durante toda a ditadura, uma significativa homogeneidade no interior dos pronunciamentos, atos e ações dos militares. Ou seja, perpassou [...], em todos os governos que compuseram aquele regime, o empenho para construir sua aceitabilidade através da atuação junto à mente de todos os indivíduos. Todos deveriam ser atingidos por este propósito através dos sindicatos, das universidades, das fábricas, da família, da escola, da igreja.

Portanto, nas condições de produção da M13, a negação do comunismo e, assim, do ateísmo serviu como mecanismo de controle e de manipulação, usando inclusive a igreja para promover uma aceitação do governo vigente. Assim, para os cidadãos da época, aceitar o comunismo seria aceitar o ateísmo, o que era inadmissível, por estarem inseridos em uma FD religiosa, e isso foi utilizado a favor dos militares. Podemos perceber na M13 a negação dessa imposição, pois a ausência ou a falta da crença em um Deus faria com que a visão do mundo não fosse a que esperam, pois as FDs são diferentes entre si, possibilitando a ativação de outros já-ditos, a partir dos não-ditos e, assim, outros efeitos de sentido.

#### 4.3 A Eterna Busca

A questão de uma procura incansável pelo desconhecido é encontrada em duas metáforas, como veremos a seguir.

**M5: Estrafalária seguinte definição de “metafísica: É um cego, com olhos vendados, num quarto escuro, procurando um gato preto... que não está lá.**

Partindo da M5, conseguimos resgatar a metáfora na estrutura canônica METAFÍSICA É UMA BUSCA CEGA, em que x é y, e ambos os conceitos são abstratos, porém o segundo termo é mais conhecido, já que faz parte do cotidiano do sujeito e sua percepção sobre o mundo. Assim, aproxima-se da perspectiva da Análise do Discurso, para a qual a metáfora é deslizamento de sentidos, uma vez que vários sentidos podem ser aqui apreendidos, e também transferidos.

Essa metáfora evidencia as dificuldades da busca de uma superstição que não existe, sendo que as pessoas colocam diversos empecilhos, como pode ser visto na gradação de elementos da metáfora, em que se acrescentam elementos contrários que não são completamente necessários, uma vez que é cego. Em outras palavras, se não enxerga, não tem por que vender os olhos, muito menos estar em um quarto escuro, e tampouco a cor do gato.

Percebemos a busca por essa superstição simbolizada pela estrutura “gato preto”, que traz à memória discursiva a credence medieval – muitas vezes propagada até nos dias de hoje – acreditava que era uma bruxa transformada em animal, sendo injustamente associado às trevas e também sacrificado, assim como as bruxas, que foram queimadas na fogueira. A superstição fez com que o gato preto fosse associado ao azar e, assim, marginalizado e discriminado. Além do mais, os hábitos noturnos do gato só aumentavam a áurea negativa sobre ele, já que vivia no meio da escuridão.

Por outro lado, para os egípcios antigos, o felino era adorado, por sua relação com a deusa dos gatos, Bastet, uma divindade solar, capaz de controlar os eclipses solares, e deusa da fertilidade, protetora das mulheres grávidas. Além disso, podiam ser vestidos com joias e ouro, e eram reverenciados também por combaterem certos parasitas, como ratos, sendo um dos principais símbolos do Egito Antigo, associado à luz.

Dessa maneira, a única estrutura “gato” pode ser associada a diferentes acontecimentos discursivos, como vemos nessas condições de produção: a medieval e a egípcia. Logo, a historicidade e a sua influência no Ocidente atual mostram como os sentidos se constituem e deslizam, de modo que a mesma palavra pode significar diferente, e até mesmo coisas opostas, como, de um lado, a escuridão e a morte, e de outro a vida e a luz. Portanto, a

busca pelo gato da metáfora pode adquirir esses ares místicos, já que, inclusive, trata da definição da estrutura “metafísica”.

Uma vez que as pessoas estão cegas na busca pelo que está ausente, há um desejo pela metafísica, ou seja, a compreensão ontológica, teológica ou suprassensível da realidade, remetendo a filósofos clássicos, medievais, modernos e contemporâneos, pois muito se discutiu a respeito do conceito de metafísica, junto com a proposta de uma nova definição “estrafalária”, ou em outras palavras, pouco elegante ou devagar, desajeitado, esquisito e não convencional.

Além do mais, a estrutura “metafísica” presente no interdiscurso adquiriu diferentes sentidos conforme os vários acontecimentos discursivos em que esteve presente. Na Idade Clássica, a metafísica, então denominada como “filosofia primeira”, abrangia o que não podia ser visto, mas necessitava de explicação, o que também pode remeter à M5, que dialoga com a memória discursiva dos seus já-ditos. Já na Idade Média, a metafísica, estudada especialmente pelos filósofos Agostinho e Tomás de Aquino, adquiriu ares religiosos, buscando compreender a natureza de Deus e a forma como isso podia ser visto no mundo real, com um diálogo entre filosofia e teologia. Na Idade Moderna, a partir do século XV, a metafísica ganhou uma denotação oposta ao conhecimento científico, com os estudos de Kant e Hume, conhecidos como empiristas, para os quais o conhecimento viria pela experiência, ou seja, era sensorial; e Pascal e Descartes, os neoplatônicos, baseados na razão. Portanto, a mesma estrutura ou palavra passou a significar de maneiras diferentes dependendo das condições de produção em que foi utilizada, baseada nos acontecimentos discursivos e na historicidade.

Ainda sobre a metafísica, é importante lembrar seus assuntos mais levantados, já que é uma área muito ampla dentro da filosofia, abrangendo várias temáticas, como a ontologia, a natureza da realidade, a mutabilidade e a imutabilidade das coisas, a verdade, a natureza, a origem e a teleologia ou os objetivos finais. Isso pôde influenciar o pensamento contemporâneo, tanto na ciência quanto na religião, que buscam responder essas questões.

Na M5, essa busca por respostas é descrita como se estivesse no espaço errado, de forma errada, algo que não pode encontrar, porque está em outro lugar. Logo, não significa que o “gato” ou a resposta não exista, mas sim que a procura está com métodos incorretos e, assim, não poderia trazer ao conhecimento ou à luz. Dessa maneira, a estrutura “quarto escuro” desliza seus sentidos em direção à falta de conhecimento, enquanto a estrutura “olhos vendados” transfere-se em direção ao método errado.

Por sua vez, a estrutura “cego” também pode ter deslizamentos de sentidos na medida em que pode ser deficiente visual de nascença ou então pelas circunstâncias da venda

dos olhos e da escuridão do quarto. No segundo caso, são as dificuldades que o tornam cego, ou seja, não consegue enxergar devido a uma imposição de outra pessoa, que silenciou certos sentidos pela visão. Além disso, os olhos vendados também remetem aos já-ditos do poder judiciário, representando a imparcialidade da justiça, juntamente com a espada, que simboliza a força, a coragem, a ordem e as regras para o exercício do Direito. Portanto, seria dever da justiça não distinguir as pessoas, as tratando como iguais entre si, sem discriminação de raça, sexo, orientação sexual e idade. Pensando na M5, isso aparece como obstáculo para a procura da metafísica, que busca algo que não está lá. Considerando as condições de produção, a metáfora remete às condenações injustas que aconteceram no contexto da Ditadura Militar no Brasil, quando inocentes foram condenados apenas por exercerem sua liberdade de expressão.

Orlandi (1987) define as condições de produção como o contexto textual, de enunciação e sociocultural, de modo que, pela AD, pode-se estabelecer uma relação entre o enunciado e sua exterioridade. Considerando assim as condições de produção dessa metáfora, em sentido lato vemos o contexto da Ditadura Militar no Brasil, em uma constante busca por elementos que denunciem as barbaridades, a fim de censurá-los e silenciá-los, por medo da ameaça comunista. Dessa maneira, os efeitos de sentido giram em torno de se cegar – muitas vezes pela violência ou pela coerção, os aparelhos tanto repressivos quanto ideológicos, de Althusser – vender os olhos, estar na escuridão, procurando algo que necessariamente não é perigoso e muito menos está lá.

Presente somente na versão de 1967, enquanto prefácio do livro *Tutaméia*, “Aletria e hermenêutica”, a M5 trabalha enquanto processo metafórico à medida que os sentidos vão além, rompendo o processo significativo, pelos pontos de deriva, não se limitando à política do silêncio instaurada pelo regime militar. Apesar dos absurdos praticados durante o período, muitas pessoas ainda aderiram e apoiaram o discurso perpetuado de busca pela democracia, mesmo não a sendo por completo. Assim, estariam procurando essa democracia (o “gato preto”) de maneira cega e com os “olhos vendados” pelo discurso do regime. Nas palavras de Coutinho (1987, p. 149), o

regime militar-tecnocrático conseguiu conquistas, em alguns momentos, um significativo grau de consenso entre amplos setores das camadas médias. Obteve consenso na medida em que assimilou e deu respostas a algumas demandas dos grupos sociais.

Portanto, por sua inserção nessas condições de produção, a M5 demonstra a forma com que a estrutura pode significar diferente de acordo com os diferentes acontecimentos discursivos, por relacionar materialidade linguística com a materialidade histórica. Além disso,

as transferências e os deslizamentos de sentidos próprios da metáfora mostram como os efeitos de sentidos podem ser vários, cabendo ao dispositivo de interpretação observar e captar as suas derivas.

|   |
|---|
| <b>M11: O ar é o que não se vê, dentro e fora das pessoas</b> |
|---|

A fim de regressar à metáfora na estrutura canônica, conseguimos a metáfora O AR É INVISÍVEL E ONIPRESENTE, em que a invisibilidade e a onipresença são atributos do ar, e na fórmula **x é y**, **x** aqui é um conceito concreto, conhecido e compartilhado entre os falantes, enquanto **y** são ideias abstratas, usadas para organizar e categorizar a mente dos indivíduos. Falando nisso, na M11, também levantamos uma possível metáfora conceptual: CORPO É RECIPIENTE, a partir da experiência corporal de dentro e fora e das ideias da Linguística Cognitiva. Além do mais, para a perspectiva da Análise do Discurso, o efeito metafórico é deslizamento de sentidos, mostrando como os sentidos não são fixos, mas estão à deriva, podendo ser captados pela inserção no interdiscurso.

Essa metáfora traz novamente o ar, já definido na análise da metáfora M3 (“**Definição do nada: - É um balão, sem pele**”), mostrando mais uma regularidade. Por outro lado, aqui vemos também o anseio que as pessoas têm pelo ar, necessário para a respiração e presente em todos os lugares, ou seja, a sua onipresença, que será também tratada na metáfora “**O mundo é Deus estando em toda a parte**” (M12). Assim, logo são encontradas duas regularidades com outras metáforas do mesmo prefácio, e além disso, também se caracteriza como a eterna busca, já que as pessoas buscam pelo ar, de maneira que desfaleceriam se não o encontrassem, seja por problemas respiratórios ou por situações do meio, como o vácuo ou o preenchimento com outras substâncias, como a água, afogando-se.

Além do mais, como sabemos que a ausência do ar é o vácuo, que é caracterizado como vazio de absolutamente tudo, ou seja, oco e não ocupado por matéria alguma, é importante o levarmos em consideração, a fim de demonstrar os não-ditos e a alteridade, que constitui a identidade do ar. As partículas do ar necessitam de movimento para propagar as ondas sonoras e, como há a ausência de ar, o som não pode se propagar no vácuo, trazendo mais uma vez a temática do silêncio às metáforas aqui analisadas. Isso nos remete a outra metáfora presente no prefácio “Aletria e hermenêutica”, a M9 (“**O universo é cheio de silêncios bulhentos**”), já que o silêncio causado pela ausência do ar, ou a presença do vácuo, é comum no espaço, ou então no nível do universo e dos astros.

Pensando na onipresença do ar, dentro e fora das pessoas, no caso do planeta Terra, que está repleto de partículas gasosas, comparamos o ar à ideologia, que existe ao redor e nas pessoas, regulando seus atos e falas, se materializando pelos sujeitos. Isso remete a uma das teses de Althusser (1980), que diz respeito à materialidade da ideologia, em que as “ideias” ou as “representações” não têm existência ideal, mas material, sendo que uma ideologia existe sempre num aparelho, e na sua prática, ou seja, tem uma existência material, que pode ser em vários sentidos e modalidades, mas todas enraizadas na matéria “física”, e então ocorre a interpelação dos indivíduos em sujeitos pela ideologia.

Além disso, o ar não depende das pessoas, estando fora e dentro delas, mas é necessário para a existência de todas as coisas no planeta Terra. Assim como não tem existência material, o ar também apresenta certos deslizamentos de sentidos em torno dos significados dessa mesma estrutura. Dentre eles, podemos pensar como o gás que forma a atmosfera, em uma combinação entre gases como o nitrogênio, o oxigênio e o gás carbônico, circundando a superfície terrestre, e também os ventos e as condições climáticas. Além do mais, o ar pode ser a respiração ou o fôlego de alguém, necessários para a vida. Também, pensando nos sentidos em torno dessa mesma estrutura “ar”, remetemo-nos a certas razões ou motivos que motivam e impulsionam uma ação, como por exemplo “saber quais ares me trouxeram de volta para cá”. Ou então consideramos o ar como a aparência de alguém, as características ou modos de ser, como os “ele tem um ar de sabedoria”. Portanto, há diversos deslizamentos de sentidos em torno da estrutura “ar”, que depende da inserção e do conhecimento das condições de produção, ou seja, da historicidade e do nível do acontecimento discursivo.

Presente somente na versão de 1967, a M11 é um dos elementos que compõem o prefácio “Aletria e hermenêutica”, o primeiro do livro *Tutaméia*, de Guimarães Rosa. Logo, por prefaciar uma obra literária, demonstra a sua função norteadora, com questões sobre a poética e a visão de mundo que guiarão o restante da leitura, de modo que o leitor é levado a pensar a respeito dos efeitos de sentidos da temática do prefácio como um todo, assim como do livro em geral. Essas condições de produção demonstram que a M11 revela e esconde certos sentidos, de maneira que a interpretação, enquanto gesto, nos termos de Orlandi (2012), considera a linguagem como “um sistema de relações de sentidos onde, a princípio, todos os sentidos são possíveis, ao mesmo tempo em que sua materialidade impede que o sentido seja outro” (ORLANDI, 2012, p. 20).

A nível da historicidade, sabemos que, na época, o Brasil estava na Ditadura Militar, com uma crise social e política, imperando o silêncio e a censura, mas repletos de sentido.

Como vimos a onipresença do ar, capaz de promover vida e som, a M11 revela, nessas condições de produção, uma crítica à incapacidade de se silenciar por completo os sentidos então velados. De acordo com Marconi (1980, p. 43),

A censura policial que se estendeu por nove anos foi basicamente de dois tipos: a primeira, através de bilhetinhos e telefonemas que determinavam os assuntos que não deveriam ser abordados pela imprensa; a segunda, chamada censura prévia, com censores – policiais revisando todo o material a ser divulgado.

A política do silêncio característica do regime militar fez com que o sentido do não-dito fosse camuflado por metáforas, a fim de que surgissem outros sentidos possíveis, como forma de resistência. Portanto, os deslizamentos de sentidos e, assim, as metáforas se fizeram necessários para burlar a censura.

Conforme Orlandi analisou no livro *As formas do silêncio* (2007), a multiplicidade de sentidos no período da Ditadura Militar no Brasil mostra como a interdição da palavra, tanto por parte da opressão quanto do oprimido. Assim, a censura é a proibição de certos lugares e posições e, assim, certos sentidos, que não deixam de ser dizíveis, mas passam a ser censurados. Quando, nas condições da Ditadura Militar brasileira, a violência era mais aguda e a censura estava instalada no cotidiano, as formas de comunicação e resistência sofreram uma adaptação, sendo que, inclusive os vazios nos jornais comunicavam sentidos deslocados e interditados. Mesmo assim, não há discurso estanque ou todo “controlável”, já que, uma vez posto em circulação, pode se deslocar por qualquer ponto dos processos discursivos, em um movimento não só feroz, mas silencioso.

#### 4.4 Definição por Inclusão

Alguns conceitos, diferentemente, são definidos por um processo de inclusão, como as duas metáforas que serão apresentadas

|  |
|--|
| <b>M6: Representação de “cano”: - É um buraco, com um pouquinho de chumbo em volta</b> |
|--|

A fim de resgatar a metáfora estrutural a partir da M6, podemos chegar à metáfora na estrutura canônica de O CANO É UM BURACO COM CHUMBO, em que x e y podem ser conceitos concretos e conhecidos ou então ideias abstratas a que se quer ter acesso e conhecimento, com x em termos de y. Assim, observando pelos parâmetros da Análise do Discurso, percebemos os deslizamentos de sentidos possíveis, ou seja, há uma transferência de sentidos, que dependem da compreensão de que a metáfora vai além da estrutura e da

materialidade linguística, dependendo também do nível do acontecimento e, portanto, da historicidade e das condições de produção.

Mesmo que aparentemente apresentem apenas conceitos concretos, percebemos que a transferência de sentidos também é possível, uma vez que as estruturas podem se referir a diferentes acontecimentos discursivos. Assim, é um modo de rever um objeto tão simples. No caso da estrutura “cano”, pode se referir a um material cilíndrico com finalidade de conduzir gases e líquidos, geralmente oco e comprido. Também, pode ser a parte de armas de fogo ou simulacros, por onde é lançado o projétil. Por outro lado, no sentido abstrato, pode também se referir a uma situação complicada, ou seja, uma dificuldade ou um problema, e inclusive um negócio frustrado. Dependendo de cada acontecimento discursivo, os sentidos dessa estrutura vão deslizando e adquirindo significados diferentes.

Quanto à estrutura “buraco”, seus sentidos também deslizam e adquirem novas significações, tais como uma cavidade natural ou artificial, logo, um espaço vazio, uma cova, ou toca. Além do mais, também pode se referir a um local isolado e sem comodidades ou até mesmo uma habitação pobre ou com má reputação. Pensando nas condições de produção dos jogos e esportes, pode se referir à marcação de pontos, como no golfe, sinuca, basquete, dentre outros. Por sua vez, se começarmos nos sentidos abstratos, percebemos a estrutura “buraco” como o vazio da ausência de algo ou alguém, como sinônimo de saudade, ou então a falta de memória, depressão psicológica. Além do mais, pode fazer referência a um problema ou dificuldade, principalmente financeira, em que se tem a falta de dinheiro ou de emprego.

Já a estrutura “chumbo”, também aparentemente apenas um conceito concreto, passa a revelar outros efeitos de sentidos possíveis, dentre eles o elemento químico usado em alguns tipos de tintas, extintores de incêndios, baterias e proteção contra radiações. Além do mais, pode se referir a projéteis de arma de fogo, balas e tiros. Também, pode ser um objeto muito pesado ou referir-se à cor cinza-azulada, característica do material.

Nessa metáfora, o buraco representaria a ausência e, a partir dele, com a inclusão de um pouquinho de chumbo em volta, se construiria alguma coisa, no caso o cano. Combinando os diferentes significados das estruturas apresentadas acima, percebemos a variedade de arranjos possíveis efeitos de sentidos, dependendo das condições de produção em que estão presentes. De acordo com Orlandi (2012), todo dizer está na confluência de dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). Logo, o interdiscurso é o eixo vertical, são os dizeres já-ditos e esquecidos, mas que determinam o que dizemos, e o intradiscurso é o eixo horizontal, da formulação do dizer, determinando o que estamos dizendo

naquelas condições dadas. Portanto, a constituição determina a formulação, e os sentidos são dispersos, sendo no intradiscurso o lugar onde se organizam.

A M6 foi publicada pela primeira vez na versão de 1954, veiculada em jornal, no texto de título “Risada e meia”. Se pensarmos nessas condições de produção, percebemos que a Guerra Fria estava no auge, juntamente com as batalhas que vinham adjacentes a ela, como a Guerra da Coreia, que dividiu o país ao meio, em virtude do conflito sangrento entre a parte comunista, conquistada pela China e Rússia, e a capitalista, com apoio do Japão e dos Estados Unidos. Até hoje perduram as consequências desse confronto, com ameaças de ataques atômicos. A fim de poupar vidas, muitos lugares construíram abrigos nucleares, protegidos por paredes e portas feitas de chumbo. Dessa maneira, um dos efeitos de sentidos possível graças ao conhecimento da historicidade da M6 mostra o cano, a dificuldade que muitas pessoas passam diante das intimidações de ataque, construindo esconderijos (“buracos”) rodeados de chumbo.

Além do mais, no contexto brasileiro, estavam em vigência os últimos anos do governo de Getúlio Vargas, que, de acordo com D’Araújo (1992, p. 28),

O sucesso eleitoral de Vargas deve-se também a alianças tácitas entre as correntes civis e militares que se identificam com as chamadas posições nacionalistas. Vargas aparece como o defensor dos interesses nacionais, num momento em que a situação econômica e financeira do Brasil caminha no sentido de acentuar a dependência em relação aos Estados Unidos. A “guerra fria” e o debate em torno da participação brasileira na Guerra da Coreia aproximam Vargas dos grupos militares nacionalistas.

Aqui, percebemos também a adesão do então presidente a certos posicionamentos estado-unidenses, contrastando com o discurso predominantemente nacionalista, de modo a se aproximar de alguns militares. Assim, aproxima-se também das armas de guerra e, então, do “chumbo”, entrando em uma negociação frustrada em busca de preencher os buracos da adesão política, já que Vargas ansiava o apoio de grupos diferentes, e até mesmo opostos.

A segunda versão da M6 foi publicada no contexto da Ditadura Militar no Brasil, mostrando também à polissemia das estruturas da metáfora. Assim, encontramos efeitos de sentidos vários, à deriva, que variam e se deslocam. Logo, a significação de “cano”, além de ser um cilindro oco, na linguagem informal pode ser uma situação complicada ou difícil, que traz problemas, ou então um mau negócio e uma transação frustrada, enquanto o “chumbo” volta-se aos anos de chumbo no conturbado contexto político e social do Brasil, remetendo aos projéteis de tiros, balas ou fogo. Logo, os deslizos e os equívocos provocados pelos vazios da metáfora apontam para significados além da superfície textual, mostrando que aquilo que antes era um buraco, um vazio e um silêncio passou a ser preenchido com o barulho da violência e a

censura dos silenciamentos, e devido à hostilidade do chumbo, gerou uma situação complicada e repleta de problemas, e também multiplicidades de sentidos.

Eni Orlandi (2007) evidencia que cada uma das manifestações do silêncio funciona em suas especificidades, sendo necessário estudá-lo para compreender os processos de significação do funcionamento da linguagem. Assim, o silêncio é contínuo e permite ao sujeito se mover nas significações, percorrer sentidos e formações discursivas diferentes. Devido ao caráter de incompletude, o silêncio é um dos modos de compreender a polissemia e a pluralidade da linguagem, e o sentido se torna visível pela instituição, pelo consenso social, ou seja, pelas condições de produção, a exterioridade. A autora defende que uma das contribuições mais importantes da AD é se basear no movimento necessário entre a unidade e a dispersão como pares necessários, movendo-se entre a paráfrase e a polissemia, a identidade e a alteridade, de maneira que toda palavra ateste o interdiscurso e o silêncio, com todo o seu contorno instável, já que a AD é um exercício sempre nas bordas da interpretação.

|  |
|--|
| <b>M12: O mundo é Deus estando em toda a parte</b> |
|--|

A fim de resgatar a metáfora na estrutura canônica a partir de M12, sendo **x é y**, conseguimos elaborar O MUNDO É A PRESENÇA DE DEUS, em que o primeiro termo (x) pode ser abstrato ou concreto, enquanto o segundo (y) é abstrato. Portanto, é o significado de uma coisa em termos de outra. Por outro lado, para a Análise do Discurso, como a metáfora é o deslizamento ou a transferência de sentidos, observando alguns conceitos, como interdiscurso e condições de produção, aqui também podemos captar certos efeitos de sentido possíveis.

Nessa metáfora, a estrutura “Deus” remete diretamente à religião ou então à metafísica. Os deslizamentos de sentidos em torno dessa materialidade linguística são muitos e dependem do acontecimento discursivo em que se encontram e, portanto, do nível da historicidade e das condições de produção. Para a religião, Deus é o ser infinito, eterno e sobrenatural, sendo a causa e o fim de todas as coisas, ideia vinda das religiões primitivas, que designavam por Deus as forças ocultas e acontecimentos inexplicáveis. Por outro lado, para a filosofia, em especial a vertente metafísica, Deus é o princípio absoluto, a realidade transcendente ou o Ser primordial responsável pela origem do universo, das leis que o regem e de todos os seres. Pensando também nos outros efeitos de sentidos, chegamos aos significados de um indivíduo superior aos demais em poder ou beleza, ou então um ídolo a quem é devotada uma grande veneração, sendo alvo de desejos. Assim, a estrutura “Deus” é abrangente e própria

às FDs religiosa e filosófica, assim como um objeto de desejo. Contrária à temática do nada de que trata o restante do prefácio, a M12 mostra a oposição e a alteridade, a fim de caracterizar ainda mais o conceito de nada.

Aqui, há a abrangência e, então, a ausência do nada, que viria a partir da presença de Deus. Os termos “mundo” e “toda” também trazem em si a abrangência e a inclusão, sendo possível o contraste com a metáfora já analisada “**O mundo, para um ateu, é Deus não estando nunca em nenhuma parte**” (M13), aqui não existe a posição de um ateu, mas se abrange ao “restante” dos sujeitos, ou seja, os religiosos, incluindo o próprio sujeito-autor, englobando, por meio da ausência e da diferença. Logo, é pela alteridade que esse discurso se constitui enquanto tal, negando aquilo que não é: o ateu.

Além disso, também é possível estabelecer uma identificação com outras metáforas presentes no mesmo prefácio, como a M11 “**O ar é o que não se vê, fora e dentro das pessoas**”, pois, da mesma forma em que está em todos os lugares, mesmo sendo invisível, também o é Deus. Assim, a partir da identificação entre M11 e M12, chegamos a uma possível metáfora canônica: DEUS É O AR, em que (x) é a ideia abstrata a que se quer ter conhecimento, enquanto (y) é o conceito concreto a que se tem acesso, de modo que se percebe uma metáfora aristotélica, com uma comparação implícita (DEUS É COMO O AR), e com uma coisa em termos da outra, para explicar e dar sentido ao mundo.

Outra metáfora que encontramos semelhanças é a M9 “**O universo é cheio de silêncios bulhentos**”, já que as estruturas “mundo” e “universo” se identificam. Além disso, há as abrangências dos termos “cheio” e “toda”, mostrando mais uma vez a identificação entre M12 e M9. Assim, ao decorrer da leitura das metáforas do prefácio, conseguimos perceber como dialogam entre si, e aqui chegamos à metáfora O MUNDO É O SILÊNCIO DE DEUS, pois, mesmo que não se possa enxergar ou ouvir, ainda está em todos os lugares, sendo acessado por meio da religião ou da metafísica, que buscam explicações para esse silêncio.

Isso nos remete às palavras de Orlandi (2012, p. 9), segundo a qual

a interpretação está presente em toda e qualquer manifestação da língua. Não há sentido sem interpretação. Mais interessante ainda é pensar os diferentes gestos de interpretação, uma vez que as diferentes linguagens, ou as diferentes formas de linguagem, com suas diferentes materialidades, significam de modos distintos.

Também, a metáfora M3 “**Definição do nada: é um balão sem pele**” mostrou em sua análise que o sopro divino, assim como o ar, está em todos os lugares, podendo ser obtido tanto por um processo silencioso quanto por um barulhento. Portanto, mais do que O MUNDO É O SILÊNCIO DE DEUS, talvez possamos captar que O MUNDO É O BARULHO DE

DEUS, dependendo das circunstâncias que propiciaram o esvaziamento desse balão. Portanto, vimos como as condições de produção, tanto dentro do texto, como fora a ele, podem interferir na produção dos efeitos de sentido, sendo necessário considerar a exterioridade, a historicidade. Conforme Orlandi (2012), os sentidos que podemos observar emanam da compreensão das condições de produção e da história, a fim de que entendamos que a produção de acontecimentos significa de modo distinto, afetando nossas posições políticas, de modo que a língua está sujeita ao equívoco e à historicidade, e só podemos formular ou dizer se nos colocarmos na perspectiva do dizível, ou seja, do interdiscurso, por meio da memória e da atualização.

Presente somente na versão de 1967, a M12 traz em si o contexto da Ditadura Militar, como já exposto na análise da M13. Vemos que a Igreja não se posicionou de maneira homogênea frente ao Regime Militar. De um lado, havia os católicos que se manifestavam a favor da “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, do golpe frente à “ameaça comunista”. Por outro lado, havia também as propostas de inovações teológicas a favor dos oprimidos pelo regime. Nas palavras de Dias e Silva (2012, p. 3), tinham a intenção de que “a perseguição política e a negação dos valores humanos sejam erradicadas, e utiliza do discurso religioso para legitimar os valores pregados”. Assim, ainda que muitos religiosos utilizassem do nome de Deus para silenciar, outros usavam para propagar ideais humanos, mostrando como a mesma estrutura pode significar diferente, assim como a presença de Deus pode estar em todos lugares, evidenciando a esperança que se pode ter com a religião mesmo nas condições mais adversas.

#### 4.5 Silêncio

O silêncio, ou seja, a ausência de ruídos é um assunto muito discutido no discurso religioso e durante o prefácio “Aletria e hermenêutica”, de Guimarães Rosa, encontramos três casos:

|  |
|--|
| <b>M9: O universo é cheio de silêncios bulhentos</b> |
|--|

Pensando na metáfora na estrutura canônica, percebemos a estrutura UNIVERSO É SILÊNCIO, em que tanto x quanto y podem expressar conceitos conhecidos e concretos e também ideias abstratas e subjetivas, de modo que a sequência M9 se distancia da sintaxe clássica das metáforas. Por outro lado, se aproxima da metáfora com vistas na Análise do Discurso, no momento em que possibilita diferentes efeitos de sentidos, graças aos

deslizamentos e transferências. Assim, um dos efeitos de sentido possíveis são os sentimentos interiorizados que somente a pessoa que o possui sabe exatamente como se sente, podendo carregar em si muitas experiências e histórias, de modo que é impossível que alguém saiba o que a outra pessoa carrega, ou seja, o universo próprio de cada um. Isso remete à metáfora conceptual de MENTE É RECIPIENTE, em que diversos enunciados são produzidos, como, por exemplo “não consigo tirar essa música da cabeça” e “a cabeça dela está recheada de ideias interessantes”. Além do mais, ainda sobre a estrutura “universo”, o deslizamento de sentido pode ir em direção à experiência pessoal de cada pessoa, a mente e os pensamentos, assim como os sentimentos e experiências, que podem não ser verbalizadas, estando em silêncio, mas estão à tona, como borbulhantes e iminentes.

Outro efeito de sentido possível é observarmos o “universo”, estrutura que aponta tanto para uma generalização, abrangendo tudo, quanto para o cosmos, que envolve as estrelas e os planetas. Trazendo os já-ditos da astronomia de que o som não se propaga no vácuo e, portanto, os barulhos das explosões estelares e solares, assim como as quedas de meteoros, meteoritos e asteroides, são quietos, por estarem no vácuo, e logo demonstra toda a potencialidade do silêncio. Em outras palavras, no espaço, não há ar, somente vácuo, de modo que não tem como propagar o som, ou seja, é impossível fazer barulho, não importando o tanto que se esforce.

Aqui, também salta aos olhos o paradoxo diante da construção “silêncios bulhentos”, remetendo-nos ao silêncio que a morte proporciona, de modo que pode inclusive ser um eufemismo desta, mas aos que continuam vivos os questionamentos escatológicos aparecem como barulhos e ruídos. Outro paradoxo interessante a se destacar na metáfora é o “cheio de silêncios”, pois, vendo o silêncio como o vazio ou a ausência de barulhos, não seria possível encher algo, no caso o universo, o que remete mais uma vez à temática do nada e da metafísica. Orlandi (2007) ainda explica que o silêncio é dispersão, enquanto a linguagem – ou o barulho – é a organização e a delimitação dos sentidos, de modo que o silêncio mostra todo o seu barulho, que são os não-ditos, que não estão distantes, mas presentes. Observando a estrutura “bulhentos”, sabemos que também pode significar tanto algo muito barulhento, quanto alguém que é dado a brigas, ou seja, uma pessoa desordeira. Portanto, outro deslizamento de sentidos vai em direção dos silêncios briguentos e longes da paz, algo muito presente nas condições de produção da metáfora, e então a seu contexto sócio-político-histórico.

Pensando nas condições de produção, a metáfora foi publicada no prefácio de 1967, no contexto da Ditadura Militar, conhecido pelas promessas, demonstrações de eficiência,

propagandas, atos antissociais, crimes, cadáveres, sem trazer esperança e liberdade, muito menos melhorar a situação do povo brasileiro (VIEIRA, 2014). Além disso, a censura, como defendido por Orlandi (2007), traz não um sentido, mas um fato proibido pela história, mostrando toda a força do silêncio, que atravessa as palavras e está entre elas, indicando que o sentido pode sempre ser outro, e também é o ponto de sustentação do não-um (muitos sentidos) e do efeito do um (sentido literal) na relação das muitas formações discursivas. Portanto, a censura faz com que os silêncios sejam ainda mais barulhentos, deslizando entre vários sentidos.

A autora explana que, ao dizermos algo, apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis, o que demonstra uma política do silêncio, de modo que o silêncio local passa a estar relacionado à censura, ou seja, a interdição do dizer. Dessa forma, o silêncio e as vozes sociais estão ligados à opressão e à proibição de palavras e de sentidos, já que se proíbe a certas “posições” de sujeitos e a inscrição em certas formações discursivas, remetendo a Pêcheux (1975), que defende que a identidade é resultado da identificação do sujeito que se inscreve em uma (e não em outra) formação discursiva para que suas palavras tenham sentido e, ao mudar para outra formação discursiva, as palavras também mudam de sentido. Portanto, a identidade do sujeito é afetada pelas relações de força, porém o texto não se esgota em um espaço fechado, e o sujeito e o sentido são caracterizados pela incompletude, de forma que, se há um apagamento, também há um desejo pela completude, que alimenta o sentimento de identidade. Assim, o autoritarismo procura, por meio do poder e da força, impor um único sentido para toda a sociedade, negando a possibilidade de alteridade e aniquilando a identidade, já que cabe às condições de produção a circulação possível pelas diferentes formações discursivas, e a censura é o lugar de negação e também da exacerbação do movimento que institui identidade.

Portanto, a presença da metáfora nessas condições de produção permite o deslizamento dos dizeres em torno da censura e do silenciamento, que tentam calar a voz dos revolucionários, mas esquecem que esse silêncio significa e muito, pois é no silêncio que existem mais possibilidades de sentidos e dizeres, sendo muito mais abrangente do que as palavras. Aqui, o silêncio vai além de ser o nada, mas adquire ares muito maiores, como um ato de resistência e posicionamento ideológico.

**M14: Saudade é o predomínio do que não está presente, diga-se, ausente**

A partir da metáfora na estrutura canônica, conseguimos a metáfora SAUDADE É AUSÊNCIA, em que x e y são abstratos, assim, não segue a estrutura canônica de metáfora enquanto um conceito concreto utilizado para definir um abstrato, ou seja, a experimentação de uma coisa em termos de outra. Porém, mais uma vez, os deslizamentos de sentido são possíveis, visto que pode ocorrer a transferência e vários efeitos de sentidos.

Primeiramente, podemos observar a estrutura “saudade”, que se sabe ser uma palavra própria à língua portuguesa e, logo, difícil de encontrar uma tradução certa e exata de seu significado. Assim, relaciona-se com diferentes acontecimentos discursivos, dependendo das condições de produção em que é enunciada. Enquanto recordação de algo ou alguém, pode adquirir uma tonalidade neutra, não afetando os sentimentos de quem a sente. Porém, enquanto nostalgia, pode vir acompanhada de emoções e boas felizes, e por outro lado, pode assumir também um pesar causado pela privação, juntamente com a tristeza e a solidão, próprios ao luto e à morte. De qualquer modo, a saudade está relacionada à ausência e à falta, e logo, ao nada. Por tratar, ainda, da morte, pode trazer em si já-ditos metafísicos e existenciais.

Quanto à estrutura “predomínio”, trazemos à memória os já-ditos em torno do domínio sobre algo, ou seja, a supremacia ou dominância, de maneira que demonstra a superioridade e a preponderância do mais presente ou forte sobre o mais fraco ou em menor quantidade, ou até mesmo ausente. Por outro lado, no caso da metáfora, o que domina é a própria ausência, que se faz mais forte e repleta de significados, gerando a saudade, que, por sua vez, é sempre sentida, ou seja, predominante. Isso nos remete a Orlandi (2008), que defende que a ausência causada pelo silenciamento deixa seus vestígios no real da história, podendo sempre irromper, de modo que a falta é própria do sujeito e, portanto, constitutiva do dizer. Essa ausência e esse vazio, predominantes e causados pela saudade, relacionam-se diretamente ao silêncio.

Outra estrutura que nos chama a atenção na metáfora é “diga-se”, que poderia gramaticalmente ser classificada como locução conjuntiva explicativa, ligando duas palavras, sendo que explica ou reifica, buscando uma maior clareza ao enunciado. Além disso, é uma forma de esclarecimento ou ilustração. No caso da metáfora analisada, funciona como retomada com outras palavras e, portanto, uma reformulação do que acabara de ser dito. Aqui, colocando em paralelo as duas expressões, obtém-se um sinônimo, pois “não está presente” tem o mesmo sentido de “ausente”, diferenciando-se apenas pela negação e pelo antônimo. Em outras palavras, buscou-se uma única palavra para resumir o que foi dito anteriormente, e a escolhida

conseguiu tanto sintetizar quanto silenciar, pois a ausência carrega uma carga muito maior do que a não presença, sendo mais definitiva e final.

Considerando as condições de produção da metáfora, foi publicada somente na versão de “Aletria e hermenêutica”, como prefácio de *Tutaméia* (1967), em plena Ditadura Militar no Brasil. Aqui, os deslizamentos de sentidos remetem diretamente aos mortos, desaparecidos e exilados políticos, que tiveram que sair do país por perseguições e ameaças. Somente no século XXI, foi criada no Brasil a Comissão Nacional da Verdade, cuja missão foi, dentre outras, investigar fatos, causas e consequências das violações de direitos humanos durante o período ditatorial, listando em seu site 383 mortos e desaparecidos em decorrência desses crimes políticos. Na época do lançamento do livro de Guimarães Rosa, essas mortes e desaparecimentos já estavam acontecendo, mesmo que não se tivesse total conhecimento, de modo que se pode pensar na saudade como movimento de resistência e protesto, camuflado aqui em forma de metáfora, a fim de não sofrer as censuras típicas do contexto.

Além do mais, diversos artistas e pensadores tiveram que se exilar em países na Europa e na América Latina, devido a perseguições políticas e ideológicas e, inclusive, ameaças de morte. Por exemplo, um deles foi Fernando Henrique Cardoso que, sempre engajado com lutas sociais, logo com o Golpe Militar de 1964, foi ameaçado pelo governo, decidindo se exilar no Chile, onde viveu até 1967, e posteriormente foi para a França. Outra personalidade conhecida é Oscar Niemeyer, muito famoso inclusive na época da ditadura, por ter projetado a cidade de Brasília, no governo de Juscelino Kubitschek. Publicamente assumido como membro do Partido Comunista Brasileiro, o arquiteto foi impedido de trabalhar no Brasil durante o período ditatorial, transferindo-se para França, realizando diversos projetos internacionais também na Itália e na Argélia. Esses e muitos outros exilados conseguiram voltar ao país somente com o final da Ditadura, com a criação da Lei da Anistia, que, de acordo com Rezende (2013), foi uma das primeiras medidas tomadas pelo governo para aperfeiçoar o ideário de democracia, declarando impuníveis os atos praticados até certa data, anulando também condenações.

Logo, o silêncio na metáfora aparece como a ausência e a saudade, seja dos que já morreram ou dos que estão fisicamente distantes, de modo que o sentimento perdura, e assim é o “predomínio”, ou seja, está presente, sempre se vivenciando. Isso mostra a maneira como a materialidade histórica influencia a materialidade discursiva, como expôs Orlandi (1996), ao defender que o discurso é multidimensional, indo para inúmeras direções e com múltiplos

planos significantes, sendo a ligação da materialidade do texto e sua exterioridade (memória), de maneira que não vai em qualquer direção.

**M4: Depenou um rouxinol e, achando-lhe pouca carne, xingou: - “Você é uma voz, e mais nada”**

A partir da metáfora M4, podemos recuperar a metáfora na estrutura canônica ROUXINOL É UMA VOZ, em que x é y, e “rouxinol” e “voz” são concretos, e há uma comparação implícita. Por outro lado, importante ressaltar que “voz” pode ser também algo abstrato, pois depende do contexto para adquirir diferentes significados, e por isso não segue a sintaxe formal e aristotélica da metáfora. Porém, como é possível deslizar e transferir os sentidos, é evidente a presença da visão da metáfora para a Análise do Discurso.

Assim, a estrutura “voz” pode tanto significar o som produzido pelas cordas vocais dos seres humanos ou animais, quanto adquirir a significação da manifestação de ideais, ou seja, protesto ou opinião. Além do mais, pode aparecer em forma de palavras, música, zumbidos, gritos, sussurros, sibilos, dentre tantos outros, o que evidencia sua abrangência e potencialidade, seja de força, de volume, de alcance, sendo verbal ou não verbal. Aqui, no caso, está junto do “rouxinol”, que sabemos possuir um canto melodioso e variado, sendo conhecido como um pássaro pequeno, mas com grande voz, além de ser o símbolo dos artistas e poetas, podendo imitar também o canto de outras aves. Também, muitas pessoas o reconhecem como um dos sons mais bonitos da natureza, ou seja, a sua voz inspirou canções, contos, livros e poesias, o canto do rouxinol é muito alto e com uma impressionante variedade de assobios, trinados e gorgolejos, com inúmeras variações, particularmente audíveis à noite, além de ser também apontado como uma melodia alegre e delicada que indica a chegada da primavera.

Acima de tudo, particularmente por se relacionar “voz” com a estrutura “só”, contrapomos também “voz” e “carne”, pois, enquanto a primeira é marcada e repleta de boa reputação, a segunda é pouca, de modo que os rouxinóis são fáceis de ouvir, mas difíceis de observar, seja pelo tamanho pequeno, seja pela vivacidade, sempre alerta, prestes a escapar facilmente. Um dos efeitos de sentidos aqui apreendidos é o descontentamento das pessoas com o que lhes é apresentado, por mais que seja muito bonito, sempre exigindo mais, ou seja, criticam insatisfeitas e com desprezo a julgada incompletude de uma obra de arte, desejando sempre algo maior. Em outras palavras, a metáfora desliza seu sentido para a insatisfação das pessoas com as atitudes e talentos dos outros. Porém, outro deslizamento de sentido que também percebemos é uma ironia e uma crítica às palavras bonitas e sem conteúdo, logo voz sem corpo,

muito comuns nos discursos políticos cheios de promessas. Assim, há o contraste entre corpo e talento, graças à primeira percepção que a pessoa passa e, em um segundo momento, quando revela seu alcance, surpreendendo com o poder vocal escondido em uma aparência humilde.

Além disso, também conseguimos relacionar a estrutura “voz” com “uma”, aqui aparecendo como artigo indefinido, também deslizando seus sentidos, na medida em que deprecia a voz do rouxinol, mas também mostra que existiriam outras vozes, e aquela seria apenas outra dentre tantas.

A estrutura “nada” na metáfora aparece como depreciativo, já que a única qualidade do rouxinol seria a própria voz, e então o caçador – ou quem quer que fosse que o tivesse depenado – não teria com o que se alimentar, já que palavras não são alimento. Se o rouxinol já é naturalmente um ser pequeno e com pouca carne, por que capturá-lo e procurar o que já não existe? É isso que o sujeito-autor coloca em debate, transpondo o nível do texto, para trazer novas significações, novamente a respeito da temática do nada.

Por outro lado, por ter depenado o rouxinol, trazemos à memória que o pássaro outrora livre foi preso em cativeiro, o que prejudicou a sua música criativa e aparentemente espontânea. Isso nos remete às condições de produção da metáfora, com o silenciamento de diversos artistas e pensadores, por meio da censura, da prisão, do exílio, dos desaparecimentos e assassinatos. A metáfora está presente apenas na versão de 1967, como parte do prefácio de *Tutaméia*. Assim, vemos que o contexto da Ditadura Militar no Brasil tentou silenciar diversas manifestações artísticas e, logo, haveria uma censura ao canto do rouxinol, que poderia ser morto para ser calado. Por não ter utilidade para ser comido, a única qualidade seria a voz, então a beleza inútil não bastaria. Por outro lado, o sujeito-autor, interpelado pela ideologia, mostra mais uma vez que o nada é belo, mesmo que aos olhos de um insensível, no caso os censores, não se possa encontrar tal beleza. Ainda nesse contexto político, comparamos a liberdade ao cativeiro, uma vez que o pássaro foi capturado a fim de servir de alimento, e então o seu talento não mais convém como na natureza, já que não tem total liberdade. Além do mais, o silenciamento característico do período mostra como inclusive o silêncio significa, mesmo se não fala, ou seja, se não tem mais voz e seu corpo já foi depenado. A censura ao canto do rouxinol aparece como ironia à Ditadura Militar, deslizando seus sentidos por meio da metáfora e, assim, seria matar para calar, como muito comum nesse contexto histórico.

É assim que o real da história intervém no real do discurso, e, nas próprias palavras de Orlandi (2012, p. 18),

O gesto de interpretação se dá porque o espaço simbólico é marcado pela incompletude, pela relação com o silêncio. A interpretação é o vestígio do possível, é o lugar próprio da ideologia, e é materializada pela história.

De acordo com Orlandi (2015), sempre há o incompleto, o possível pela outra interpretação, demonstrando o deslize, a deriva e o trabalho da metáfora. A autora também demonstra que a memória está relacionada ao próprio interdiscurso, que é aquilo que se fala antes, em algum lugar, de forma que a memória discursiva é o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sobre a forma do pré-construído, de modo que o já dito, as experiências passadas, está na base do dizível. Assim, Orlandi faz a distinção entre interdiscurso e intradiscurso, sendo o primeiro o eixo vertical de todos os dizeres já ditos (e esquecidos), assim como o plano do dizível; por outro lado, o segundo é o eixo horizontal, a formulação daquilo que estamos dizendo naquele momento dado, em condições reais. Sendo assim, todo dizer se encontra na confluência desses dois eixos: o da memória (constituição) e o da atualidade (formulação). Graças aos esquecimentos, somente uma parte do dizível é acessível ao sujeito, pois mesmo o que ele não diz (e muitas vezes desconhece) significa.

## CONSIDERAÇÕES

Longe de serem finais, as considerações desta Dissertação apontam para o futuro e suas imensas possibilidades de desdobramentos, estudos e perspectivas. Graças à observação de metáforas de Guimarães Rosa sob olhares da Análise do Discurso de linha francesa, pudemos perceber que a pesquisa e a análise não se findam por completo, e as visões podem revelar novidades com o passar do tempo, ou seja, as condições de produção da leitura.

Tomando as metáforas como discurso, vimos que diversos efeitos de sentidos podem ser captados graças às formações discursivas, às condições de produção e à interpelação do sujeito pela ideologia, não podendo se dissociar delas na busca pelos sentidos. Assim, cada sujeito compreende os efeitos de sentidos de formas diferentes, já que dependem de várias condições de produção, de modo que o discurso aparece como acontecimento, e não somente estrutura.

Para isso, o respaldo da Análise do Discurso francesa mostrou-se como a melhor base teórica, já que se utiliza do diálogo entre conceitos como formações discursivas, condições de produção, sujeito, ideologia e interdiscurso para explicar o processo de captação e apreensão dos diferentes efeitos de sentido possíveis. Além disso, a perspectiva abre margem para diferentes abordagens do texto, dentre eles o literário, que apresenta em sua essência um discurso aberto, cheio de possibilidades de interpretações, o que instigou o desenvolvimento desta pesquisa, buscando minúcias e segredos escondidos nas metáforas de um prefácio de Guimarães Rosa, por meio de uma análise semântico-ideológica.

Assim, os tópicos de desenvolvimento desta Dissertação assentaram-se em discorrer a respeito da AD, com a finalidade de conceitualizar as principais noções, dentre elas a Formação Discursiva e a Formação Ideológica - que determinam o que pode e deve ser dito -, o Sujeito - inconsciente, não intencional e interpelado pela Ideologia -, as Condições de Produção - que são a exterioridade e constituintes do discurso -, a Memória Discursiva e o Interdiscurso - que contêm os já-ditos e os não-ditos, inconscientemente esquecidos, mas ainda presentes no discurso -, os Efeitos de Sentido - que estão à deriva e dependem desses fatores para que sejam apreendidos e os Equívocos - que têm no processo polissêmico, ou seja, na metáfora, o seu ponto de articulação. Esses conceitos foram buscados para compreender melhor a forma com que os sentidos das metáforas de Rosa se constituem. Além disso, buscamos explicar o Discurso e a Ideologia, a fim de vislumbrar a forma como esses já-ditos estão presentes nas metáforas.

Quanto à metáfora, consideramos uma trajetória pelas perspectivas poética, hermenêutica, cognitiva e semântica, com a finalidade de contestá-las, e mostrar como a abordagem discursiva pode lidar com esse conceito, em especial dentro do prefácio de Rosa, pois enxerga a metáfora como deslizamento de sentidos, e não uma simples figura de linguagem, fechada a um único significado ou dentro da mente do indivíduo.

Também, buscamos compreender o gênero prefácio, a vida e características de Guimarães Rosa, assim como sua relação com seus prefácios, presentes em *Tutaméia (Terceiras estórias)*, especialmente “Aletria e hermenêutica”. Então, analisamos as metáforas encontradas no prefácio em questão, buscando compreender a forma com que os efeitos de sentido se apresentam/escondem, por meio de uma análise semântico-ideológica.

Desse modo, analisamos as metáforas de Rosa, baseando-nos na Análise do Discurso desenvolvida na França por Michel Pêcheux. A fim disso, buscamos verificar as condições de produção e também a formação discursiva do sujeito-autor, de modo a constatar os diferentes já-ditos presentes na memória discursiva e no interdiscurso, mas ausentes e não-ditos nas metáforas, de maneira que pudemos analisar semântico-ideologicamente alguns efeitos de sentido possíveis a partir dessas metáforas e indo além delas.

Ao decorrer da leitura, as metáforas presentes em “Aletria e hermenêutica”, primeiro prefácio de *Tutaméia (Terceiras estórias)*, de João Guimarães Rosa, escondem/revelam seus sentidos graças às condições de produção do sujeito-autor, em um contexto da Ditadura Militar no Brasil, com o silenciamento e a censura. Isso cria uma atmosfera em torno do mistério, do desconhecido e do vazio.

Por outro lado, quatro metáforas analisadas já haviam sido publicadas anteriormente, reunidas sob o título de “Risada e meia”, em 1954, como parte de uma coluna de jornal. Assim, percebemos a forma como a historicidade, ou seja, as condições de produção contribuem para a constituição de outros efeitos de sentido, já que criam diferentes acontecimentos discursivos a partir de uma mesma estrutura.

Segundo Orlandi (1992), toda palavra atesta o interdiscurso ou o silêncio, cujos contornos instáveis cabe à AD delimitar, nas bordas da interpretação. Pensando inclusive na sintaxe de cada uma das metáforas, que adquirem um ar de ensino e explicação, podemos perceber alguns efeitos de sentidos nos vazios e não-ditos. Para desvendá-las, precisamos recorrer aos já-ditos, que auxiliam no processo de apreensão dos diferentes efeitos de sentidos, que vagam pelos silêncios. Desse modo, o próprio silêncio apareceu como constituinte da pluralidade da linguagem, limitando o sentido pelas condições de produção.

Por isso, os limites das metáforas de “Aletria e hermenêutica” não se esgotam e seriam necessários vários anos e infinitas leituras para apreendermos cada vez mais efeitos de sentidos, com outros já-ditos, o que abre a viabilidade de muitos outros estudos dentro da Análise do Discurso. Porém, por agora, nos contentamos com uma possibilidade de interpretação dessas metáforas, mostrando o movimento do discurso como efeito de sentidos, sempre dentro de determinadas condições de produção e delimitado por certas formações discursivas. Além disso, o autor-sujeito é parte do processo de construção de sentido, constringendo-se e relacionando-se com a formação ideológica com a qual se identifica, sendo constituído em suas relações com a exterioridade e, logo, com o acontecimento do discurso.

Por fim, a Análise do Discurso, enquanto dispositivo de interpretação, nos revelou que a leitura deve sempre ir além da estrutura e da materialidade textual, o que abre possibilidade para inúmeras pesquisas futuras. O prefácio “Aletria e hermenêutica”, tão rico em detalhes e segredos, ainda tem muito a nos revelar, assim como toda a obra de Guimarães Rosa, que até hoje instiga pesquisadores e amantes da Literatura Brasileira.

## REFERÊNCIAS

- ALTHUSSER, Louis. *Ideologia e aparelhos ideológicos de estado*. Trad. J. J. Moura Ramos, Lisboa: Presença/Martins Fontes, 1974.
- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. São Paulo: Difusão Europeia do livro. 1964. pp. 189-203; 304-307.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: ORLANDI, E. P.; GERALDI, J. W. *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, Unicamp – IEL, n. 19, jul./dez., 1990.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Entre a transparência e a opacidade: um estudo enunciativo do sentido*. Porto Alegre: Edupucrs, 2004.
- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Palavras incertas: as não coincidências do dizer*. Trad. C. R. C. Pfeiffer et al. Campinas, Editora da Unicamp, 1998
- BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
- BARONAS, Roberto L. (Org.). *Análise do discurso: apontamentos para uma história da noção de formação discursiva*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2007.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral*. Campinas: Pontes, 1988.
- BENVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística Geral II*. Campinas: Pontes, 1989.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2007.
- BOSI, Alfredo. *Céu, inferno – ensaios de crítica literária e ideológica*. São Paulo: Ática, 1988.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. 33. ed. São Paulo: Cultrix, 1994.
- BRAIT, Beth. Análise do discurso: balanço e perspectivas. In: NASCIMENTO, E. M. F. S.; GREGOLIN, M. do R. V. (Orgs.). *Problemas atuais da Análise do Discurso*. Araraquara: Editora da UNESP, n. 1, 1994.
- BRAIT, Beth. *Guimarães Rosa: seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico*. 3. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1990.
- BRAIT, Beth. *Literatura Comparada - Guimarães Rosa: seleção de textos, notas, estudos biográfico, histórico e crítico e exercícios*. São Paulo: Abril Educação, 1982.
- BRASIL, Assis. *Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: Simões, 1969.
- BUENO, Gisele. “Salvem-se cócega e mágica”: o conceito de anedota de Guimarães Rosa. *Revista Letras*, Curitiba, n. 88, p. 29-48, jul/dez, 2013.

- BUENO, Giselle. “O leite que a vaca não prometeu”: uma interpretação de “Aletria e hermenêutica” de Guimarães Rosa. *Remate de males*. Campinas – SP, ed. 36, v. 2, pp. 581-601, jul./dez. 2006.
- CANDIDO, Antonio. *A literatura e a formação do homem*. Ciência e Cultura. 24 (9): 803-809, set, 1972.
- CARPEAUX, O. M. O artigo sobre prefácios. In: *Reflexo e realidade*. Rio de Janeiro: Fontana, 1976.
- CARVALHO, Leonora Guiné de Mello. *Estereótipo e identidade em piadas sobre o mineiro: uma perspectiva da análise do discurso*. Dissertação (Mestrado em Letras – Linguagem, Cultura e Discurso) – Universidade do Vale do Rio Verde, Três Corações – MG, 2011.
- CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. *Dicionário de análise do discurso*. Trad. Fabiana Komesu. 3. ed. 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2016.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. *O que é ideologia*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- COSTA, Ana Luiza Martins. Memória seletiva – veredas de Viator. *Cadernos de Literatura Brasileira*, São Paulo, n. 10, p. 10-58, 2006.
- COUTINHO, Carlos N. As categorias de Gramsci e a realidade brasileira. In: *Presença*, São Paulo: n. 7, 1987.
- COVIZZI, Lenira Marques. Prefácios travestidos – estudo sobre as funções dos prefácios de Tutaméia – Terceiras Estórias. In: COVIZZI, Lenira Marques. *O insólito em Guimarães Rosa e Borges*. São Paulo: Ática, 1978, p. 88-102.
- DANIEL, Mary-Lou. *João Guimarães Rosa: travessia literária*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.
- D’ARAÚJO, Maria Celina. *O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- DIAS, Danyele Nayara Santos; SILVA, Francisno Oliveira. Religião e política na Ditadura Militar do Brasil: A participação dos freis dominicanos no livro Batismo de Sangue, de Frei Betto. In: XVIII Encontro Regional ANPUH-MG, n. 18, 2012, Mariana – MG. *Anais [...]*. Mariana: ANPUH, 2012.
- FERREIRA, Maria Cristina Leandro (Org.). *Glossário de termos do discurso: projeto de pesquisa: A aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: a posição do leitor-autor (1997-2001)*. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Letras, 2001.
- FREIRE, Sérgio A. *Conhecendo a Análise de Discurso: linguagem, sociedade e ideologia*. Manaus: Editora Valer, 2006.

- FREUD, Sigmund. *O mal-estar da cultura*. 3. ed. Porto Alegre: L&PM Pocket, 2014.
- GADET, Françoise; HAK, Tony. *Por uma análise automática do discurso – introdução ao pensamento de M. Pêcheux*. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.
- GALVÃO, Walnice Nogueira. *Guimarães Rosa*. São Paulo: Publifolha, 2000.
- GENETTE, Gerard. *Introdução ao arquitexto*. Trad. Cabral Martins. Lisboa: Vega, [19--].
- GREGOLIN, M. R. V. *Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos e duelos*. S. Carlos: Claraluz, 2004.
- GREGOLIN, M. R. V.; BARONAS, R. L. *Análise do discurso: as materialidades do sentido*. 2. ed. São Carlos: Ed. Claraluz, 2003.
- GREGOLIN, M. R. V.; INDURSKI, F.; FERREIRA, M. (Orgs.). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- GUISOLPHI, Anderson José. As machas da família com Deus pela liberdade: ideologias e práticas católicas no golpe militar de 1964. *Cadernos do CEOM*. Ano 22, n. 31. Espaço de memória: abordagens e práticas. 2009. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/viewFile/559/381>. Acesso em: 12 fev. 2020.
- INDURSKY, Freda. Polêmica e denegação: dois funcionamentos discursivos da negação. *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19, jul/dez, Campinas: Editora da UNICAMP, 1990, p. 117-122.
- JAKOBSON, Roman. *Linguística e comunicação*. Tradução de Izidoro Blinkstein e José Paulo Paes. 22. ed. São Paulo: Editora Cultrix, 1999.
- JOANILHO, Mariângela Peccioli Galli. Das relações de sentido na linguagem ou sobre como a metáfora produz o acontecimento. *Línguas e instrumentos linguísticos*, n. 33, p. 249-267, jan./jul., 2014.
- LAGAZZI, Suzy. *O desafio de dizer não*. Campinas: Pontes, 1988.
- LAKOFF, George; JOHNSON, Mark. *Metáforas da vida cotidiana*. Tradução Grupo de estudos da indeterminação e da metáfora (GEIM) e Vera Maluf, coordenação de Mara Sophia Zanotto. Campinas: Mercado de Letras; São Paulo: Educ, 2002.
- LORENZ, Günther. Diálogo com Guimarães Rosa. Entrevista Congresso de Escritores Latino-Americanos, Gênova, janeiro de 1965. In *Ficção completa*, Volume I, Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994, pp. 31-61.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes: Editora da Unicamp, 1993.

- MAINGUENEAU, Dominique. *Pragmática para o discurso literário*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.
- MALDIDIER, Denise. *Inquietação do discurso*. Campinas: Pontes Editores, 2003.
- MAZIÈRE, Francine. *A análise do discurso: história e práticas*. Tradução Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- MONDIN, Battista. *Curso de Filosofia*. 3. ed. v. 1. São Paulo: Paulus, 2010.
- MUSSALIM, Fernanda. Análise do Discurso. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.). *Introdução à linguística: domínios e fronteiras*, v. 2. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2003. p. 101-142.
- NUNES, Benedito. Interpretação de Tutaméia. *Suplemento Literário do Estado de São Paulo*, ano 11. capa, 2 set., n. 543, 1967.
- NUNES, Benedito. Tutaméia. In: NUNES, Benedito. *O dorso do tigre*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 203-210.
- OLIVEIRA, Giuliana Plewka. *Tutaméia: mimesis ensinada*. 2008. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *A linguagem e seu funcionamento – as formas do discurso*. Campinas: Pontes, 1987.
- ORLANDI, Eni P. Análise de Discurso. In: LAGAZZI-RODRIGUES, Suzy; ORLANDI, Eni P. (Orgs.). *Introdução às ciências da linguagem – Discurso e textualidade*. Pontes Editores: Campinas, SP: 2006. p. 11-31.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise do Discurso: princípios e procedimentos*. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *As formas do silêncio: no movimento de sentidos*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1992.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 2001.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos*. 3. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Discurso em análise: sujeito, sentido e ideologia*. Campinas: Pontes, 2012.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Dispositivos da interpretação*. Campinas: Unicamp, 1995.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Gestos de Leitura*. Campinas: Unicamp, 1994.

- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Campinas, SP: Pontes, 2004.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Língua e conhecimento linguístico*. São Paulo: Cortez, 2002.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Michel Pêcheux e análise de discurso*. Labeurb, Vitória da Conquista, BA: jun. 2005, n. 1, p. 9-13.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *O discurso fundador*. Campinas: Pontes, 1992.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Segmentar ou recortar? In: GUIMARÃES, Eduardo (Org.). *Linguística e questões controversas: série estudos*. N. 10. Uberaba: FIUBE, 1984.
- PÊCHEUX, Michel. *Análise de Discurso*. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2012.
- PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. Campinas, (19): 7-24, jul./dez. 1990.
- PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes Editores, 1995.
- PÊCHEUX, Michel. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre et al. (Org.). *Papel da memória*. Campinas: Pontes, 1999.
- PÊCHEUX, Michel. *Semântica e discurso – Uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Pontes Editores, 1995.
- RAMOS, Jacqueline. *Risada e meia: comicidade em Tutaméia*. 2007. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- REZENDE, Maria José de. *A ditadura militar no Brasil: repressão e pretensão de legitimidade: 1964-1984*. Londrina: Eduel, 2013.
- RICOEUR, Paul. *A metáfora viva*. Porto: Rés-Editora, 1983.
- RÓNAI, Paulo. Os prefácios de Tutaméia. In: ROSA, João Guimarães. *Tutaméia*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1976.
- ROSA, João Guimarães. *Tutaméia (Terceiras estórias)*. 9. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- ROSA, Vilma Guimarães. *Relembraimentos: Guimarães Rosa, meu pai*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.
- SANTOS, Adilson dos. *Duplos em Tutaméia (Terceiras estórias)*. 2009. Tese (Doutorado em Letras) – Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2009.

SAUSSURE, Ferdinand. *Curso de linguística geral*. Organizado por Charles Bally, Albert Sechehaye. Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes, Izidoro Blinkstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SILVA, Obdália Santana Ferraz. Os ditos e os não-ditos do discurso: movimentos de sentido por entre os implícitos da linguagem. In: *Revista Faced*. Salvador. n. 14. p. 39-53. jul./dez. 2008.

SIMÕES, Irene Gilberto. *Guimarães Rosa: as paragens mágicas*. São Paulo: Perspectiva; MCT; CNPq, 1988.

SOERENSEN, Claudiana. Convite à ruminção: os paratextos de Tutaméia. *Revista Miscelânea*. Assis, v. 5, p. 135-152, dez. 2008/maio 2009

VÁRIOS. Em *Memória de Guimarães Rosa*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1968.

VASCONCELOS, Edite Luzia de Almeida. Caminhando sobre águas: o funcionamento da negação no discurso religioso. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro, MITTMANN, Solange (Orgs.). *O acontecimento do discurso no Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 2013.

WEBER, Max. *A ética protestante e o "espírito" do capitalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

## ANEXOS

### ANEXO A – ALETRIA E HERMENÊUTICA

A estória não quer ser história. A estória, em rigor, deve ser contra a História. A estória, às vezes, quer-se um pouco parecida à anedota.

A anedota, pela etimologia e para a finalidade, requer fechado ineditismo. Uma anedota é como um fósforo: riscado, deflagrada, foi-se a serventia. Mas sirva talvez ainda a outro emprego a já usada, qual mão de indução ou por exemplo instrumento de análise, nos tratos da poesia e da transcendência. Nem será sem razão que a palavra “graça” guarde os sentidos de gracejo, de dom sobrenatural, e de atrativo. No terreno do humour, imenso em confins vários, presentem-se mui hábeis pontos e caminhos. E que, na prática de arte, comicidade e humorismo atuem como catalisadores ou sensibilizantes ao alegórico espiritual e ao não-prosaico, é verdade que se confere de modo grande. Risada e meia? Acerte-se nisso em Chaplin e em Cervantes. Não é o chiste rasa coisa ordinária; tanto seja porque escancha os planos da lógica, propondo-nos realidade superior e dimensões para mágicos novos sistemas de pensamento.

Não que dê toda anedota evidência de fácil prestar-se àquela ordem de desempenhos; donde, e como naturalmente elas se arranjam em categorias ou tipos certos, quem sabe conviria primeiro que a respeito se tentasse qualquer razoável classificação. E há que, numa separação mal debuxada, caberia desde logo série assaz sugestiva — demais que já de si o drolático responde ao mental e ao abstrato — a qual, a grosso, de cômodo e até que lhe venha nome apropriado, perdôe talvez chamar-se de: anedotas de abstração.

Serão essas — as com alguma coisa excepta — as de pronta valia no que aqui se quer tirar: seja, o leite que a vaca não prometeu. Talvez porque mais direto colindem com o não-senso, a ele afins; e o não-senso, crê-se, reflete por um triz a coerência do mistério geral, que nos envolve e cria. A vida também é para ser lida. Não literalmente, mas em seu supra-senso. E a gente, por enquanto, só a lê por tortas linhas. Está-se a achar que se ri. Veja-se Platão, que nos dá o “Mito da Caverna”.

Siga-se, para ver, o conhecidíssimo figurante, que anda pela rua, empurrando sua carrocinha de pão, quando alguém lhe grita: — “Manuel, corre a Niterói, tua mulher está feito louca, tua casa está pegando fogo!...” Larga o herói a carrocinha, corre, vôa, vai, toma a barca, atravessa a Baía quase... e exclama: — “Que diabo! eu não me chamo Manuel, não moro em Niterói, não sou casado e não tenho casa...”

Agora, ponha-se em frio exame a estorieta, sangrada de todo burlesco, e tem-se uma fórmula à Kafka, o esqueleto algébrico ou tema nuclear de um romance kafkaesco por ora não ainda escrito.

De análogo pathos, balizando posição-limite da irrealidade existencial ou de estática angústia — e denunciando ao mesmo tempo a goma-arábica da língua quotidiana ou círculo-de-gis-de-prender-peru — será aquela do cidadão que viajava de bonde, passageiro único, em dia de chuva, e, como estivesse justo sentado debaixo de goteira, perguntou-lhe o condutor por que não trocava de lugar. Ao que, inerte, humano, inerte, ele respondeu: — “Trocar... com quem?”

Menos ou mais o mesmo, em ethos negativo, ver-seja-se na copla:

“Esta sí que es calle, calle;  
calle de valor y miedo.  
Quiero entrar y no me dejan,  
quiero salir y no puedo.”

Movente importante símbolo, porém, exprimindo possivelmente — e de modo novo original — a busca de Deus (ou de algum Éden pré-prisco, ou da restituição de qualquer de nós à invulnerabilidade e plenitude primordiais) é o caso do garotinho, que, perdido na multidão, na praça, em festa de quermesse, se aproxima de um polícia e, choramingando, indaga: — “Seo guarda, o sr. não viu um homem e uma mulher sem um meninozinho assim como eu?!”

Entretanto — e isso concerne com a concepção hegeliana do erro absoluto? — aguda solução foi a de que se valeu o inglês, desesperado já com as sucessivas falsas ligações, que o telefone lhe perpetrava: — “Telefonista, dê-me, por favor, um ‘número errado’ errado...”

Sintetiza em si, porém, próprio geral, o mecanismo dos mitos — sua formulação sensificadora e concretizante, de malhas para captar o incognoscível — a maneira de um sujeito procurar explicar o que é o telégrafo-sem-fio:

— “Imagine um cachorro basset, tão comprido, que a cabeça está no Rio e a ponta do rabo em Minas. Se se belisca a ponta do rabo, em Minas, a cabeça, no Rio, pega a latir...”

— “E é isso o telégrafo-sem-fio?”

— “Não. Isso é o telégrafo com fio. O sem-fio é a mesma coisa... mas sem o corpo do cachorro.”

Já de menos invenção — valendo por “fallacia non causae pro causa” e a ilustrar o: “ab absurdo sequitur quodlibet”, em aras da Escolástica — é a facécia do diálogo:

— “Em escavações, no meu país, encontraram-se fios de cobre: prova de que os primitivos habitantes conheciam já o telégrafo...”

— “Pois, no meu, em escavações, não se encontrou fio nenhum. Prova de que, lá, pré-historicamente, já se usava o telégrafo-sem-fio.”

E destoa o tópico, para o elementar, transposto em escala de ingênua hilaridade, chocarrice, neste:

— “Joãozinho, dê um exemplo de substantivo concreto.”

— “Minhas calças, Professora.”

— “E de abstrato?”

— “As suas, Professora.”

Por aqui, porém, vai-se chegar perto do nada residual, por sequência de operações subtrativas, nesta outra, que é uma definição “por extração” — “O nada é uma faca sem lâmina, da qual se tirou o cabo...” (Só que, o que assim se põe, é o argumento de Bergson contra a ideia do “nada

absoluto”: “... porque a ideia do objeto ‘não existindo’ é necessariamente a ideia do objeto ‘existindo’, acrescida da representação de uma exclusão desse objeto pela realidade atual tomada em bloco.” Trocado em miúdo: esse “nada” seria apenas um ex-nada, produzido por uma ex-faca.)

Ou — agora o motivo lúdico — fornece-nos outro menino, com sua também desitiva definição do “nada”: — “É um balão, sem pele...”

E com isso está-se de volta à poesia, colhendo imagens de eliminação parcial, como, exemplo à mão, as estrelas, que no “Soir Religieux” de Verhaeren:

“Semblent les feux de grands cierges, tenus en main, Dont on n’aperçoit pas monter la tige immense.”

Ou total, como nesta “adivinha”, que propunha uma menina do sertão. — “O que é, o que é: que é melhor do que Deus, pior do que o diabo, que a gente morta come, e se a gente viva co mer morre?” Resposta: — “É nada.”

Ou seriada, como na universal estória dos “Dez pretinhos” (“Seven little Indians” ou “Ten little Nigger boys”; “Dix petits négrillons”; “Zwölf kleine Neger”)<sup>1</sup> ou na quadra de Apporelly, citada de memória:

“As minhas ceroulas novas,  
ceroulas das mais modernas,  
não têm cós, não têm cadarços,  
não têm botões e não têm pernas.”

E é provocativo movimento parafrasear tais versos:

Comprei uns óculos novos, óculos dos mais excelentes:

não têm aros, não têm asas,  
não têm grau e não têm lentes...

Dissuada-se-nos porém de aplicar — por exame de sentir, balanço ou divertimento — a paráfrase a mais íntimos assuntos:

Meu amor é bem sincero,  
amor dos mais convincentes:

..... (etc.).

Com o que, pode o pilheriático efeito passar a drástico desilusion ante.

Como no fato do espartano — nos Apophthégmata lakoniká de Plutarco — que depenou um rouxinol e, achando-lhe pouca carne, xingou: — “Você é uma voz, e mais nada!”

Assim atribui-se a Voltaire — que, outra hora, diz ser a mesma amiúde “o romance do espírito” — a estafalária seguinte definição de “metafísica”: “É um cego, com olhos vendados, num quarto escuro, procurando um gato preto... que não está lá.”

Seja quem seja, apenas o autor da blague não imaginou é que o cego em tão pretas condições pode não achar o gato, que pensa que busca, mas topar resultado mais importante — para lá da tacteada concentração. E vê-se que nessa risca é que devem adiantar os koan do Zen.

E houve mesmo a áquica e eficaz receita que o médico deu a cliente neurótico: “R. / Uso int.º / Aqua fontis, 30 c.c. / Illa repetita, 20 c.c. / Eadem stillata, 100 c.c. / Nihil aliunde, q. s.” (E elimi nou-se de propósito, nesta versão, o “Hidrogeni protoxidis”, que figura noutras variantes.)

Tudo portanto, o que em compensação vale<sup>2</sup> é que as coisas não são em si tão simples, se bem que ilusórias. “O erro não existe: pois que enganar-se seria pensar ou dizer o que não é, isto é: não pensar nada, não dizer nada” — proclama genial Protágoras; nisto, Platão é do contra, querendo que o erro seja coisa positiva; aqui, porém, sejamos amigos de Platão, mas ainda mais amigos da verdade; pela qual, aliás, diga-se, luta-se ainda e muito, no pensamento grego.

Pois, o próprio Apporelly, em vésperas da nacional e política desordem, costumava hastear o refrão:

“Há qualquer coisa no ar  
além dos aviões da Panair...”

Ainda, por azo da triunfal chegada ao Rio do aviador Sarmento de Beires em raid transatlântico, estampou ele no “A Manhã”... uma foto normal da Guanabara, Pão de Açúcar, sob legenda: “O Argos, à entrada da barra, quando ainda não se o via...” Mas um capítulo sobre o entusiasmo, a fé, a expectativa criadora, podia epigrafar-se com a braba piada.

Deixemos vir os pequenos em geral notáveis intérpretes, convocando-os do livro “Criança diz cada uma!”, de Pedro Bloch:

O TÚNEL. O menino cisma e pergunta: — “Por que será que sempre constroem um morro em cima dos túneis?”

O TERRENO. Diante de uma casa em demolição, o menino observa: — “Olha, pai! Estão fazendo um terreno!”

O VIADUTO. A guriuzinha de quatro anos olhou, do alto do Viaduto do Chá, o Vale, e exclamou empolgada: — “Mamãe! Olha! Que buraco lindo!”

A RISADA. A menina — estavam de visita a um protético — repentinamente entrou na sala, com uma dentadura articulada, que descobrira em alguma prateleira: — “Titia! Titia! Encontrei uma risada!”

O VERDADEIRO GATO. O menino explicava ao pai a morte do bichinho: — “O gato saiu do gato, pai, e só ficou o corpo do gato.”

Recresce que o processo às vezes se aplica, prática e rapidamente, a bem da simplificação. Entra uma dama em loja de fazendas e pede:

— “Tem o Sr. pano para remendos?”

— “E de que cor são os buracos, minha senhora?”

Ao passo que a nada, ao “nada privativo”, teve aquele outro, anti-poeta, de reduzir a girafa, que passava da marca: — “Você está vendo esse bicho aí? Pois ele não existe!...” — como recurso para sutilizar o excesso de existência dela, sobre o comum, desimaginável. Dissesse tal: — Isto é o-que-é que mais e demais há, do que nem não há...

Ora, porém, a idêntica niilificação enfática recorre Rilke, trazendo, de forte maneira, do imaginário ao real, um ser fabuloso, que preexcede — o Licorne:

“Oh, este é o animal que não existe...”

Todavia desdeixante rasgo dialético foi o do que, ao reencontrar velho amigo, que pedialhe o segredo da aparente e invariada mocidade, respondeu: — “Mulheres...” — e, após suspensão e pausa: — “Evito-as...!”

Tudo tal a “hipótese de trabalho” na estória dos soldados famintos que ensinaram à velha avarenta fazer a “Sopa de Pedra”. Mistura também a gente interina clara de ovo ao açúcar a limpar-se no tacho; e junta folhas de mamoeiro e bosta de vaca à roupa alva sendo lavada.

Remite-se a mulher. Omita-se igual o homem. Ora. Que o homem é a sombra de um sonho, referia Píndaro, skías ónar ánthropos; e — vinda de outras eras... — Augusto dos Anjos.<sup>3</sup>

Dando, porém, passo atrás: nesta representação de “cano”: — “É um buraco, com um pouquinho de chumbo em volta...” — espiritada de verve em impressionismo, marque-se rasa forra do lógico sobre o cediço convencional.

Mas, na mesma botada, puja a definição de “rede”: — “Uma porção de buracos, amarrados com barbante...” — cujo paradoxo traz-nos o ponto-de-vista do peixe.

Já esperto arabesco espirala-se na “explicação”: — “O açúcar é um pozinho branco, que dá muito mau gosto ao café, quando não se lho põe...” — apta à engendra poética ou para artifício-decálculo em especulação filosófica; e dando, nem mais nem menos, o ar de exe gese de versos de Paul Valéry... os quais, mal à la manière de, com perdão, poderiam, quem sabe, ser:

Blanche semence, poussière,

l’ombre du noir est amère

trempée de ton absence...

E realista verista estoutra “definição”, abordando o grosseiro formal, externo à coisa, e dele, por necessidade pragmática, saltando a seu apolo gical efeito fulminante: — “Eletricidade é um fio, desencapado na ponta: quem botar a mão ... h’m ... finou-se!”

Mas reza pela erística o capiau que, tentando dar a outro ideia de uma electrola, em fim de esforço se desatolou com esta intocável equação: — “Você sabe o que é uma máquina de costura? Pois a victrola é muito diferente...”<sup>4</sup>

Acima agora do vão risilóquio, toam otimismo e amor fati na conversa fiada:

— “Vou-me encontrar, às 6, com uma pequena, na esquina de Berribeiro e Santaclara...”

— “Quem?”

— “Sei lá quem vai estar nessa esquina a essa hora?!”

Enquanto, com desconto, minimiza nota opressiva o exemplo de não-senso dado por Vinicius de Moraes, que o traduziu do inglês:

“Sobre uma escada um dia eu vi  
Um homem que não estava ali;  
Hoje não estava à mesma hora.  
Tomara que ele vá embora.”

Nem é nada excepcionalmente maluco o gaio descobrimento do paciente que, com temura, Manuel Bandeira nos diz em seu livro “Andorinha, Andorinha”:

“Quando o visitante do Hospício de Alienados atravessava uma sala, viu um louquinho de ouvido colado à parede, muito atento. Uma hora depois, passando na mesma sala, lá estava o homem na mesma posição. Acercou-se dele e perguntou: ‘Que é que você está ouvindo?’ O louquinho virou-se e disse: ‘Encoste a cabeça e escute.’ O outro colou o ouvido à parede, não ouviu nada: ‘Não estou ouvindo nada.’ Então o louquinho explicou intrigado: ‘Está assim há cinco horas.’”

Afinal de contas, a parede são vertiginosos átomos, soem ser. Houve já até, não sei onde ou nos Estados-Unidos, uma certa parede que irradiava, ou emitia por si ondas de sons, perturbando os rádios-ouvintes etc. O universo é cheio de silêncios bulhentos. O maluquinho podia tanto ser um cientista amador quanto um profeta aguardando se completasse séria revelação. Apenas, nós é que estamos acostumados com que as paredes é que tenham ouvidos, e não os maluquinhos.

Por onde, pelo comum, poder-se corrigir o ridículo ou o grotesco, até levá-los ao sublime; seja daí que seu entre-limite é tão tênue. E não será esse um caminho por onde o perfeitíssimo se alcança? Sempre que algo de importante e grande se faz, houve um silogismo inconcluso, ou, digamos, um pulo do cômico ao excelso.

Conflui, portanto, que:

Os dedos são anéis ausentes?

Há palavras assim: desintegração...

O ar é o que não se vê, fora e dentro das pessoas.

O mundo é Deus estando em toda a parte.

O mundo, para um ateu, é Deus não estando nunca em nenhuma parte.

Copo não basta: é preciso um cálice ou dedal com água, para as grandes tempestades.

O O é um buraco não esburacado.

O que é — automaticamente? O avestruz é uma girafa; só o que tem é que é um passarinho.

Haja a barriga sem o rei. (Isto é: o homem sem algum rei na barriga.)

Entre Abel e Caim, pulou-se um irmão começado por B.

Se o tôle admite, seja nem que um instante, que é nele mesmo que está o que não o deixa entender, já começou a melhorar em argúcia.

A peninha no rabo do gato não é apenas “para atrapalhar”.

Há uma rubra ou azul impossibilidade no roxo (e no não roxo).

O copo com água pela metade: está meio cheio, ou meio vazio?

Saudade é o predomínio do que não está presente, diga-se, ausente.

Diz-se de um infinito — rendez-vous das paralelas todas.

O silêncio proposital dá a maior possibilidade de música.

Se viemos do nada, é claro que vamos para o tudo.

Veja-se, vezes, prefácio como todos gratuito.

Ergo:

O livro pode valer pelo muito que nele não deveu caber.

Quod erat demonstrandum.

1 Tentativamente adaptando:

Eram dez negrinhos  
dos que brincam quando chove.  
Um se derreteu na chuva,  
ficaram só nove.

Eram nove negrinhos,  
comeram muito biscoito.  
Um tomou indigestão,  
ficaram só oito.

(E, assim, para trás.)

2 Ainda uma adivinha “abstrata”, de Minas: “O trem chega às 6 da manhã, e anda sem parar, para sair às 6 da tarde. Por que é que não tem fogueira?” (Porque é o sol.) Anedótica meramente.

Outra, porém, fornece vários dados sobre o trem: velocidade horária, pontos de partida e de chegada, distância a ser percorrida; e termina: — “Qual é o nome do maquinista?” Sem resposta, só artilosa, lembra célebre koan: “Atravessa uma moça a rua; ela é a irmã mais velha, ou a caçula?” Apondo a mente a problemas sem saída, desses, o que o zenista pretende é atingir o satori, iluminação, estado aberto às intuições e reais percepções.

3 Pelo menos, no Tártaro, umbrário de sub-abstratos, de chalaça:

“J’ai vu l’ombre d’un cocher  
Qui, avec l’ombre d’une brosse,  
Frottait l’ombre d’une carrosse”

(Versos dos irmãos Perrault, paródia ao VIº livro da Eneida, que Dostoiévski dá em francês, no meio do original russo de “Os Irmãos Karamázov”).

4 COROLÁRIO, em não-senso: O que respondeu o anspeçada, em exame para sua promoção a cabo-de-esquadra: — “Parábola? É precisamente a trajetória do vácuo no espaço.”

## ANEXO B – RISADA E MEIA

Terça-feira, 4-5-1954

Risada e meia – J. Guimarães Rosa

Uma anedota é como um fósforo: riscado, deflagrada, foi-se a serventia. Mas talvez sirva ainda a outro emprego a anedota já usada como instrumento, por exemplo, de indução ou análise nos rumos poéticos e metafísico. Nem será sem funda razão que a palavra “graça” guarde os sentidos de gracejo, de dom sobrenatural e de atrativo. No território de humour, que é imenso em confins vários, abrem-se caminhos muito hábeis. E que, na prática de arte, comicidade e humorismo atuam como sensibilizantes ao místico e ao poético, é verdade que de modo grande se confere no “Dom Quixote”; e nos filmes de Carlitos.

Não que toda anedota de evidência de prestar-se àquela ordem de exercícios. Também, como se arranjam naturalmente em categorias ou tipos certos, quem sabe conviria primeiro que delas se fizesse qualquer razoável classificação. E há que, assim numa sistematização mal tentada caberia uma classe bastante sugestiva – tanto mais que o humorismo já de si responde ao intelectual e ao abstrato – a qual, a grosso e até outro nome melhor, pode chamar-se de anedotas de abstração.

Siga-se, para vermos, o conhecidíssimo protagonista, que vai pela rua, com sua carrocinha de pão, quando alguém lhe grita: - “Manuel, corre a Niterói, tua mulher está feita louca, tua casa está pegando fogo!...”. O homem larga a carrocinha, corre, voa, toma a barca, atravessa a Baía... e exclama: - “Que diabo, eu não me chamo Manuel, não moro em Niterói, não sou casado e não tenho casa!...”.

Agora, ponha-se em exame frio a historieta, sagrada de todo burlesco, e tem-se uma fórmula puro Kafka, o esqueleto algébrico ou tema nuclear de um romance kafkiano que não foi escrito.

De igual sentido, talvez de ethos ainda mais kafkiano, com seu fatalismo oriental ou masoquismo eslavizante, será aquela do cidadão que viajava num bonde, passageiro único, em dia de chuva, e como se tivesse sentado justo embaixo de uma goteira, o condutor lhe aconselhou que trocasse de lugar, ao que, inerte, indefeso, ele retrucou: - “Trocar com quem?”...

Um rapaz procura explicar ao amigo o que é o telégrafo sem fio: - “Imagine um cachorro basset, tão comprido, tão comprido, que a cabeça está no Rio e a ponta do rabo em São Paulo. Se se belisca a ponta do rabo, em São Paulo, a cabeça late, no Rio...”.

- “Isso é que é o telégrafo sem fio?”.

- “Não. Isso é o telégrafo com fio. O sem fio é a mesma coisa..., mas sem o cachorro...”.

Já por aí quase chegamos ao nada residual, por uma série de operações subtrativas, como nesta outra, que é uma definição por extração:

“O nada é uma faca sem lâmina, da qual se tira o cabo...”.

E com isso está-se na poesia colhendo imagens de eliminação parcial, como, exemplo à mão, as estrelas no “Soir Religieux” de Verhaeren:

“Semblent les feux de grands vierges, tenus en main,  
Dont on n’aperçoit pas monter la tige immense”

Ou total, como nesta “adivinha”, que uma menina no sertão recentemente me ensinou:

- “O que é que é, que é melhor do que Deus, pior do que o Diabo, que a gente morta come, e se a gente viva comer morre?” ... – Resposta: “É nada”.

Ou seriada, como nos “Dix petits négrillons” ou nos versos de Aporelly, citados de memória:

“As minhas ceroulas novas,  
Ceroulas das mais modernas,  
Que não têm cós, não tem cadarços,  
Não têm botões e não têm pernas...”.

A nada, ao nada privativo, aquele outro precisou de reduzir a girafa: - “Pois esse bicho aí.. não existe!...” – como solução para referir o excesso de existência dela, existência sobre o comum, que o estarrecia. Da mesma nihilificação enfática se valeu Rilke, mas para trazer de certa maneira ao real um ser fabuloso, no começo de um dos “Sonetos a Orfeu”, dizendo do unicórnio: “Oh, este é o animal que não existe...”.

Nesta definição de “cano”: - “É um buraco, com um pouco de chumbo em volta” – fresca de impressionismo infantil, registra-se rasa desforra do lógico sobre o trivial de convenção. E na mesma linha se inclui a definição de rede: - “Uma porção de buracos, amarrados com barbantes” – cujo paradoxo traduz o ponto de vista do peixe.

Já um esperto arabesco se traça na “explicação”: - “O açúcar é um pozinho branco, que dá muito mau gosto ao café, quando não se lho põe” – patentemente aproveitável na engendra poética ou como artifício em construção filosófica, e dando mesmo o ar de exegese de versos de Paul Valéry, que por exemplo poderiam ser assim:

Blanche, semence, poussière,  
L’ombre du noir est amère  
Trempee de ton absence...

E, pragmatista, esta outra “definição”, abordando o grosseiro formal, externo à coisa, e dele saltando, por necessidade, a seu efeito fulminante:

- “Eletricidade é um fio, desencapado a ponta, quem botar a mão, finou-se!...”.

Enquanto reza pela erística e roceiro que, regressando de uma viagem à cidade, tentava dar ao vizinho ideia do que fosse uma vitrola, e, em fim de esforço, se desatolou com esta equação impossível: - “Você sabe o que é uma máquina de costura? Pois a vitrola é muito diferente...”.